

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 17/12/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Juiz Substituto do TJ-GO**. Assim que disponibilizados o caderno de provas e gabarito, nosso time de professores analisou cada uma das questões, que, agora, serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 5 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 12, 29, 30, 48, 73 e 76.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Juiz Substituto do TJ-GO**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/da111200-d7f4-4ca9-be26-b9a830ffc267>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/f85a16ec-40ca-454f-8418-6b829bf9615f>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – JUIZ SUBSTITUTO DO TJ-GO

QUESTÃO 01. João fez um empréstimo de bem fungível a Antônio. Posteriormente, cedeu esse crédito a José e comunicou formalmente a Antônio quanto à cessão ocorrida.

Com base nas informações e no Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) João não poderia ceder o crédito sem a aquiescência de Antônio, razão pela qual a cessão é inválida perante terceiros;
- b) João não poderia ceder o crédito sem a aquiescência de Antônio, razão pela qual a cessão é ineficaz perante terceiros;
- c) João não poderia ceder o crédito sem a aquiescência de Antônio, razão pela qual a cessão é inexistente perante terceiros;
- d) João poderia ceder o crédito sem a aquiescência de Antônio, bastando a notificação;
- e) Antônio poderá pagar a dívida tanto a João quanto a José e receber a devida quitação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O caso em questão trata da cessão de crédito. Estabelece o art. 286 do Código Civil que o credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.

Regra geral, a cessão de crédito abrange todos os acessórios, salvo disposição em contrário.

O fundamento da alternativa D está no art. 290 do Código Civil que dispõe que a cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 02. Em relação ao Instituto da Doação, é correto afirmar que:

- a) a doação à entidade futura caducará se, em dois anos, não estiver constituída regularmente;
- b) a doação feita a nascituro torná-lo-á dono do objeto doado desde a concepção;
- c) a revogação da doação por ingratidão pode ser pleiteada dentro de dois anos do fato;
- d) o doador não pode fixar prazo para o donatário declarar se aceita ou não o objeto doado;
- e) se realizada doação pura a absolutamente incapaz, será exigido o aceite da mãe e/ou do pai.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa traz exatamente o disposto no art. 554 do Código Civil que estabelece que a doação a entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente.

A alternativa B está incorreta, pois segundo o art. 542 do Código Civil a doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.

A alternativa C está incorreta, pois a revogação deve ser revogada dentro de um ano contado do conhecimento do fato revogador pelo doador (Teoria da actio nata).

Art. 559 do Código Civil: A revogação por qualquer desses motivos deverá ser pleiteada dentro de um ano, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor.

A alternativa D está incorreta, pois conforme o art. 539 do Código Civil, o doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que aceitou, se a doação não for sujeita a encargo.

A alternativa E está incorreta, pois conforme o art. 543 do Código Civil, se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.

Portanto, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 03. Marcos, João e Fernando querem comprar juntos uma máquina de impressão, cujo valor no mercado é muito alto, pois conta com tecnologia avançada. Cada um usará a máquina quatro meses no ano e, dessa forma, poderão ratear as despesas de aquisição.

Com base nas informações prestadas, bem como na legislação civil vigente, poderão valer-se, para aquisição da máquina:

a) do condomínio em multipropriedade, previsto no Art. 1.358-B do Código Civil. Para dirimir eventuais questões (deliberações), como tempo para manutenção e seus custos, farão uma convenção com as devidas cláusulas, já que a lei é omissa;

b) do condomínio em multipropriedade, previsto no Art. 1.358-B do Código Civil. Para dirimir eventuais questões (deliberações), como tempo para manutenção e seus custos, a lei estabelece o quórum de maioria absoluta;

c) do condomínio voluntário, previsto no Art. 1.314 do Código Civil. Para dirimir eventuais questões (deliberações), como tempo para manutenção e seus custos, farão uma convenção com as devidas cláusulas, já que a lei é omissa;

d) do condomínio voluntário, previsto no Art. 1.314 do Código Civil. Para dirimir eventuais questões (deliberações), como tempo para manutenção e seus custos, a lei estabelece quórum de maioria absoluta;

e) do condomínio em multipropriedade, previsto no Art. 1.358-B do Código Civil. A lei estabelece que o administrador deverá dirimir eventuais questões (deliberações), como tempo para manutenção e seus custos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A Seção I do Capítulo VI do Código Civil regula o condomínio voluntário.

O art. 1.314 dispõe que cada condômino pode usar da coisa conforme sua destinação, sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão, reivindicá-la de terceiro, defender a sua posse e alhear a respectiva parte ideal, ou gravá-la.

As deliberações dos condôminos serão tomadas por maioria absoluta.

Art. 1.325. A maioria será calculada pelo valor dos quinhões.

§ 1º As deliberações serão obrigatórias, sendo tomadas por maioria absoluta.

§ 2º Não sendo possível alcançar maioria absoluta, decidirá o juiz, a requerimento de qualquer condômino, ouvidos os outros.

§ 3º Havendo dúvida quanto ao valor do quinhão, será este avaliado judicialmente.

Dessa forma, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 04. Maria e João, brasileiros naturalizados, casaram-se formalmente em Las Vegas, Estados Unidos, no ano passado, em uma grande celebração. Voltaram para o Brasil e decidiram comprar um apartamento maior, já que Maria descobriu-se grávida de três semanas, razão pela qual o apartamento atual estava pequeno. Muito felizes com a notícia e empolgados com a nova casa escolhida, encaminharam-se ao cartório para lavrar a escritura de compra e venda do novo lar. Lá chegando, o tabelião informou-os que não poderia constar em suas qualificações o estado civil de "casado(a)", o que os deixou realmente muito tristes.

A razão da atitude do tabelião, segundo a legislação civil, deu-se porque, no Brasil, o casamento realizado no exterior é:

a) inexistente, tendo que ser repetido em território nacional para adquirir existência, validade e eficácia;

b) existente, tendo que passar por processo de apostilamento e posterior registro no RCPN, para adquirir validade e eficácia;

c) existente e válido, tendo que passar por processo de apostilamento e posterior registro no RCPN, para adquirir eficácia;

d) existente e eficaz, tendo que passar por processo de apostilamento e posterior registro no RCPN, para adquirir validade;

e) existente, válido e eficaz, sendo incorreta a informação passada pelo tabelião.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A Resolução nº 155/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dispõe sobre o traslado de certidões de registro civil emitidas no exterior em cartório no Brasil.

Conforme a Resolução, o traslado no Brasil tem o objetivo de dar publicidade e eficácia ao casamento, já reconhecido válido para o ordenamento brasileiro, possibilitando que produza efeitos jurídicos plenos no território nacional.

Art. 13. O traslado do assento de casamento de brasileiro ocorrido em país estrangeiro deverá ser efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 10 Os casamentos celebrados por autoridades estrangeiras são considerados autênticos, nos termos da lei do local de celebração, conforme previsto no caput do art. 32 da Lei nº 6.015/1973, inclusive no que respeita aos possíveis impedimentos, desde que não ofendam a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, nos termos do art. 17 do Decreto nº 4.657/1942.

§ 11 O traslado no Brasil, a que se refere o § 1º do referido artigo, efetuado em Cartório de 1º Ofício, tem o objetivo de dar publicidade e eficácia ao casamento, já reconhecido válido para o ordenamento brasileiro, possibilitando que produza efeitos jurídicos plenos no território nacional.

Nesse sentido, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 05. João, pai de Daniel, Maria, José e Paulo, morreu e deixou cinquenta milhões de reais em patrimônio. Não deixou testamento. Ficou constatado, por sentença penal condenatória transitada em julgado, que Daniel, aborrecido por ter perdido o cargo de presidente da empresa da família, envenenou o pai, causando-lhe a morte. Não houve ação cível para excluí-lo da herança. Daniel tem um filho chamado Peter, que terá que conviver com o fato de o pai ser um assassino. Maria renunciou à herança. Maria tem duas filhas: Paula e Poliana. José já era morto quando da morte do pai e tinha um filho Manoel. Paulo teve um infarto logo após receber a notícia de que seu pai havia sido envenenado pelo irmão e morrido. Não tinha filhos, apenas uma mulher, Cláudia, com quem foi casado pelo regime de separação absoluta e voluntária de bens.

Com base no enunciado, na legislação civil e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) Daniel herdará, já que não houve ação cível para excluí-lo da herança;**
- b) Paula e Poliana herdarão como se Maria já fosse morta quando o pai morreu;**
- c) Daniel não herdará, mas será o administrador dos bens do filho que herdará por cabeça;**
- d) Cláudia não herdará porque o regime de bens não permite;**
- e) Manoel herdará a quota-parte do pai.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Manoel herdará a quota-parte do pai, pois representará o seu pai José que é considerado irmão pré-morto. Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

Os representantes só podem herdar, como tais, o que herdaria o representado, se vivo fosse.

Por fim, estabelece o art. 1.835 do Código Civil que na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.

Art. 1.851. Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse.

Art. 1.852. O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente.

Art. 1.853. Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

Art. 1.854. Os representantes só podem herdar, como tais, o que herdaria o representado, se vivo fosse.

Art. 1.855. O quinhão do representado partir-se-á por igual entre os representantes.

Art. 1.856. O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão de outra.

Dessa forma, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 06. São pessoas jurídicas de direito privado, segundo o Código Civil:

a) sociedades, fundações, organizações religiosas e territórios;

b) associações, fundações, organizações religiosas e empresas individuais de responsabilidade limitada;

c) sociedades de economia mista e empresas públicas;

d) União, Estados, Municípios e Territórios;

e) associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Vejam os a literalidade do art. 44 do Código Civil:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas;

V - os partidos políticos.

VI – revogado.

Portanto, as alternativas A, B, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 07. As árvores da casa de João são muito bonitas e frondosas. Seus galhos ultrapassaram a linha do muro divisório e acabaram por passar por cima deste, fazendo sombra na piscina de José. Apesar das reclamações de José, João não as aparava. Eventualmente, caíam até frutos na casa de José.

Baseado no enunciado e na legislação civil, é correto afirmar que:

a) José pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório e os frutos que caírem em seu terreno são seus;

b) José pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório, mas deve devolver os frutos que caírem em seu terreno;

c) José não pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório, mas os frutos que caírem em seu terreno são seus;

d) José não pode cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório, bem como deve devolver os frutos que caírem em seu terreno;

e) a possibilidade ou não de José cortar os galhos das árvores que ultrapassaram o muro e invadiram seu terreno até o plano vertical divisório e se apropriar dos frutos dependerá de Lei Municipal específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão versa sobre o direito de vizinhança. Vejamos o disposto nos arts. 1.282 a 1.284 do Código Civil:

Art. 1.282: A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, presume-se pertencer em comum aos donos dos prédios confinantes.

Art. 1.283: As raízes e os ramos de árvore, que ultrapassarem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido.

Art. 1.284: Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.

Dessa forma, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 08. Jussara atropelou, por acidente, Joelma. Ao verificar consequências de sua desatenção, prestou a assistência possível e, ao final, ainda pagou todas as despesas hospitalares e as diárias da vítima pelo período em que ficou afastada de seu trabalho como diarista. Joelma, então, assinou quitação com a seguinte redação: "Considerando que Jussara pagou todas as despesas hospitalares e as diárias de meu trabalho, outorgo-lhe, a esse título, a mais ampla e plena quitação, para mais nada reclamar, em juízo ou fora dele".

Um mês depois, eclodiram novas complicações médicas, decorrentes do acidente. Jussara, no entanto, negou-se a tornar a apoiar Joelma, diante da quitação já outorgada.

Joelma, em consequência, ajuíza ação indenizatória por danos morais em face de Jussara.

Nesse caso, é correto afirmar que a quitação outorgada:

a) não foi válida, por ter se realizado em âmbito extrajudicial sem a assistência de advogados;

b) abrangia, também, eventuais danos morais, uma vez que era ampla e plena, para mais nada reclamar, em juízo ou fora dele;

c) não contempla as complicações supervenientes, desconhecidas da vítima que acabara de sofrer um grave acidente;

d) pode ser revogada, diante da conduta de má-fé por parte de Jussara que parou de prestar qualquer apoio a Joelma posteriormente;

e) não contém os requisitos do Art. 320 do Código Civil (o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante), de modo que, mesmo sendo possível identificar que foi paga a dívida, não valerá.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A quitação plena e geral deve ser interpretada de forma restritiva de forma que não abrangerá os fatos supervenientes desde que existam provas da eventual desvantagem excessiva.

RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. TRANSAÇÃO. ARTIGO 843 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INTERPRETAÇÃO. RESTRITIVA. DANOS SUPERVENIENTES. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. ARTS. 370 E 371 DO CPC/2015. FATO SUPERVENIENTE. ART. 493 DO CPC/2015. DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a definir se a composição extrajudicial firmada entre as partes obsta ou não a pretensão de complementação da verba em juízo sob a alegação de dano superveniente não previsto na transação. 3. A quitação plena e geral em relação à indenização relativa à acidente automobilístico deve ser interpretada restritivamente, desautorizando investida judicial para ampliar a verba indenizatória aceita e já percebida ao seu tempo, desde que não demonstrada eventual desvantagem excessiva no negócio. 4. No caso, diferentemente do que atestado pelas instâncias ordinárias, o recorrente comprovou seu interesse jurídico à suplementação da verba indenizatória por alegar fatos supervenientes ao acordo, que desafiam análise judicial por meio da regular instrução probatória. 5. A legislação processual civil vigente manteve o princípio da persuasão racional do juiz, em seus artigos 370 e 371, o qual preceitua que cabe ao magistrado dirigir a instrução probatória por meio da livre análise das provas e da rejeição da produção daquelas que se mostrarem protelatórias. 6. Recurso Especial provido. (STJ. 3ª Turma. REsp 1.993.187/MS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 06/09/2022).

QUESTÃO 09. Jacqueline celebrou promessa de compra e venda de imóvel de sua propriedade em 2019. Logo, foi diagnosticada com um câncer terminal, razão pela qual outorgou mandato a Elisângela, sua melhor amiga, para todas as medidas tendentes à conclusão do negócio.

Em 03/04/2020, o adquirente integraliza o preço, depositando-o na conta de Jacqueline. Em 05/04/2020, Jacqueline falece, sem que tenha sido possível lavrar a escritura definitiva e registrá-la. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) com a morte de Jacqueline, extinguiu-se automaticamente o mandato, razão pela qual Elisângela não poderá ultimar o negócio;
- b) o óbito do mandante não é causa de extinção do mandato com objeto definido, em que apenas a consecução deste escopo faz cessar a representação;
- c) com a morte de Jacqueline, extinguiu-se automática e inexoravelmente o mandato, razão pela qual Elisângela só poderá ultimar o negócio na condição de gestora de negócios;
- d) o óbito do mandante, via de regra, faz cessar o mandato, no entanto, é possível, à luz das peculiaridades do caso concreto, que Elisângela assine a escritura e ultime a transferência;
- e) a morte de Jacqueline fez cessar o mandato, no entanto, após integralizado o preço, o negócio já estava aperfeiçoado, bastando que o adquirente levasse o contrato e a prova da quitação ao Registro Geral de Imóveis para concluir a transferência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Nos termos do art. 653 do Código Civil, opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

Conforme previsão no art. 682, II, do Código Civil, o mandato cessa pela morte de uma das partes. No entanto, o STJ permite flexibilizar essa regra para que o mandatário conclua o negócio jurídico ainda que tenha havido a morte do mandante desde que assim permita o caso concreto. (STJ - REsp: 162721 SP 1998/0006336-6, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 19/05/1998, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 29/06/1998 p. 217)

Portanto, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 10. A Universidade Aprender e Evoluir lançou edital de seu vestibular, com vagas reservadas a pessoas com deficiência. Está em conformidade com o Estatuto da Inclusão e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a seguinte disposição:

- a) o critério de avaliação da deficiência será biopsicológico;
- b) os candidatos com cegueira unilateral não poderão concorrer às vagas reservadas;
- c) os candidatos com surdez unilateral não poderão concorrer às vagas reservadas;
- d) quem declarar deficiência mental deverá apresentar, no ato da inscrição e sob pena de eliminação, termo de curatela;
- e) os candidatos que requererem condições especiais de realização da prova, em razão de comprovada deficiência, serão remanejados, com ou sem manifestação nesse sentido, às vagas reservadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa traz o entendimento sumulado do STJ: Súmula 552: "O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos".

Atenção para não confundir com a Súmula 377 do STJ: O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes."

Dessa maneira, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 11. Bianco era um artista urbano revolucionário que, para advertir quanto ao perigo climático, furtava chapas metálicas de grandes indústrias e as transformava em valiosas esculturas. Fez isso com a sociedade Y, que utilizava alumínio como matéria-prima. A partir de uma peça de R\$10.000,00, criou uma belíssima escultura que foi avaliada por especialistas em R\$5.000.000,00. Bianco, então, doou a obra de arte ao Projeto Meu Ambiente. Com a repercussão dessa doação, a sociedade Y identificou suas chapas furtadas e ajuizou demanda judicial para reavê-las. Nesse caso, é correto afirmar que a sociedade Y:

- a) não poderá reaver a escultura, restando-lhe, apenas, os direitos indenizatórios em face de Bianco;

b) poderá reaver a escultura, sem que assistam ao Projeto Meu Ambiente os direitos da evicção, diante da natureza não onerosa da transferência;

c) poderá reaver a escultura, sendo certo que, ao Projeto Meu Ambiente, assistirão os direitos da evicção, mas apenas com relação ao valor da escultura, diante da natureza não onerosa da transferência;

d) poderá reaver a escultura, sendo certo que, ao Projeto Meu Ambiente, assistirão os direitos da evicção, mas apenas com relação ao valor da escultura e aos frutos de boa-fé que deixar de receber pela impossibilidade de exibi-la, diante da natureza não onerosa da transferência;

e) poderá reaver a escultura, sendo certo que, ao Projeto Meu Ambiente, assistirão todos os direitos da evicção, inclusive a indenização pelas despesas do contrato (frete e manutenção).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre o instituto da especificação. Nesse caso, à sociedade Y resta perquirir seus direitos indenizatórios em face de Bianco, já que é impossível reverter a especificação à origem anterior.

Art. 1.270 do Código Civil. Se toda a matéria for alheia, e não se puder reduzir à forma precedente, será do especificador de boa-fé a espécie nova.

§ 1º Sendo praticável a redução, ou quando impraticável, se a espécie nova se obteve de má-fé, pertencerá ao dono da matéria-prima.

Art. 1.271. Aos prejudicados, nas hipóteses dos arts. 1.269 e 1.270, se ressarcirá o dano que sofrerem, menos ao especificador de má-fé, no caso do § 1º o do artigo antecedente, quando irreduzível a especificação.

Portanto, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 12. Em relação ao contrato de seguro e à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) há sub-rogação da seguradora também no seguro de vida;

b) o contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão;

c) o seguro de acidentes pessoais não dá cobertura aos microtraumas por esforço repetitivo que levam à instalação de doença laboral como, por exemplo, a tendinite;

d) nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, a correção monetária sobre a indenização securitária incide a partir do sinistro até o efetivo pagamento;

e) a mera aposentadoria por invalidez pelo órgão previdenciário não garante, por si só, o pagamento do capital no seguro por invalidez funcional permanente, de modo que o segurado deverá comprovar, também à seguradora, sua invalidez permanente para o trabalho, fato gerador da indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B e E**.

Conforme a Súmula 402 do STJ: O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão. Portanto, a alternativa B está correta.

No entanto, a alternativa E também está correta. Vejamos o que entendeu o STJ:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. ADICIONAL DE COBERTURA POR INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA - IFPD. ENFERMIDADE ARTICULAR DO JOELHO DIREITO. INCAPACIDADE PARA A PROFISSÃO. INVALIDEZ FUNCIONAL. DEFINIÇÃO PRÓPRIA. LEGALIDADE. ATIVIDADES AUTONÔMICAS DA VIDA DIÁRIA. DECLARAÇÃO MÉDICA. NECESSIDADE. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA INDEVIDA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Cinge-se a controvérsia a verificar a legalidade da cláusula que prevê a cobertura adicional de invalidez funcional permanente total por doença (IFPD ou IPD-F) em contrato de seguro de vida em grupo, condicionando o pagamento da indenização securitária à perda da existência independente do segurado. 3. Na Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD), a garantia do pagamento da indenização é no caso de invalidez consequente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, ocorrida quando o quadro clínico incapacitante inviabilizar de forma irreversível o pleno exercício das suas relações autonômicas (art. 17 da Circular SUSEP nº 302/2005). 4. Na cobertura de Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença (ILPD), há a garantia do pagamento de indenização em caso de incapacidade profissional, permanente e total, consequente de doença para a qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, para a atividade laborativa principal do segurado (art. 15 da Circular SUSEP nº 302/2005). 5. A garantia de invalidez funcional não tem nenhuma vinculação com a incapacidade profissional, podendo inclusive ser contratada como uma antecipação da cobertura básica de morte. 6. Embora a cobertura IFPD (invalidez funcional) seja mais restritiva que a cobertura ILPD (invalidez profissional ou laboral), não há falar em sua abusividade ou ilegalidade, tampouco em ofensa aos princípios da boa-fé objetiva e da equidade, não se constatando também nenhuma vantagem exagerada da seguradora em detrimento do consumidor. 7. Eventual aposentadoria por invalidez permanente concedida pelo INSS não confere ao segurado o direito automático de receber indenização de seguro contratado com empresa privada, sendo imprescindível a realização de perícia médica para atestar tanto a natureza e o grau da incapacidade quanto o correto enquadramento na cobertura contratada (art. 5º, parágrafo único, da Circular nº 302/2005). O órgão previdenciário oficial afere apenas a incapacidade profissional ou laborativa, que não se confunde com as incapacidades parcial, total, temporária ou funcional. 8. Tese para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: Não é ilegal ou abusiva a cláusula que prevê a cobertura adicional de invalidez funcional permanente total por doença (IFPD) em contrato de seguro de vida em grupo, condicionando o pagamento da indenização securitária à perda da existência independente do segurado, comprovada por declaração médica. 9. No caso concreto, recurso especial provido. (STJ - REsp: 1845943 SP 2019/0324319-8, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 13/10/2021, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 18/10/2021)

As alternativas A, C, D estão incorretas.

QUESTÃO 13. No dia 16/02/2023, José, porteiro do Condomínio Paz e Harmonia, deixa seu turno às 14h. Aproveita, então, para se embriagar no bar do condomínio. Depois de oito doses de destilado, encoraja-se a pegar, na garagem, o carro de Mauro, morador do edifício.

O vigia, mesmo desconfiando da embriaguez de José, permite sua saída. Ao virar a esquina, José colide com uma árvore e avaria o veículo.

Nesse caso, consideradas as teorias sobre o nexo causal no âmbito da responsabilidade civil, o condomínio:

- a) não poderá ser responsabilizado;**
- b) só poderá ser responsabilizado se adotada a teoria da causalidade direta e imediata;**
- c) só poderá ser responsabilizado se adotada a teoria da causalidade adequada;**
- d) só poderá ser responsabilizado se adotada a teoria da equivalência dos antecedentes;**
- e) poderá ser responsabilizado independentemente da teoria que se adote.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme o art. 932, inciso III, do Código Civil: o empregador ou o comitente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos. é responsável pela reparação civil dos atos ilícitos cometidos por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele. Portanto, há uma responsabilidade objetiva.

Conforme a Teoria da Causalidade Adequada, só haverá responsabilidade se determinada causa foi suficientemente adequada para a ocorrência do dano. E foi com esse fundamento que o STJ decidiu que, no caso em questão, o condomínio pode ser responsabilizado.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE DE CONDOMÍNIO EDILÍCIO. DANO CAUSADO EM AUTOMÓVEL DE CONDÔMINO POR EMPREGADO DO CONDOMÍNIO FORA DO HORÁRIO DE TRABALHO. 1. Demanda indenizatória movida por um condômino contra o condomínio edilício para a reparação dos danos causados em seu veículo indevidamente conduzido por funcionário incumbido da faxina do prédio, que estava fora do seu horário normal de trabalho. 2. Controvérsia em torno da responsabilidade do condomínio edilício pelos danos causados por um de seus empregados fora do horário de trabalho. 3. A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial, conforme o Enunciado n.º 13, da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 4. A doutrina e a jurisprudência oscilam entre as teorias da causalidade adequada e do dano direto e imediato (interrupção do nexos causal) para explicar a relação de causalidade na responsabilidade civil no Direito brasileiro. 5. O importante é que somente se estabelece o nexos causal entre o evento danoso e o fato imputado ao agente demandado, quando este surgir como causa adequada ou determinante para a ocorrência dos prejuízos sofridos pela vítima demandante. 6. A conduta do empregado do condomínio demandado que, mesmo fora do seu horário de expediente, mas em razão do seu trabalho, resolve dirigir o veículo de um dos condôminos, causando o evento danoso, constitui causa adequada ou determinante para a ocorrência dos prejuízos sofridos pela vítima demandante. 7. O empregador é responsável pelos atos ilícitos praticados por seus empregados ou prepostos no exercício do trabalho ou em razão dele, conforme o disposto no art. 932, inciso III, do Código Civil. 8. No Código Civil de 2002, em face do disposto no art. 933 do Código, não se cogita mais das figuras da culpa "in vigilando" ou da culpa "in eligendo", na responsabilidade do empregador, por ser esta objetiva (independente de culpa) pelos atos ilícitos praticados por seus empregados ou prepostos no exercício do trabalho ou em razão dele. 9. Procedência da demanda indenizatória, restabelecendo-se os comandos da sentença de primeiro grau. 10. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM

PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO. (RECURSO ESPECIAL Nº 1787026 - RJ (2017/0153836-9)).

Dessa forma, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 14. Dr. Abreu, preocupado com seu futuro profissional após a aposentadoria, começa a aportar contribuições a plano de previdência privada na modalidade VGBL. Ele, no entanto, por força de sua indisciplina financeira, acaba fazendo retiradas eventuais do capital investido e dos próprios rendimentos, repondo-os quando em situação mais confortável.

A luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no tema de direito das sucessões, é correto afirmar que, se dr. Abreu falecer, o saldo apurado a título de VGBL:

a) deverá ser trazido à colação e partilhado como herança, independentemente do momento em que ocorreu o óbito, isto é, se anteriormente ou posteriormente ao período de percepção dos valores;

b) não é considerado herança para qualquer fim, diante de sua natureza previdenciária, independentemente do momento em que ocorreu o óbito, isto é, se anteriormente ou posteriormente ao período de percepção dos valores;

c) poderá ser considerado investimento e partilhado como herança, caso o óbito ocorra já no período de percepção dos benefícios, diante das peculiaridades do caso concreto;

d) poderá ser considerado investimento e partilhado como herança, caso o óbito ocorra antes do período de percepção dos benefícios, diante das peculiaridades do caso concreto;

e) contratado exclusivamente com entidade de previdência privada fechada não é considerado herança para qualquer fim, diante de sua natureza previdenciária, independentemente do momento em que ocorreu o óbito, isto é, se anteriormente ou posteriormente ao período de percepção dos valores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O plano de previdência complementar aberta pode ser considerado investimento, quando considerado como tal, os valores devem ser trazidos à colação no inventário, como herança, devendo ainda ser objeto da partilha, desde que antes da conversão em renda e pensionamento do titular.

RECURSOS ESPECIAIS. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. VGBL. ENTIDADE ABERTA. NATUREZA JURÍDICA MULTIFACETADA. SEGURO PREVIDENCIÁRIO. REGRA. INVESTIMENTO OU APLICAÇÃO FINANCEIRA. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. COLAÇÃO DE VALOR AO INVENTÁRIO. HERANÇA.

1. Os planos de previdência privada complementar aberta, operados por seguradoras autorizadas pela Susep, dos quais o VGBL é um exemplo, têm natureza jurídica multifacetada porque, tratando-se de regime de capitalização no qual cabe ao investidor, com ampla liberdade e flexibilidade, deliberar sobre os valores de contribuição, depósitos adicionais, resgates antecipados ou parceladamente até o fim da vida, ora se assemelham a seguro previdenciário adicional, ora se assemelham a investimento ou aplicação financeira (Terceira Turma, REsp n. 1.726.577/SP).

2. A natureza securitária e previdenciária complementar desses contratos é a regra e se evidencia no momento em que o investidor passa a receber, a partir de determinada data futura e em

prestações periódicas, os valores que acumulou ao longo da vida, como forma de complementação do valor recebido da previdência pública e com o propósito de manter determinado padrão de vida (Terceira Turma, REsp n. 1.726.577/SP).

3. No período que antecede a percepção dos valores, ou seja, durante as contribuições e formação do patrimônio, com múltiplas possibilidades de depósitos, de aportes diferenciados e de retiradas, inclusive antecipadas, em casos excepcionais, pode ficar caracterizada situação de investimento, equiparando-se o VGBL a aplicações financeiras (Terceira Turma, REsp n. 1.726.577/SP).

4. Na hipótese excepcional em que ficar evidenciada a condição de investimento, os bens integram o patrimônio do de cujus e devem ser trazidos à colação no inventário, como herança, devendo ainda ser objeto da partilha, desde que antes da conversão em renda e pensionamento do titular.

5. Circunstâncias como idade e condição de saúde do titular de VGBL e uso de valores decorrentes de venda do único imóvel do casal evidenciam a excepcionalidade da situação e indicam a condição de investimento.

6. Recursos especiais conhecidos e desprovidos.

(REsp n. 2.004.210/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 2/5/2023.)

Portanto, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 15. João ajuizou ação buscando a revisão do contrato de financiamento firmado com o banco ABC. Na petição inicial, João não especificou as obrigações contratuais controvertidas, tampouco indicou o valor incontroverso do débito. Ao receber a petição inicial, o juiz determinou a intimação de João para indicar/especificar as questões acima, o que não foi cumprido no prazo legal, ensejando o indeferimento da petição inicial por inépcia.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

a) interposta apelação cível, é facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se;

b) a petição inicial não poderia ser indeferida por inépcia, pois o caso concreto não se encaixa nas hipóteses legais de inépcia;

c) interposta apelação cível, não havendo retratação, o juiz determinará a intimação do banco ABC para responder ao recurso;

d) interposta apelação cível, se o recurso for provido pelo tribunal, o prazo para contestação será de quinze dias a partir da publicação do acórdão de julgamento;

e) o juiz não poderia indeferir a petição inicial sem citar o banco ABC para apresentar sua contestação, cabendo a ele arguir a inépcia em preliminar de contestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme dispõem os artigos 330, § 2º e 331 do CPC: “Art. 330 [...] § 2º Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito. [...] Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.”.

A alternativa B está incorreta, pois conforme o já transcrito art. 330, § 2º, do CPC, se está diante de hipótese de inépcia da petição inicial.

A alternativa C está incorreta, pois o réu será citado (integrado à relação jurídica processual) e não intimado, conforme art. 331, § 1º, do CPC: “Art. 331 [...] § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso”.

A alternativa D está incorreta, conforme art. 331, § 2, do CPC: “Art. 331 [...] § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334”.

A alternativa E está incorreta, pois o réu será citado (integrado à relação jurídica processual) para responder ao recurso e não intimado, conforme art. 330, I c/c art. 331, § 1º, do CPC: “Art. 330. A petição inicial será indeferida quando: I - for inepta; [...] Art. 331 [...] § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso”.

QUESTÃO 16. Sobre a força probante dos documentos e correto afirmar que:

a) o telegrama, o radiograma ou qualquer outro meio de transmissão têm a mesma força probatória do documento particular, ainda que o original constante da estação expedidora não tenha sido assinado pelo remetente;

b) a nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, se não estiver assinada, não faz prova em benefício do devedor;

c) os livros empresariais provam contra seu autor, sendo lícito ao empresário, todavia, demonstrar, por todos os meios permitidos em direito, que os lançamentos não correspondem à verdade dos fatos;

d) quando o documento contiver entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento em ponto substancial e sem ressalva, não poderá ser valorado pelo juiz;

e) o juiz não pode determinar, de ofício, à parte a exibição parcial dos livros e dos documentos, para extrair deles a suma que interessar ao litígio, bem como reproduções autenticadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme a literalidade da redação do art. 417 do CPC: “Art. 417. Os livros empresariais provam contra seu autor, sendo lícito ao empresário, todavia, demonstrar, por todos os meios permitidos em direito, que os lançamentos não correspondem à verdade dos fatos”.

A alternativa A está incorreta, conforme se verifica do art. 413 do CPC: “Art. 413. O telegrama, o radiograma ou qualquer outro meio de transmissão tem a mesma força probatória do documento particular se o original constante da estação expedidora tiver sido assinado pelo remetente”.

A alternativa B está incorreta, conforme o art. 416 do CPC: “Art. 416. A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor”.

A alternativa D está incorreta, segundo o art. 426 do CPC: “Art. 426. O juiz apreciará fundamentadamente a fé que deva merecer o documento, quando em ponto substancial e sem ressalva contiver entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento”.

A alternativa E está incorreta, consoante o art. 421 do CPC: “Art. 421. O juiz pode, de ofício, ordenar à parte a exibição parcial dos livros e dos documentos, extraindo-se deles a suma que interessar ao litígio, bem como reproduções autenticadas”.

QUESTÃO 17. Sobre o incidente de assunção de competência, é correto afirmar que:

- a) é admissível sua instauração perante o juízo de primeiro grau;
- b) o acórdão proferido em assunção de competência não vincula todos os juízes e órgãos fracionários dentro do tribunal;
- c) não é admissível quando se tratar de processo de competência originária dos tribunais;
- d) é cabível para prevenir a divergência entre câmaras do tribunal sobre relevante questão de direito;
- e) para sua admissão, além da relevante questão de direito, deve haver repetição em múltiplos processos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme art. 947, § 4º, do CPC: “Art. 947 [...] § 4º Aplica-se o disposto neste artigo quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal”.

A alternativa A está incorreta, pois a sua instauração pressupõe a existência de recurso, remessa necessária ou processo de competência originária (de Tribunal), conforme art. 947 do CPC: “Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos”.

A alternativa B está incorreta, pois o acórdão que decidir o IAC vincula todos os juízes e órgãos fracionários do Tribunal, conforme art. 947, § 3º, do CPC: “Art. 947 [...] § 3º O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese”.

A alternativa C está incorreta, pois o IAC é cabível também em processos de competência originária de Tribunal, conforme dispõe o art. 947 do CPC: “Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos”.

A alternativa E está incorreta, pois conforme o art. 947 do CPC não é necessária repetição em múltiplos processos: “Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos”.

QUESTÃO 18. No julgamento de apelação cível, após o relator proferir seu voto, tendo sido acompanhado pelo primeiro vogal, o segundo vogal pediu vista dos autos, pois considerou que não estava habilitado a proferir seu voto imediatamente, demandando uma análise mais detalhada do caso concreto.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) o prazo máximo e improrrogável para vista dos autos será de quinze dias;
- b) a vista dos autos pressupõe a inclusão do processo na sessão subsequente para que o voto seja proferido, sem a possibilidade de prorrogação;

c) ao requerer vista dos autos, o vogal fica vinculado ao julgamento do recurso até que esteja pronto para votar, independentemente de prazo;

d) se o vogal que fez o pedido de vista ainda não se sentir habilitado a votar, o presidente poderá retomar o julgamento e proclamar o resultado, computando-se, apenas, os votos proferidos;

e) se o vogal não devolver os autos tempestivamente ou se não requerer prorrogação do prazo de vista, o presidente requisitará os autos para julgamento do recurso, convocando substituto para proferir voto, se aquele que fez o pedido de vista não se sentir habilitado a votar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois é a única que está conforme o art. 940, § 2º, do CPC: “Art. 940 [...] § 2º Quando requisitar os autos na forma do § 1º, se aquele que fez o pedido de vista ainda não se sentir habilitado a votar, o presidente convocará substituto para proferir voto, na forma estabelecida no regimento interno do tribunal”.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo é de 10 (dez) e não 15 (quinze) dias, conforme art. 940 do CPC: “Art. 940. O relator ou outro juiz que não se considerar habilitado a proferir imediatamente seu voto poderá solicitar vista pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, após o qual o recurso será reincluído em pauta para julgamento na sessão seguinte à data da devolução”.

A alternativa B está incorreta, pois é possível a prorrogação do prazo, conforme art. 940, § 1º, do CPC: “Art. 940 [...] § 1º Se os autos não forem devolvidos tempestivamente ou se não for solicitada pelo juiz prorrogação de prazo de no máximo mais 10 (dez) dias, o presidente do órgão fracionário os requisitará para julgamento do recurso na sessão ordinária subsequente, com publicação da pauta em que for incluído”.

A alternativa C está incorreta, pois o vogal possui prazo, que é de 10 (dez) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias, conforme o art. 940 e seu § 1º do CPC: “Art. 940. O relator ou outro juiz que não se considerar habilitado a proferir imediatamente seu voto poderá solicitar vista pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, após o qual o recurso será reincluído em pauta para julgamento na sessão seguinte à data da devolução. § 1º Se os autos não forem devolvidos tempestivamente ou se não for solicitada pelo juiz prorrogação de prazo de no máximo mais 10 (dez) dias, o presidente do órgão fracionário os requisitará para julgamento do recurso na sessão ordinária subsequente, com publicação da pauta em que for incluído”.

A alternativa D está incorreta, pois o presidente convoca o substituto para votar, conforme art. 940, § 2º, do CPC: “Art. 940 [...] § 2º Quando requisitar os autos na forma do § 1º, se aquele que fez o pedido de vista ainda não se sentir habilitado a votar, o presidente convocará substituto para proferir voto, na forma estabelecida no regimento interno do tribunal”.

QUESTÃO 19. Uma ação popular foi proposta por proprietários de empreendimentos vizinhos para cessar danos ambientais supostamente causados pela construção de empreendimento em local vizinho à área de preservação ambiental, apesar das licenças pertinentes concedidas pelo ente público responsável. Em sede de tutela provisória, buscam a paralisação das obras e, no mérito, a confirmação da obrigação de fazer, bem como a reparação dos danos ambientais causados. A ação foi ajuizada em face da construtora responsável pelo empreendimento.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

a) os autores são ilegítimos para o ajuizamento da ação popular, pois não têm relação com o empreendimento;

b) a construtora não tem legitimidade passiva, devendo ser substituída pelo ente público que emitiu a licença ambiental pertinente;

c) a construtora e o ente público que concedeu a licença têm legitimidade passiva, sendo hipótese de litisconsórcio passivo necessário;

d) a construtora e o ente público que concedeu a licença têm legitimidade passiva, sendo hipótese de litisconsórcio passivo unitário;

e) o ente público que concedeu a licença, uma vez incluído nos autos, não é obrigado a apresentar contestação, mas não poderá atuar ao lado do autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme se depreende da redação do art. 6º da Lei n.º 4.717/1965 (Lei de Ação Popular): “Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo”.

A alternativa A está incorreta, pois os autores possuem legitimidade, conforme se infere do art. 1º, I, da Lei n.º 4.717/1965 (Lei de Ação Popular): “Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos”.

A alternativa B está incorreta, pois a construtora possui legitimidade passiva, conforme se infere do art. 6º da Lei n.º 4.717/1965 (Lei de Ação Popular): “Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo”.

A alternativa D está incorreta, pois o litisconsórcio na hipótese não será unitário, tendo em vista que o ente público poderá atuar no polo passivo ou ao lado dos autores, nos termos do art. 6º, § 3º, da Lei n.º 4.717/1965 (Lei de Ação Popular): “Art. 6º [...] § 3º A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente”.

A alternativa E está incorreta, pois o ente poderá atuar ao lado do autor, conforme dispõe o art. 6º, § 3º, da Lei n.º 4.717/1965 (Lei de Ação Popular): “Art. 6º [...] § 3º A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente”.

QUESTÃO 20. Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que:

- a) não cabe instrução probatória no incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- b) a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, seja na petição inicial ou em qualquer fase do processo, não enseja a suspensão do processo;
- c) instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o sócio ou a pessoa jurídica será intimado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de quinze dias;
- d) é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial;
- e) acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, deverá ser objeto de ação própria para ser declarada ineficaz em relação ao requerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois está conforme a redação do art. 134, “caput”, do CPC: “Art. 134. O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”.

A alternativa A está incorreta, pois é sim cabível a produção de provas no incidente de desconsideração da personalidade jurídica, conforme dispõe o art. 135 do CPC: “Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias”.

A alternativa B está incorreta, pois a instauração do incidente, exceto quando requerido já na petição inicial, suspenderá o processo, conforme art. 134, § 3º, do CPC: “Art. 134 [...] § 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º”.

A alternativa C está incorreta, pois o sócio ou a pessoa jurídica será citada (integrada à relação jurídica no incidente) e não intimada, conforme art. 135 do CPC: “Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.”.

A alternativa E está incorreta, pois caso o pedido de desconsideração seja acolhido, o efeito prático é a ineficácia do negócio realizado em fraude à execução, não havendo necessidade de ação autônoma com esse objetivo, conforme art. 137 do CPC: “Art. 137. Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente”.

QUESTÃO 21. Sobre o cumprimento de sentença, é correto afirmar que:

- a) a sentença arbitral não é título executivo judicial e não pode ser objeto de cumprimento de sentença;
- b) em sede de Impugnação, se a fazenda pública arguir excesso a execução, mas não indicar o valor devido, o argumento deve ser apreciado, em razão do interesse público;
- c) a decisão que fixa a multa por descumprimento de obrigação de fazer é passível de cumprimento provisório, sendo permitido o levantamento do valor independentemente do trânsito em julgado da sentença favorável à parte;

d) o cumprimento de sentença não pode ser promovido no local onde se encontrem os bens sujeitos à execução, sendo de competência exclusiva do juízo de origem;

e) ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando, nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois está conforme a redação do art. 525, § 10, do CPC: “Art. 525 [...] § 10. Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando, nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz”.

A alternativa A está incorreta, pois a sentença arbitral é sim um título executivo judicial, previsto expressamente no art. 515, VII, do CPC: “Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título: [...] VII - a sentença arbitral”.

A alternativa B está incorreta, pois é ônus da Fazenda Pública indicar especificamente o valor que entende como devido, conforme art. 535, § 2º, do CPC: “Art. 535 [...] § 2º Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição”.

A alternativa C está incorreta, pois somente após o trânsito em julgado que será permitido o levantamento dos valores em favor da parte vencedora, nos termos do art. 537, § 3º, do CPC: “Art. 537 [...] § 3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte”.

A alternativa D está incorreta, pois é possível que o cumprimento de sentença seja pleiteado no juízo do local onde os bens do executado se encontrem, nos termos do art. 516, parágrafo único, do CPC: “Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: [...] II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição; III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o exequente poderá optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem”.

Texto 1

Alexandre, menor absolutamente incapaz, ajuizou ação pelo procedimento comum, representado por seu genitor, em face de operadora de plano de saúde, pleiteando a condenação desta a custear determinado tratamento cuja cobertura lhe fora negada, bem como a lhe pagar verba reparatória de danos morais.

A petição inicial, na qual também foi requerida a concessão de tutela provisória para o fim de se assegurar, desde logo, a cobertura do tratamento, foi instruída com cópia do contrato celebrado com a operadora, com a documentação comprobatória dos pagamentos das mensalidades e com laudos médicos atestando a necessidade imediata do tratamento prescrito para o autor, além de outros documentos essenciais para a propositura da ação.

A ação foi ajuizada em um juízo cível da Comarca de Goiânia, embora o menor e o seu representante legal residam em Serranópolis, tendo a operadora demandada, por sua vez, sede na cidade de São Paulo/SP, sem ter qualquer estabelecimento ou filial na capital goiana. Quanto ao contrato, foi ele entabulado no Município em que reside a parte autora.

QUESTÃO 22. Considerando a situação descrita no texto 1, é correto afirmar que:

- a) não há qualquer vício de incompetência;
- b) caso entenda que o juízo é incompetente para julgar o feito, caberá à ré ofertar o incidente de exceção de incompetência;
- c) caso reconheça o vício de incompetência, o magistrado deverá julgar extinto o feito, sem resolução do mérito;
- d) reputando configurado o vício de incompetência, o órgão do Ministério Público que intervier no feito poderá argui-lo;
- e) caso seja reconhecida a incompetência, a decisão concessiva da tutela provisória porventura proferida deverá ser anulada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois há interesse de incapaz no feito e pode o Parquet, já que lhe compete atuar no processo, alegar a incompetência no caso, conforme art. 65, parágrafo único e art. 178, II, do CPC: “Art. 65 [...] Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar. [...] Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: [...] II - interesse de incapaz”.

A alternativa A está incorreta, pois o foro onde a ação foi proposta (Goiânia) não é nem o foro da sede da empresa ré, e nem o foro de onde a obrigação deveria ser satisfeita, considerando que o autor reside no foro de Serranópolis, nos termos do art. 53, III, “a” e “d”, do CPC: “Art. 53. É competente o foro: [...] III - do lugar: a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica; [...] d) onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento”.

A alternativa B está incorreta, pois a incompetência deverá ser alegada como preliminar de contestação, conforme art. 64 e art. 337, II, do CPC: “Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. [...] Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...] II - incompetência absoluta e relativa”.

A alternativa C está incorreta, pois caberá ao juiz que reconhecer a incompetência, remeter os autos ao juízo competente, nos termos do art. 64, § 3º, do CPC: “Art. 64 [...] § 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente”.

A alternativa E está incorreta, pois os efeitos da tutela proferida pelo juiz, a princípio incompetente, ficarão conservadas até que seja, eventualmente, revogada ou modificada pelo juiz competente, conforme art. 64, § 4º, do CPC: “Art. 64 [...] § 4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente”.

QUESTÃO 23. Considerando a situação descrita no texto 1, é correto afirmar que:

- a) a tutela provisória requerida na petição inicial tem feição cautelar;
- b) a tutela provisória requerida na petição inicial tem feição satisfativa e de evidência;

c) caso não aprecie o requerimento de tutela provisória, é lícito ao juiz analisá-lo e deferi-lo na sentença de mérito;

d) o juiz deverá indeferir a tutela provisória requerida na petição inicial, diante do perigo de irreversibilidade dos efeitos de sua hipotética concessão;

e) caso o autor tenha rotulado a tutela provisória requerida como cautelar, entendendo o juiz, contudo, que a sua natureza é de tutela antecipada, caber-lhe-á indeferir a medida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme dispõe a doutrina de Teresa Arruda Alim Wambier, Maria Lúcia Lins Ribeiro, Leonardo Ferres da Silva e Rogério Licastro Torres de Mello: "[...] no momento da sentença, a cognição já é exauriente – ainda assim, o juiz pode conceder uma “liminar” tardia, que não será mais uma liminar, mas um capítulo da sentença, em que se tutela a evidência (tardiamente percebida), ou a urgência (de que o juiz se deu conta em momento adiantado do processo – melhor agora, do que nunca; ou, então, porque a urgência configurou-se depois do início do processo e antes da sentença). Então, o fato é que, ainda que soe estranho, o juiz pode, sim, conceder tutela provisória na sentença” (Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil – artigo por artigo).

A alternativa A está incorreta, pois a pretensão, na verdade, é de antecipação da tutela, isto é, em que a parte pleiteia a fruição de um direito que somente conseguiria com a tutela definitiva.

A alternativa B está incorreta, pois embora haja a feição satisfativa, não é de evidência, tendo em vista que está presente no caso a urgência, que não é requisito do art. 311 do CPC: “Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando”.

A alternativa D está incorreta, pois a jurisprudência vem flexibilizando a regra sobre o perigo da irreversibilidade da decisão:

Enunciado n.º 419 do FPPC: “Não é absoluta a regra que proíbe tutela provisória com efeitos irreversíveis”.

Enunciado n.º 25 do ENFAM: “A vedação da concessão de tutela de urgência cujos efeitos possam ser irreversíveis (art. 300, § 3º, do CPC/2015) pode ser afastada no caso concreto com base na garantia do acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da CRFB)”.

Enunciado n.º 40 da I Jornada de Direito Processual Civil do CJF: “A irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência não impede sua concessão, em se tratando de direito provável, cuja lesão seja irreversível”.

A alternativa E está incorreta, pois o juiz poderá aplicar o princípio da fungibilidade, nos termos do art. 305, parágrafo único, do CPC: “Art. 305 [...] Parágrafo único. Caso entenda que o pedido a que se refere o caput tem natureza antecipada, o juiz observará o disposto no art. 303”.

QUESTÃO 24. Cláudia intentou ação em face de Daniel, pleiteando a condenação deste a lhe pagar verbas indenizatórias em razão de ato ilícito que lhe atribuiu, consubstanciado na condução imprudente de veículo automotor, do que resultou um acidente que provocou lesões graves na autora.

Na petição inicial, Cláudia formulou pedido genérico, alegando que não lhe era possível aferir todas as consequências do ato ilícito narrado, até porque ainda teria que se submeter a cirurgias por conta das lesões sofridas.

Apreciando a peça exordial, o juiz da causa ordenou a intimação da autora para emendá-la, a fim de formular pedido indenizatório determinado.

Cláudia, porém, alegou que a sua inicial não padecia de nenhum defeito, o que levou o juiz a indeferi-la, extinguindo o feito sem resolução do mérito. Inconformada, a demandante interpôs recurso de apelação.

É correto afirmar, nesse cenário, que o recurso manejado pela parte autora:

- a) comporta juízo de retratação, que, não sendo exercido, ensejará a remessa dos autos ao órgão *ad quem*, o qual deverá dar provimento ao apelo;
- b) não comporta juízo de retratação, o que ensejará a remessa dos autos ao órgão *ad quem*, o qual deverá dar provimento ao apelo;
- c) comporta juízo de retratação, que, não sendo exercido, ensejará a remessa dos autos ao órgão *ad quem*, o qual deverá negar provimento ao apelo;
- d) não comporta juízo de retratação, o que ensejará a remessa dos autos ao órgão *ad quem*, o qual deverá negar provimento ao apelo;
- e) não comporta juízo de retratação, o que ensejará a remessa dos autos ao órgão *ad quem*, o qual não deverá conhecer do apelo, à mingua de interesse recursal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois a apelação deverá ser provida, conforme art. 324, § 1º, II, e art. 331 do CPC: “Art. 324. O pedido deve ser determinado. § 1º É lícito, porém, formular pedido genérico: [...] II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato; [...] Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se”.

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese, é possível a retratação (efeito regressivo do recurso), nos termos do art. 331 do CPC: “Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se”.

A alternativa C está incorreta, pois a apelação deverá ser provida, conforme art. 324, § 1º, II, do CPC: “Art. 324. O pedido deve ser determinado. § 1º É lícito, porém, formular pedido genérico: [...] II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato”.

A alternativa D está incorreta, pois a apelação deverá ser provida e porque cabe retratação pelo juiz, conforme art. 324, § 1º, II, e art. 331 do CPC: “Art. 324. O pedido deve ser determinado. § 1º É lícito, porém, formular pedido genérico: [...] II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato; [...] Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se”.

A alternativa E está incorreta, pois cabe retratação pelo juiz, conforme o art. 331 do CPC: “Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se”. Por outro lado, existe sim interesse recursal do réu, daí porque também é errado se falar de não conhecimento do recurso por falta de interesse.

QUESTÃO 25. No que concerne aos embargos à execução, é correto afirmar que:

- a) são um incidente processual;
- b) o juiz deverá rejeitá-los liminarmente, caso intempestivos;

c) o seu procedimento não admite a realização de audiência;

d) terão o seu mérito julgado por decisão interlocutória, impugnável por recurso de agravo de instrumento;

e) ainda que a execução esteja garantida por penhora, e mesmo presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória, o juiz não lhes poderá atribuir efeito suspensivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois está conforme o art. 918, I, do CPC: “Art. 918. O juiz rejeitará liminarmente os embargos: I - quando intempestivos”.

A alternativa A está incorreta, pois os embargos à execução constituem um meio de defesa do executado no processo civil, nos termos do art. 914 do CPC: “Art. 914. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos”.

A alternativa C está incorreta, pois é possível a realização de audiência, nos termos do art. 920, II, do CPC: “Art. 920. Recebidos os embargos: [...] II - a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido ou designará audiência”.

A alternativa D está incorreta, pois nos termos do art. 920, III, do CPC, encerrada a instrução, o juiz proferirá sentença, logo, o recurso cabível é o recurso de apelação e não o agravo de instrumento.

A alternativa E está incorreta, pois poderá sim o juiz atribuir efeito suspensivo aos embargos à execução, conforme art. 919, § 1º, do CPC: “Art. 919. Os embargos à execução não terão efeito suspensivo. § 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes”.

QUESTÃO 26. Apreciando uma petição Inicial em que se deduzia pretensão executiva fundada em instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, o juiz determinou que o demandante a emendasse, a fim de adaptar a sua pretensão a uma ação de conhecimento de cunho condenatório.

Já examinando uma segunda petição inicial, na qual o autor pedia a condenação do réu a lhe pagar uma obrigação pecuniária fundada em nota promissória vencida uma semana antes, o mesmo juiz a indeferiu de plano, extinguindo o feito sem resolução do mérito, por concluir pela falta de interesse de agir.

À luz desses dados, é correto afirmar que o juiz agiu:

a) acertadamente em ambos os casos;

b) equivocadamente em ambos os casos;

c) equivocadamente no primeiro caso, e acertadamente no segundo;

d) acertadamente no primeiro caso, e equivocadamente no segundo, pois era exigível a prévia concessão de oportunidade para o oferecimento de emenda;

e) acertadamente no primeiro caso, e equivocadamente no segundo, pois não ficou configurado o vício da carência de ação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, tendo em vista que o juiz agiu equivocadamente em ambos os casos.

No primeiro caso, o instrumento apresentado junto à petição inicial possui natureza jurídica de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, IV, do CPC: “Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: [...] IV - o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal;”. Deste modo, poderá a parte, desde logo, propor ação de execução do título extrajudicial, sendo desnecessário o manejo da ação de conhecimento para obter o cumprimento da obrigação, muito embora a parte tenha essa faculdade. Atenção: é uma opção da parte o uso da ação de conhecimento para que o título executivo extrajudicial se torne título executivo judicial, mas não lhe pode ser imposta pelo juiz, assim, o juiz agiu de modo equivocado na primeira situação.

No segundo caso, o juiz também agiu de modo equivocado por dois motivos: (i) primeiro, pois o autor possui interesse processual, uma vez que o título está vencido e não pago; e (ii) segundo, o juiz não poderia indeferir de plano o pedido, devendo intimar as partes para manifestação antes de proferir decisão (vedação à decisão surpresa), conforme art. 10 do CPC: “Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”.

Assim, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 27. Servidor público municipal ajuizou ação de mandado de segurança para impugnar conduta omissiva que atribuiu à Administração, consubstanciada na não inclusão, em seus vencimentos, do valor de uma gratificação a que entendia fazer jus, conforme previsão contida em lei municipal.

Apreciando a petição inicial, o juiz indeferiu a medida liminar ali requerida e determinou a notificação da autoridade impetrada, que, em suas informações, sustentou a inconstitucionalidade da lei que criara a gratificação vindicada na exordial.

Depois de ofertada a manifestação conclusiva pelo Ministério Público, os autos foram conclusos ao juiz.

Nesse quadro, é correto afirmar que:

a) caso conclua pela inconstitucionalidade da lei referida na inicial, caberá ao juiz suspender o feito e determinar a sua remessa à segunda instância, a fim de que o plenário do tribunal ou seu órgão especial aprecie a matéria;

b) caso se conceda a ordem, a sentença poderá ter eficácia condenatória retroativa a lapso temporal anterior à data da impetração do *writ*, desde que observada a prescrição quinquenal;

c) caso se conceda a ordem, a sentença não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, transitando em julgado se não for interposto recurso de apelação;

d) caso se denegue a ordem, por se entender que o autor não titulariza o direito à percepção da gratificação, não poderá ele renovar a demanda, ainda que pelas vias ordinárias;

e) a decisão de indeferimento da medida liminar é insuscetível de impugnação por agravo de instrumento, embora possa ser alvo de embargos de declaração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois a contrário *sensu*, no caso, teria havido decisão de mérito, portanto, impediria o requerente de renovar a demanda pelas vias ordinárias, nos termos do art. 19 da Lei n.º 12.016/2009: “Art. 19. A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais”.

A alternativa A está incorreta, pois conforme entendimento do STF, o mandado de segurança: “[...] não se qualifica como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, não podendo ser utilizado, em consequência, como instrumento de controle abstrato da validade constitucional das leis e dos atos normativos em geral”. (AgR no MS n.º 28.554, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 10/4/2014).

A alternativa B está incorreta, pois não está conforme a Súmula n.º 271 do STF: “Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação à período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria”.

A alternativa C está incorreta, pois a sentença concessiva da segurança está sujeita ao duplo grau obrigatório, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n.º 12.016/2009: “Art. 14 [...] § 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição”.

A alternativa E está incorreta, pois cabe agravo de instrumento na hipótese, nos termos do art. 7º, § 1º, da Lei n.º 12.016/2009: “Art. 7 [...] § 1º Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.”.

QUESTÃO 28. No que toca ao instituto da gratuidade de justiça, é correto afirmar que:

- a) a decisão que indefere o benefício não é impugnável por qualquer via recursal típica, podendo, porém, dar azo ao ajuizamento de mandado de segurança;**
- b) fazem jus ao benefício os litigantes que sejam pessoas físicas, mas não as pessoas jurídicas;**
- c) o beneficiário que sucumbir no feito fica isento da obrigação de pagar honorários ao advogado da parte contrária;**
- d) o beneficiário que incorrer em litigância de má-fé fica isento da obrigação de pagar a multa correspondente;**
- e) abarca as despesas com a realização de exame de código genético (DNA).**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme art. 98, § 1º, V, do CPC: “Art. 98 [...] § 1º A gratuidade da justiça compreende: [...] ; V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais”.

A alternativa A está incorreta, pois a decisão que indefere a gratuidade poderá ser objeto de agravo de instrumento ou apelação, a depender do caso, nos termos do art. 101 do CPC: “Art. 101. Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação”.

A alternativa B está incorreta, pois as pessoas jurídicas também podem ser beneficiárias da gratuidade da justiça, conforme art. 98, “caput”, do CPC: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica,

brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”.

A alternativa C está incorreta, pois o beneficiário não fica isento, mas as verbas ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade (são coisas diferentes, com efeitos diferentes), nos termos do art. 98, § 3º, do CPC: “Art. 98 [...] § 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subseqüentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário”.

A alternativa D está incorreta, pois a concessão da gratuidade de justiça não exime o beneficiário de arcar com as multas processuais impostas, dentre as quais, a multa por litigância de má-fé, conforme art. 98, § 4º, do CPC: “Art. 98 [...] § 4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas”.

QUESTÃO 29. No âmbito do direito do consumidor, a exceção da ruína do devedor:

- a) não é admitida;**
- b) é admitida apenas quando invocada pelo consumidor;**
- c) é admitida apenas quando invocada pelo fornecedor;**
- d) é admitida e pode ser invocada tanto pelo consumidor quanto pelo fornecedor;**
- e) é admitida e só pode ser invocada quando há evidente risco à coletividade.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a exceção da ruína do devedor é utilizada na jurisprudência, a exemplo do julgado do Recurso Especial nº 1.479.420 - SP (2014/0202026-8). Vejamos: “[...] 4. Mantidos a qualidade e o conteúdo de cobertura assistencial do plano de saúde, não há direito adquirido a modelo de custeio, podendo o estipulante e a operadora redesenharem o sistema para evitar o seu colapso (exceção da ruína), desde que não haja onerosidade excessiva ao consumidor ou a discriminação ao idoso. [...]”.

A alternativa B está correta, pois de acordo com a professora Claudia Lima Marques, a exceção da ruína é um instituto que pode ser admitido, desde que a requerimento do consumidor superendividado - situação prevista no art. 104-A do Código de Defesa do Consumidor. Veja trecho do artigo da referida autora: “No que se refere à prevenção do superendividamento a modificações do CDC, com base no princípio cooperação e de cuidado com os consumidores superendividados, impõem novos deveres de vigilância com os intermediários e de lealdade na publicidade e marketing no mercado de crédito, combatem expressamente o assédio de consumo, preservando a dignidade e o mínimo existencial dos consumidores, de forma a evitar a exclusão social do consumidor.” (MARQUES, Claudia Lima; RANGEL, Andréia Fernandes de Almeida. Superendividamento e proteção do consumidor: estudos da I e II Jornada de Pesquisa CDEA. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022).

As alternativas C e D estão incorretas, pois a exceção da ruína não poderia ser admitida quando invocada pelo fornecedor. De acordo com a professora Claudia Lima Marques, a exceção da ruína é um instituto que é invocado pelo consumidor, justificado pelo superendividamento, previsto no art. 104-A do Código de Defesa do Consumidor. Veja o que diz o artigo: “Art. 104-A. A requerimento do

consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A deste Código, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas. (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021)"

A alternativa E está incorreta, pois conforme doutrina da professora Claudia Lima Marques, já transcrita nas justificativas das alternativas anteriores, a exceção da ruína não é instituto que somente será invocado quando há evidente risco à coletividade, mas, sim, no caso de superendividamento do consumidor.

QUESTÃO 30. Herbert, consumidor, promoveu demanda indenizatória em face da sociedade XYZ. Seus pedidos foram julgados procedentes. No entanto, na fase de cumprimento de sentença, não encontrou bens da executada para saldar a dívida. Assim, instaurou incidente de desconsideração direta da personalidade jurídica, com base na teoria menor.

Nesse caso, sem comprovação de culpa, poderia atingir o patrimônio de:

- a) Agenor, sócio na época dos fatos sem poderes de gestão;**
- b) Bernardo, diretor na época do evento lesivo e não sócio;**
- c) Cláudio, sócio sem poderes de gestão e membro do Conselho Fiscal;**
- d) Diva, sócia com poderes de gestão na época do evento lesivo, desligada do quadro social há quatro anos;**
- e) Eduardo, marido de sócia com poderes de gestão na época do evento lesivo e ainda integrante do quadro social.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, no julgado do REsp 1.900.843-DF, a aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica demanda poderes de gestão. Veja um trecho do julgado: "A despeito de não se exigir prova de abuso ou fraude para aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica, não é possível a responsabilização pessoal de sócio que não desempenhe atos de gestão, ressalvada a prova de que contribuiu, ao menos culposamente, para a prática de atos de administração." (STJ. 3ª Turma. REsp 1.900.843-DF, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. para acórdão Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 23/5/2023.)

Assim, enquadra-se a situação de Diva. Portanto, correta a alternativa D.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.900.843-DF, acima transcrito, a aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica demanda poderes de gestão, o que Agenor não detinha na época dos fatos.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.900.843-DF, acima transcrito, a aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica demanda poderes de gestão, e Bernardo não era sócio na época do evento lesivo.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.900.843-DF, acima transcrito, a aplicação da Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica demanda poderes de gestão, o que Cláudio não detinha na época dos fatos.

A alternativa E está incorreta, pois apesar da esposa de Eduardo possuir poderes de gestão, o que lhe qualificaria, conforme entendimento jurisprudencial do STJ (REsp 1.900.843-DF), para a desconsideração da personalidade jurídica segundo a Teoria Menor, não há como presumir o regime de bens entre Eduardo e sua esposa.

QUESTÃO 31. Art. 94 do Código de Defesa do Consumidor: “Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor”. Em julho de 2013, transitou em julgado sentença que, em ação civil pública, reconheceu direito pecuniário de uma coletividade de consumidores.

Rejane, uma das beneficiárias, ajuizou execução individual dessa sentença em abril de 2023. O devedor, então, alegou a prescrição da pretensão executória.

Nesse caso, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) assiste razão ao devedor, porque o prazo aplicável é quinquenal, contado do trânsito em julgado, independentemente da publicação do edital de que trata o art. 94 do Código de Defesa do Consumidor;

b) assiste razão ao devedor, porque o prazo aplicável é trienal, contado do trânsito em julgado, independentemente da publicação do edital de que trata o art. 94 do Código de Defesa do Consumidor;

c) não assiste razão ao devedor, porque, em se tratando de responsabilidade contratual em relação de consumo, o prazo é decenal, contado a partir do trânsito em julgado da sentença coletiva, independentemente da publicação do edital de que trata o art. 94 do Código de Defesa do Consumidor;

d) não assiste razão ao devedor, uma vez que, embora o prazo seja quinquenal a partir do trânsito em julgado da sentença, ele só é deflagrado se o devedor comprovar a providência do Art. 94 do Código de Defesa do Consumidor;

e) não assiste razão ao devedor, uma vez que, em se tratando de responsabilidade contratual em relação de consumo, o prazo é decenal, contado a partir do trânsito em julgado da sentença coletiva, desde que se tenha observado a providência do art. 94 do Código de Defesa do Consumidor.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. A relevância da publicação do edital, como termo inicial da fluência da prescrição quinquenal para o ajuizamento da ação individual de cumprimento da sentença originária de ação civil pública, foi alvo de julgamento no REsp 1388000/PR, no qual foi firmada a tese no Tema 877 do STJ: “O prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei 8.078/90.”

Automaticamente, a alternativa D fica incorreta, pois conforme jurisprudência do STJ acima transcrita (Tema nº 877), o prazo para a execução individual de ação coletiva não necessita de ampla divulgação pelos meios de comunicação social.

As alternativas B, C e E estão incorretas, pois o prazo aplicável é quinquenal e deve ser contado do trânsito em julgado da sentença. De acordo com o julgamento do processo de nº TST-RRAg-343-33.2019.5.17.0001. Veja: “[...] A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que o prazo prescricional para execução individual de sentença coletiva é quinquenal e deve ser contado a partir da data do trânsito em julgado do título executivo judicial. [...]”.

QUESTÃO 32. No âmbito da tutela coletiva, diversas técnicas foram desenvolvidas para otimizar a eficiência do microssistema. Eis a definição abaixo:

“(...) prevista no art. 100 do CDC, constitui específica e acidental hipótese de execução coletiva de danos causados a interesses individuais homogêneos, instrumentalizada pela atribuição de legitimidade subsidiária aos substitutos processuais do art. 82 do CDC para perseguirem a indenização de prejuízos causados individualmente aos substituídos, com o objetivo de preservar a vontade da Lei e impedir o enriquecimento sem causa do fornecedor que atentou contra as normas jurídicas de caráter público, lesando os consumidores”. (REsp n. 1.955.899/PR, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 15/3/2022, DJe de 21/3/2022).

O conceito se refere a:

- a) liquidação imprópria;
- b) transporte in utilibus da coisa julgada favorável;
- c) recuperação fluida (fluid recovery);
- d) direito de opt-in;
- e) coisa julgada secundum eventum litis.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois não se trata de liquidação imprópria, mas do instituto do fluid recovery. A liquidação imprópria ocorre quando, nas ações coletivas, há uma liquidação individual da sentença coletiva, o que a doutrina e jurisprudência denominam de liquidação imprópria: “a coisa julgada pode ser transportada ou estendida para o plano individual, ocasião na qual a liquidação será realizada pelos próprios indivíduos (ou seus sucessores) integrantes da coletividade...” (DONIZETTI, Elpídio. CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de processo coletivo. São Paulo: Atlas, 2010. p. 380).

A alternativa B está incorreta, pois não se trata de transporte in utilibus da coisa julgada favorável, mas do instituto do fluid recovery. O transporte in utilibus da coisa julgada favorável, na demanda coletiva, ocorre quando, sendo procedente o pedido, utiliza-se esse resultado nas demandas individuais, conforme art. 103, 3º do CDC, vejamos: “Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: (...) § 3º Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99.”

A alternativa C está correta, pois se trata do instituto da reparação fluida, ou fluid recovery. O enunciado traz o julgado do REsp n. 1.955.899/ PR, no qual o STJ trata do instituto previsto no art. 100 do Código de Defesa do Consumidor, que ocorre quando não houver, no curso de um ano da sentença condenatória, a habilitação de interessados (lesados), caso em que os legitimados do art. 82 do CDC poderão promover a liquidação e execução da indenização devida. Vejamos o artigo e questão: “Art. 100 - Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida. Parágrafo único. O produto da indenização devida reverterá para o fundo criado pela Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985. (Vide Decreto nº 407, de 1991)”.

A alternativa D está incorreta, pois não se trata de direito de opt-in, mas do instituto do fluid recovery. O direito de opt-in consiste na opção das vítimas de manifestar, caso desejem ter a sua pretensão tutelada pela ação coletiva, expressamente sua vontade perante o juiz. Veja: "Na modalidade de processos coletivos opt in, por sua vez, a formação do grupo ocorre a partir de uma manifestação ativa (ato positivo) de cada indivíduo, através da iniciativa do autor em ajuizar sua própria ação que, posteriormente, em face de outras ações repetitivas, são agregadas para fins de julgamento único (casos repetitivos)." (ZANETI, Graziela. 2. Processos Coletivos Transnacionais: Class Actions e Tutelas Coletivas Opt In In: ZANETI, Graziela. Jurisdição Adequada para os Processos Coletivos Transnacionais. São Paulo (SP):Editora Revista dos Tribunais. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/jurisdiacao-adequada-para-os-processos-coletivos-transnacionais/1199171587>. Acesso em: 17 de dezembro de 2023.)

A alternativa E está incorreta, pois não se trata de coisa julgada secundum eventum litis, mas do instituto do fluid recovery. A coisa julgada secundum eventum litis, para Fredie Didier: “[...] é aquela que somente é produzida em um dos possíveis resultados da demanda, procedente ou improcedente. Por exemplo: o legislador determina que apenas nos casos de procedência haverá coisa julgada material.” (DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de direito processual civil – teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela.5ªed. Salvador: Jus Podium, 2010. vol.2.)

QUESTÃO 33. O juiz Ramiro, ao presidir uma audiência em que era ré pessoa transexual, provocado por requerimento da Defesa, proferiu a seguinte decisão:

“Tudo bem considerado, INDEFIRO:

(i) o pedido de retificação do registro civil, por considerar que falta competência a esse Juízo Criminal para tal providência;

(ii) o pleito de alteração do local de segregação cautelar, uma vez que, quando do cumprimento do mandado de prisão preventiva, a ré optou por estabelecimento feminino, de modo que não é possível, agora, transferi-la para unidade masculina;

(iii) sem prejuízo, de ofício, determino a anotação de que a parte pertence à população LGBTQIA+ no sistema informatizado deste Tribunal, diante da autodeclaração hoje manifestada”.

À luz da Resolução CNJ nº 348/2020, acertou o magistrado somente quanto aos itens:

a) (ii);

b) (iii);

c) (i) e (ii);

d) (i) e (iii);

e) (ii) e (iii).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, uma vez que o juiz decidiu acertadamente apenas no item (iii).

O magistrado decidiu de forma incorreta na decisão do item (i), pois de acordo com o art. 6º, parágrafo único, da Resolução n.º 348/2020 do CNJ o juízo criminal poderá sim adotar tal providência: “Art. 6º [...] Parágrafo único. Caberá ao magistrado, quando solicitado pela pessoa autodeclarada parte da população LGBTI ou pela defesa, com autorização expressa da pessoa interessada, diligenciar pela emissão de documentos, nos termos do artigo 6º da Resolução CNJ nº 306/2019, ou pela retificação da documentação civil da pessoa”.

O magistrado decidiu de forma incorreta na decisão do item (ii), pois é possível a modificação posterior do estabelecimento prisional, isto é, de feminino para masculino ou de masculino para feminino, conforme se depreende do art. 7º § 1º-Aº, da Resolução n.º 348/2020 do CNJ: “Art. 7º Em caso de prisão da pessoa autodeclarada parte da população LGBTI, o local de privação de liberdade será definido pelo magistrado em decisão fundamentada. (Redação dada pela Resolução n. 366, de 20/01/2021) [...] § 1º - A. A possibilidade de manifestação da preferência quanto ao local de privação de liberdade e de sua alteração deverá ser informada expressamente à pessoa pertencente à população LGBTI no momento da autodeclaração. (Incluído pela Resolução n. 366, de 20/01/2021)”.

O magistrado decidiu de forma correta na decisão do item (iii), conforme art. 5º, parágrafo único, da Resolução n.º 348/2020 do CNJ: “Art. 5º [...] Parágrafo único. O magistrado poderá, de ofício ou a pedido da defesa ou da pessoa interessada, determinar que essa informação seja armazenada em caráter restrito, ou, nos casos previstos pela lei, decretar o sigilo acerca da autodeclaração”.

Assim, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 34. O Conselho Tutelar recebe notícia de fato informando que a criança Maria é vítima de violência doméstica e familiar praticada por seu pai. Ao realizar visita domiciliar, a conselheira tutelar Neide constata a veracidade da denúncia, identificando risco iminente à integridade física da criança, em razão das agressões sofridas. O Município em que Neide atua não é sede de Comarca, razão pela qual a conselheira afasta o agressor do lar através de medida por ela aplicada, dirigindo-se, posteriormente, à Delegacia de Polícia daquele Município para registro de ocorrência do crime praticado contra a criança, sendo atendida pelo delegado, que estava de plantão desde o início do dia.

Considerando o disposto na Lei no 14.344/2022, é correto afirmar que:

a) a Lei no 14.344/2022 criou novas atribuições para o Conselho Tutelar, havendo a previsão de afastamento do agressor do lar pelo conselheiro, à luz do princípio da proteção integral;

b) a competência para afastamento de agressor do lar é exclusiva da autoridade judicial e não comporta quaisquer exceções;

c) no caso narrado, Neide poderia representar à autoridade policial para afastamento do agressor do lar, na medida em que o delegado está presente no momento da denúncia;

d) em razão da reserva de jurisdição, Neide deve se dirigir, obrigatoriamente, ao Município sede da Comarca para requerer o afastamento pela autoridade judiciária;

e) em que pese a presença do delegado no momento da denúncia, Neide poderia requerer a um policial o afastamento do agressor do lar, em razão do risco iminente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O delegado estava na cidade e, portanto, a conselheira Neide deveria ter representado a ele (delegado) para o afastamento. O Conselho Tutelar sozinho não pode tomar esta providência.

Art. 14 da Lei. 14.344/22. Verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima:

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca;

§ 1º O Conselho Tutelar poderá representar às autoridades referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima.

Nesse sentido, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 35. Jéssica, adolescente de 13 anos, é vítima de crime de estupro de vulnerável praticado por Hélio, companheiro de sua avó materna, Concluída a fase investigatória, o Ministério Público oferece denúncia em face de Hélio, requerendo, em sede de produção antecipada de provas, o depoimento especial de Jéssica, que é realizado pelo juiz criminal. Decorridos seis meses da audiência criminal, o juiz da Vara de Família designa audiência para coletar o depoimento especial de Jéssica na ação de guarda em tramitação perante aquele juízo, considerando o testemunho da adolescente imprescindível. Ao ser contatada, juntamente com seus representantes legais, pela equipe técnica da Vara de Família, Jéssica afirma que não deseja mais falar sobre o assunto, pois realizou tratamento psicológico e reestruturou a sua vida. A decisão de Jéssica é apoiada por seus pais, que entendem que todos os esclarecimentos foram prestados ao juiz criminal. Considerando o disposto na Lei no 13.431/2017, é correto afirmar que:

a) na condição de testemunha, Jéssica é obrigada a prestar depoimento especial na ação de guarda em tramitação na Vara de Família;

b) a hipótese narrada não autoriza o rito cautelar de antecipação de provas, que só é cabível para crianças com idade inferior a 7 anos;

c) a Lei no 13.431/2017 veda expressamente a possibilidade de realização de mais de um depoimento especial, sendo, obrigatoriamente, realizado uma única vez;

d) considerando que não houve anuência de Jéssica e de seus representantes legais, não será admitida a tomada de novo depoimento especial;

e) caso Jéssica e seus representantes legais manifestassem concordância com novo depoimento especial, apesar de considerado imprescindível pelo magistrado, este não seria admitido, por ausência de previsão legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

Conforme o art. 11, § 2º, da Lei nº 13.431/2017: Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.

Portanto, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 36. A Defensoria Pública recebe a notícia de que os cuidadores do serviço de acolhimento municipal têm aplicado castigos imoderados a crianças e adolescentes que se encontram na entidade. Em virtude disso, a defensora pública dirige-se ao serviço em questão, procede à coleta de depoimento especial das crianças e adolescentes visando apurar os fatos e propõe Representação para apuração de irregularidades em entidade de atendimento, com pedido liminar de afastamento do dirigente. Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA) e na Lei no 13.431/2017, é correto afirmar que:

a) a Defensoria Pública não está legitimada a realizar a fiscalização de serviços de acolhimento ou a dar início ao procedimento de apuração de irregularidades em entidades previsto no ECA, devendo noticiar os fatos aos órgãos legitimados;

b) a defensora pública possui atribuição para a coleta de depoimento especial de crianças e adolescentes cujos direitos se encontrem violados, observando-se o protocolo previsto em lei;

c) no procedimento de apuração de irregularidades não é cabível, em tese, o afastamento provisório de seus dirigentes, em observância ao princípio do devido processo legal;

d) o Ministério Público possui legitimidade exclusiva para dar início ao procedimento de apuração de irregularidade em entidades de atendimento de crianças e adolescentes;

e) caso haja notícia de irregularidades em entidade de atendimento, caberá ao Conselho Tutelar noticiar os fatos ao Ministério Público, na medida em que o Conselho não possui legitimidade para ajuizar Representação nessa hipótese.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A Defensoria Pública não agiu corretamente. Deveria ter comunicado ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público, que possuem legitimidade para ajuizar o procedimento de apuração de irregularidades em entidades de atendimento.

Estabelece o art. 9º da Lei nº 13.431/2017 que a criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.

Conforme o art. 191 do ECA: O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.

Parágrafo único. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.

Por fim, quem fiscaliza as entidades governamentais e não-governamentais é o Judiciário, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares.

QUESTÃO 37. A Prefeitura de Anápolis decide realizar um show comemorativo ao aniversário da cidade em ginásio, com a presença de diversas atrações musicais. A organização do evento obtém alvará judicial para a entrada e permanência de adolescentes de 16 anos desacompanhados dos pais ou responsável, sendo previsto no alvará sistema de controle de idade, através da distribuição de pulseiras, a fim de impedir o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos. Segundo tal sistemática, a pulseira é entregue aos que comprovam ser maiores de 18 anos de idade, podendo assim consumir bebidas alcoólicas durante o evento. Wanderson, adolescente de 16 anos, participa do evento desacompanhado dos pais e, após a ingestão excessiva de bebidas alcoólicas, necessita de atendimento no posto médico do local. Diante de tais fatos, o Conselho Tutelar é acionado para a aplicação das medidas protetivas cabíveis.

Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- a) caberá ao conselheiro tutelar lavrar auto de infração em face do organizador do evento, por descumprimento do alvará, na medida em que houve a venda de bebida alcoólica a adolescente;**
- b) o alvará concedido é ilegal, na medida em que autoriza a entrada e permanência de adolescentes desacompanhados em evento onde há a venda de bebidas alcoólicas;**
- c) o fato narrado configura crime e infração administrativa às normas previstas no ECA, sendo os responsáveis pelas violações passíveis de punição;**
- d) o conselheiro tutelar deverá aplicar a medida de acolhimento institucional a Wanderson em razão do ocorrido, ainda que localizados os seus pais;**
- e) no caso narrado, o responsável pela venda de bebidas alcoólicas ao adolescente responderá apenas por infração administrativa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De fato, vender bebida alcoólica é crime previsto no art. 243 do ECA, bem como infração administrativa prevista nos artigos 249 e 258 do ECA.

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 258. Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo:

Pena - multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Dessa forma, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 38. Wellington, adolescente de 16 anos, pratica ato infracional análogo a roubo qualificado, tendo-lhe sido aplicada medida socioeducativa de internação. Após o decurso de 1 ano de cumprimento da medida e tendo em vista o teor do Plano Individual de Atendimento (PIA) e dos relatórios elaborados pela equipe técnica da unidade em que se encontra, informando o alcance da finalidade da medida de internação, esta é progredida pelo magistrado para a de semiliberdade. Decorrido um mês de início do cumprimento da nova medida, o juiz da Infância e da Juventude competente é informado de que Wellington praticara, anteriormente, ato infracional análogo a homicídio tentado, estando pendente de cumprimento a medida socioeducativa de internação aplicada em razão do mencionado ato.

Considerando o disposto na Lei no 12.594/2012 (Lei do Sinase), é correto afirmar que:

- a) Wellington deverá ser transferido, imediatamente, para unidade socioeducativa de internação, suspendendo-se a medida de semiliberdade aplicada;**
- b) após o cumprimento da medida de semiliberdade pelo prazo mínimo de seis meses, Wellington dará início ao cumprimento da medida de internação pendente;**
- c) é vedada a aplicação de nova medida de internação no caso narrado, sendo o ato infracional anterior absorvido pelo análogo a roubo, que teve medida de internação cumprida;**
- d) a autoridade judiciária deverá proceder à unificação de medidas, devendo o adolescente dar reinício ao cumprimento da medida socioeducativa de internação;**
- e) a medida socioeducativa de semiliberdade deverá ser declarada extinta pelo juiz da Infância e da Juventude, encerrando-se a fase de execução.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa se fundamenta no disposto no § 2º do art. 45 da Lei 12.594/2012:

Art. 45. Se, no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida, a autoridade judiciária procederá à unificação, ouvidos, previamente, o Ministério Público e o defensor, no prazo de 3 (três) dias sucessivos, decidindo-se em igual prazo.

§ 1º É vedado à autoridade judiciária determinar reinício de cumprimento de medida socioeducativa, ou deixar de considerar os prazos máximos, e de liberação compulsória previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), excetuada a hipótese de medida aplicada por ato infracional praticado durante a execução.

§ 2º É vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos

rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema.

Dessa forma, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 39. Jefferson, adolescente de 15 anos, pratica ato infracional análogo a furto, sendo apreendido em flagrante por policial militar e conduzido à Delegacia de Polícia. Tendo em vista comparecimento dos pais do adolescente à repartição policial e em razão da natureza do ato infracional, o delegado de polícia libera o adolescente, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público. Durante a oitiva informal, o adolescente confessa ao promotor de Justiça a prática do ato infracional, estando presentes os seus pais e ausente a defesa técnica, em que pese ter sido notificada para comparecimento à oitiva informal. O promotor de Justiça oferece Representação em face do adolescente pela prática do ato infracional.

À luz da Lei no 8.069/1990 (ECA) e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, é correto afirmar que:

- a) está configurada nulidade, por estar o adolescente indefeso, diante da ausência de advogado constituído ou de defensor público na oitiva informal;
- b) não está configurada nulidade, na medida em que o adolescente poderá ratificar o seu depoimento em juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa;
- c) está configurada nulidade, uma vez que não se pode admitir a confissão da prática de ato infracional estando ausente a defesa técnica do adolescente;
- d) não está configurada nulidade, desde que o promotor de Justiça requisiite a presença do conselheiro tutelar para acompanhar a oitiva informal;
- e) está configurada nulidade, cabendo ao promotor de Justiça abster-se de ouvir o adolescente, em razão da ausência da defesa técnica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Conforme o STJ, trata-se de mera irregularidade a ausência de defesa técnica já que a oitiva informal é ato extrajudicial e em razão da necessidade de ratificação do depoimento do menor perante o Juízo competente, sob o crivo do contraditório, não há prejuízo à defesa.

HABEAS CORPUS. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE FURTO QUALIFICADO. OITIVA INFORMAL. ART. 179 DO ECA. AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. ALEGADA NULIDADE. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PREVISTO EM LEI. MANIFESTAÇÃO DO MENOR QUE DEVERÁ SER RATIFICADA EM JUÍZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.– O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. – Nos termos da jurisprudência desta Corte, a ausência de defesa técnica na audiência de oitiva informal do menor perante o Ministério Público não configura nulidade, porquanto não implica prejuízo à defesa, em razão da necessidade de ratificação do depoimento do menor perante o Juízo competente, sob o crivo do

contraditório. Com efeito, a audiência de oitiva informal tem natureza de procedimento administrativo, que antecede a fase judicial, oportunidade em que o membro do Ministério Público, diante da notícia da prática de um ato infracional pelo menor, reunirá elementos de convicção suficientes para decidir acerca da conveniência da representação, do oferecimento da proposta de remissão ou do pedido de arquivamento do processo (HC 109.242/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA). Precedentes.– Habeas corpus não conhecido.

Dessa forma, as alternativas A, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 40. Robson, adolescente de 17 anos, é apreendido em flagrante pela prática de ato infracional análogo ao crime de latrocínio, praticado em coautoria com Mário, de 30 anos de idade. Os policiais transportam Robson e Mário em veículo do tipo camburão, com compartimento fechado na parte traseira, na medida em que não havia outra viatura disponível no momento da ocorrência policial. Finda a instrução da ação proposta em face de Robson em virtude da prática de ato infracional, o juiz da Infância e da Juventude aplica ao adolescente a medida socioeducativa de internação pelo prazo mínimo de 1 ano. A equipe técnica da unidade de internação sugere, no Plano Individual de Atendimento (PIA), que Robson continue praticando judô em centro de treinamento localizado fora da unidade, na medida em que o adolescente competia em campeonatos esportivos antes da apreensão pela prática de ato infracional. Júlio César, diretor da unidade, impede a saída de Robson da unidade, por entender que tal atividade esportiva é incompatível com a medida socioeducativa de internação e o ato infracional é grave.

Considerando o disposto na Lei no 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- a) a medida socioeducativa de internação possibilita a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário;
- b) considerando que o ato infracional foi praticado mediante grave violência contra pessoa, as reavaliações de medida podem ter a periodicidade anual;
- c) o diretor da unidade socioeducativa tem autonomia administrativa para a tomada de decisões acerca da execução da medida, podendo impedir a realização de atividades externas pelo adolescente;
- d) o transporte de adolescente em compartimento fechado de veículo policial é autorizado pelo ECA, quando se mostrar necessário à garantia da ordem pública;
- e) a gravidade do ato infracional é fator preponderante para determinar a periodicidade de reavaliação da medida de internação e eventual progressão para medida menos gravosa, em meio aberto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

De acordo com o art. 121, § 1º do ECA, no cumprimento da internação será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

A alternativa B está incorreta, pois muito embora a medida de internação não comporte prazo determinado, deve sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

Art. 121. (...)

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

A alternativa C está incorreta, pois o diretor não pode vedar atividade externa, somente o juiz. De acordo com o art. 121, § 1º do ECA, no cumprimento da internação será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

A alternativa D está incorreta, pois o ECA veda expressamente o transporte de adolescente em compartimento fechado.

Art. 178. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

A alternativa E está incorreta, pois muito embora a medida de internação não comporte prazo determinado, deve sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

Art. 121. (...)

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

Dessa forma, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 41. Alberto foi flagrado por policiais quando trazia consigo, no interior de uma mochila, 13 sementes da planta Cannabis sativa, vulgarmente conhecida como maconha, ocasião em que ele admitiu que pretendia semeá-las para, posteriormente, colher a planta e consumir a droga, juntamente com seus amigos. Apreendidas e periciadas as sementes, restou demonstrado que elas não continham a substância psicoativa proibida encontrada na planta (tetra-hidrocanabinol - THC).

Diante do caso narrado, a correta adequação típica do fato, à luz do ordenamento jurídico penal, é:

- a) fato atípico;**
- b) tráfico de drogas;**
- c) porte de drogas para consumo pessoal;**
- d) tráfico de drogas, na forma típica equiparada;**
- e) porte de drogas para consumo pessoal, na forma típica equiparada.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme entendimento pacificado do STJ: “É atípica a conduta de importar pequena quantidade de sementes de maconha”. (EREsp n.º 1.624.564-SP, Rel. Min. Laurita Vaz, 3ª Seção, por unanimidade, julgado em 14/10/2020, DJe 21/10/2020)

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pois não estão de acordo com o entendimento da Corte Cidadã.

QUESTÃO 42. Bianca, inconformada com o fim de seu namoro com Caio, ciente de que ele costuma frequentar determinado parque público para se exercitar aos domingos, passa a ir ao local, a fim de encontra-lo, ocasião em que, de forma insistente e aos prantos, pede para que reatem a relação amorosa, assim dificultando seu lazer, o que é feito em cinco domingos sucessivos.

Diante do caso narrado, o crime cometido por Bianca é de:

- a) perseguição;
- b) constrangimento ilegal;
- c) violência psicológica;
- d) importunação sexual;
- e) perturbação do sossego.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O crime em questão é o crime de perseguição, ou de stalking, previsto no art. 147-A do Código Penal: "Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. (Incluído pela Lei nº 14.132, de 2021) Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa."

Não há ameaça física ou psicológica, mas há a restrição da capacidade de locomoção ou invadindo sua esfera de liberdade ou privacidade.

A alternativa B está incorreta. O caso narrado não se encaixa no crime de constrangimento ilegal, pois não houve constrangimento à vítima por violência ou grave ameaça.

A alternativa C está incorreta. O crime de violência psicológica é um crime cometido contra a mulher, nos termos do art. 147-B do Código Penal.

A alternativa D está incorreta. Não há menção ao caso narrado sobre a prática de ato libidinoso, portanto, não caracterizando o tipo penal da importunação sexual.

A alternativa E está incorreta. A perturbação do sossego é contravenção penal, previsto no art. 42 do Decreto-Lei n. 3.688/41, que não se enquadra ao caso narrado.

QUESTÃO 43. Ao arrolar as causas extintivas da punibilidade, o Código Penal prevê como uma delas a prescrição penal.

Sobre a citada figura jurídica, é correto afirmar que:

- a) o curso do prazo da prescrição da pretensão punitiva interrompe-se pela reincidência;
- b) nos crimes permanentes, o prazo prescricional começa a correr do dia em que tem início a permanência;

c) no caso de concurso formal de crimes, o prazo prescricional é calculado com base na pena aumentada pelo concurso;

d) no cálculo do prazo prescricional, não se consideram causas de aumento ou de diminuição de pena;

e) a publicação do acórdão condenatório, mesmo quando confirmatório da sentença de 1º grau, é causa interruptiva da prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O curso da prescrição punitiva não se interrompe com a prescrição. A questão aborda sobre a prescrição após o trânsito em julgado, se tratando da prescrição executória (PPE).

A alternativa B está incorreta. Nos crimes permanentes, o prazo prescricional começa a correr do dia em que encerra a permanência do crime.

A alternativa C está incorreta. A regra do CP é o cálculo da prescrição de cada delito de forma isolada, sem o aumento do concurso de crimes e sem a soma do concurso material, nos termos do art. 109 do Código Penal.

A alternativa D está incorreta. No cálculo das causas de aumento ou de diminuição da pena é adotada a pior das hipóteses, pois o objetivo é auferir a maior pena aplicável ao réu. Então, no caso da prescrição da prevenção punitiva em abstrato, consideramos a pior das hipóteses. Sendo a prescrição retroativa, superveniente ou executória, teremos por base a pena aplicada.

A alternativa E está correta. Após muita divergência entre as Cortes Superiores, o STF fixou a seguinte tese: acórdão condenatório sempre interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório da sentença de 1º grau (STF, HC 176473, Tribunal Pleno).

QUESTÃO 44. Dario, casado com Elisa, começa a beijá-la na cama, sendo correspondido. Na sequência, ele faz menção de terem relações sexuais, porém, ela recusa, alegando que está com sono e quer dormir. Não satisfeito com a negativa de Elisa, Dario a imobiliza e mantém com ela cópula vaginal, a força. Durante a relação sexual, diante da resistência de Elisa e da agressividade com que possuída pelo marido, ela sofre lesões corporais leves.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica dos fatos, a luz do ordenamento Jurídico penal, é:

a) De lesão corporal qualificada pela violência doméstica;

b) estupro qualificado por lesão corporal;

c) estupro, com a pena aumentada;

d) estupro e lesão corporal qualificada pela violência doméstica;

e) estupro, com a pena aumentada, e lesão corporal qualificada pela violência doméstica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O entendimento consolidado é a possibilidade de haver crime de estupro entre cônjuges. Então, aqui podemos excluir a alternativa de crime de lesão corporal.

A alternativa B está incorreta. A lesão corporal leve não é qualificadora do crime de estupro por ausência de tipificação legal.

A alternativa C está correta. Neste caso ocorreu a absorção dos crimes, sendo aplicado a pena do art. 226, II do Código Penal “Art. 226. A pena é aumentada: II - de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela; (Redação dada pela Lei nº 13.718, de 2018)”.

Alternativa D está incorreta. Não existe a qualificadora do estupro por violência doméstica por ausência de tipificação legal nesse sentido.

Alternativa E está incorreta, conforme comentários anteriores.

QUESTÃO 45. Felisberto, réu em ação penal por crime de ameaça, cuja pena cominada é de detenção, de 1 a 6 meses, ou multa, é condenado final do processo. No curso da ação penal, restou demonstrado que o acusado é reincidente, pois possui condenação anterior definitiva por crime de ato obsceno, em que foi condenado à pena de multa, além de apresentar circunstâncias judiciais desfavoráveis.

Diante do caso narrado, deverá o juiz aplicar, na sentença condenatória:

- a) somente pena de multa;**
- b) pena de detenção, em patamar superior ao mínimo legal cominado, com a fixação de regime inicialmente fechado;**
- c) pena de detenção, em patamar superior ao mínimo legal cominado, com a fixação de regime inicialmente semiaberto;**
- d) pena de detenção, no mínimo legal cominado, com a fixação de regime inicialmente aberto, concedendo ao réu a suspensão condicional da execução da pena;**
- e) pena de detenção, em patamar superior ao mínimo legal cominado, com a fixação de regime inicialmente semiaberto, e a substituição da pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos ou multa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 59 do Código Penal, devemos seguir as circunstâncias judiciais, e se for desfavorável, não aplicará somente multa ao réu.

Alternativa B está incorreta. A pena de detenção não permite aplicação da pena em regime inicial fechado

Alternativa C está correta. A pena base ficará superior ao patamar ao mínimo cominado, por conta das circunstâncias desfavoráveis, com regime inicial semiaberto pela reincidência.

Alternativa D está incorreta. O réu é reincidente com circunstâncias desfavoráveis, não cabendo, por tanto, a fixação de regime inicialmente aberto nem a suspensão condicional da execução da pena.

Alternativa E está incorreta. A substituição da pena privativa de liberdade não será cabível em razão das circunstâncias judiciais desfavoráveis. Inclusive, segue a jurisprudência do STJ neste sentido (AgRg no HC n. 850.756/SP).

QUESTÃO 46. Homero, sócio-gerente de um pequeno restaurante, que atravessa grave crise financeira em decorrência da pandemia, pela redução expressiva de seu número de clientes, deixa de recolher aos cofres públicos, no prazo legal, valores relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), vindo a ser processado criminalmente pelos fatos.

Diante do caso narrado e à luz da Jurisprudência do STJ sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) Homero não cometeu qualquer crime, pois os fatos constituem prática de elisão fiscal, devendo o juiz absorve-lo;
- b) deve ser reconhecido, em favor de Homero, que praticou o fato quando não lhe era exigível conduta diversa, sendo cabível sua absolvição;
- c) Homero não cometeu qualquer crime, pois, em consideração às circunstâncias em que agiu, deve ser reconhecida a ausência de dolo em sua conduta, cabendo ao juiz absolvê-lo;
- d) deve ser reconhecido, em favor de Homero, que praticou o fato sob estado de necessidade, com sua consequente absolvição;
- e) O Homero cometeu o crime de apropriação indébita tributária, inexistindo qualquer excludente da ilicitude ou eximente da culpabilidade que possa beneficiá-lo, devendo o juiz condená-lo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Alternativa B está correta.

A questão aborda acerca de crime de não recolhimento tributário, exigindo do candidato o entendimento à luz da Jurisprudência do STJ sobre o tema

De acordo com a jurisprudência do STJ, considera típica e constitucional a conduta de deixar de repassar ao fisco o ICMS indevidamente apropriado se for constatada a contumácia delitiva e o dolo de apropriação (AgRg nos EDcl no RHC n. 147.297/SC, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 30/8/2023.).

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

QUESTÃO 47. Ilário é flagrado por policiais quando trazia consigo, para venda, 100 gramas de cocaína, acondicionados em 141 microtubos plásticos. Por tal fato, ele é processado criminalmente. No curso do processo, restam provadas a materialidade delitiva e sua autoria na pessoa de Ilário, vindo aos autos perícia médico-legal, atestando que, ao tempo dos fatos, o réu, dependente químico, estava sob efeito de substância psicoativa ilegal e, por conta disso, não possuía capacidade plena de autodeterminação.

Diante do caso narrado, deverá o juiz:

- a) condenar o réu nas penas do crime de tráfico de drogas;
- b) absolver o réu, reconhecendo sua inimputabilidade, com imposição de medida de segurança;
- c) absolver o réu, reconhecendo sua semi-imputabilidade, com imposição de medida de segurança;

d) condenar o réu pelo crime de tráfico de drogas, mas, reconhecendo sua semi-imputabilidade, reduzir as penas aplicadas;

e) condenar o réu pelo crime de tráfico de drogas, mas, reconhecendo sua inimputabilidade, reduzir as penas aplicadas ou substituí-las por medida de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, por força do art. 45 e art. 46 da Lei n.º 11.343/2006: “Art. 45. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Parágrafo único. Quando absolver o agente, reconhecendo, por força pericial, que este apresentava, à época do fato previsto neste artigo, as condições referidas no caput deste artigo, poderá determinar o juiz, na sentença, o seu encaminhamento para tratamento médico adequado. Art. 46. As penas podem ser reduzidas de um terço a dois terços se, por força das circunstâncias previstas no art. 45 desta Lei, o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

A alternativa A está incorreta, pois apesar de estar “correta”, está incompleta, considerando que a alternativa D está mais completa e correta ao dispor sobre a possibilidade de redução das penas ou substituição por medidas de segurança.

As alternativas B e C estão incorretas, pois não se está diante de hipótese de condenação.

A alternativa E está incorreta, pois não é caso de inimputabilidade, mas sim de semi-imputabilidade.

QUESTÃO 48. Jorge, em agosto de 2023, invade o galinheiro de um vizinho, então ausente, de onde retira seis galinhas, duas das quais abate para sua alimentação, vendendo as demais, passando-se por seu dono. Jorge não possui qualquer anotação criminal e o valor total das referidas aves é de R\$ 150,00.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica dos fatos, à luz do ordenamento jurídico penal, é:

a) furto privilegiado;

b) furto qualificado;

c) furto qualificado privilegiado;

d) fato atípico, devendo ser reconhecido o princípio da bagatela;

e) furto privilegiado e disposição de coisa alheia como própria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Contudo, essa questão é passível de recurso, uma vez que podemos considerar a aplicação da bagatela.

A alternativa D está correta também, em decorrência da aplicabilidade do limite de 10% do salário mínimo do valor da coisa furtada. Jorge não possui nenhuma anotação criminal contra ele e a lesão ao patrimônio poderá ser considerado irrelevante, em que pese o valor das vendas das galinhas estar um pouco acima do valor limítrofe do reconhecimento da bagatela. Inclusive, é possível ser

acatada a bagatela ainda que o valor esteja acima de 10% do salário mínimo, quando evidente a inexpressividade da lesão jurídica provocada, como elucidado ao caso narrado (HC 596.144/SC).

A alternativa E está correta. O examinador deixa claro em seu enunciado a diferenciação das condutas de furto e os termos de disposição de coisa alheia como própria. Furto privilegiado em razão do valor das aves abaixo do salário mínimo nacional (R\$ 1.320,00), porém, um pouco acima do valor considerado para a bagatela, e não possui anotação criminal.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 49. Réu condenado, por sentença definitiva, pela prática de crime pode vir a não cumprir a pena ou a ter a execução da pena extinta, caso sobrevenha causa extintiva da punibilidade. Dentre essas causas, existem aquelas que, ocorridas após a sentença condenatória Irrecorrível, extinguem todos os efeitos penais da condenação, principais e secundários.

E o que acontece com o(a):

- a) anistia;**
- b) graça;**
- c) Indulto;**
- d) prescrição da pretensão executória;**
- e) reparação do dano, no crime de peculato culposo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, tendo em vista que a anistia é uma causa de extinção da punibilidade, por meio da qual o Estado renuncia ao seu ius puniendi, perdoadando a prática de determinadas infrações penais.

Destaca-se que, apesar de comumente ser direcionada aos crimes políticos, nada impede que também seja concedida a crimes comuns.

A competência é do Poder Legislativo da União, mediante Lei Ordinária, conforme se extrai do art. 21, XVII e do art. 48, VIII, da CF: “Art. 21. Compete à União: [...] XVII – conceder anistia”. “Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: [...] VIII – concessão de anistia”.

Assim, a anistia é uma causa que apaga os efeitos penais e secundários do fato, isto é, apagando a pena e todas as suas consequências, o que não ocorre, por exemplo, com as demais causas elencadas.

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 50. Kátia, para evitar ser multada, modifica um dos algarismos da placa de seu automóvel. Certo dia, ao trafegar com o veículo nessa condição, Kátia é surpreendida por uma blitz da Polícia Militar, em atividade de policiamento ostensivo para prevenção e repressão de crimes, ocasião em que o agente lhe manda parar o automóvel, vindo ela a deixar de atendê-lo, seguindo com seu veículo.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica dos fatos, à luz do ordenamento jurídico penal, é:

- a) fato atípico;
- b) desobediência;
- c) desobediência e evasão;
- d) adulteração de sinal identificador de veículo;
- e) desobediência e adulteração de sinal identificador de veículo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Não atender o sinal do policial em atuação ostensiva policial, configura o crime de desobediência, sendo o entendimento da jurisprudência nesse sentido (REsp n. 1.859.933/SC). Ainda, Kátia modificou um dos algarismos da placa de seu automóvel, configurando a prática do crime de adulteração do sinal identificador de veículo, previsto no art. 311 do Código Penal.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 51. Em crime de roubo praticado por Orestes, no qual Saulo figurou como ofendido, o Ministério Público, ao fim da investigação, não ofereceu denúncia tampouco se manifestou no prazo legal. Diante disso, Saulo, por intermédio de seu advogado, ajuizou ação privada subsidiária da pública, a qual foi recebida pelo juízo.

Contudo, no curso do feito, Saulo, apesar de devidamente intimado por três vezes, deixou de promover o andamento do processo por seis meses seguidos.

Nessa hipótese, é correto afirmar que deverá:

- a) o juiz declarar a ocorrência da preempção e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;
- b) o Ministério Público requerer a extinção do feito em razão da decadência do direito de queixa de Saulo;
- c) o juiz declarar a ocorrência da renúncia tácita de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;
- d) o Ministério Público retomar a ação como parte principal em razão da negligência de Saulo;
- e) o juiz declarar a ocorrência do perdão tácito de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. Trata-se de ação penal privada subsidiária da pública, cabendo o Ministério Público a retoma a ação como parte principal., sob fundamento do art. 29 do CPP: "Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal."

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 52. O Ministério Público, em processo movido em face de Frederico pelo crime de extorsão mediante sequestro, requereu a juntada aos autos, como prova documental, de trechos de transcrições de conversas resultantes de interceptação telefônica constantes de outro processo em que Frederico responde pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes. Porém, tais interceptações telefônicas, que incriminavam Frederico quanto aos crimes de tráfico e de extorsão mediante sequestro, foram realizadas sem autorização judicial.

Diante desse cenário, e considerando o requerimento de juntada do Ministério Público, é correto afirmar que a prova:

- a) não poderá ser juntada aos autos, pois originariamente ilícita e, portanto, inadmissível no processo;
- b) poderá ser juntada aos autos, pois se trata de prova emprestada, produzida entre as mesmas partes e perante o mesmo juízo;
- c) não poderá ser juntada aos autos, a não ser que com ela concorde a defesa técnica de Frederico, e mediante decisão judicial;
- d) poderá ser juntada aos autos como documento, diante do princípio da comunhão das provas, em qualquer fase do processo;
- e) poderá ser juntada aos autos, diante de autorização judicial superveniente suprimindo a falta da anterior decisão judicial permitindo a interceptação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Estabelece o Código de Processo Penal que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, bem como todas as provas que dela derivarem.

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

§ 2º Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

§ 3º Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

§ 4º (VETADO)

§ 5º O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.

Nesse sentido, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 53. No que diz respeito ao ofendido e às suas prerrogativas no processo penal brasileiro, é correto afirmar que poderá:

- a) interpor recurso de apelação, ainda que não habilitado como assistente, quando o Ministério Público tiver recorrido de todo o conteúdo impugnável da sentença;
- b) o juiz determinar o segredo de justiça em relação a dados e depoimentos constantes dos autos a respeito do ofendido para evitar sua exposição aos meios de comunicação;
- c) se habilitar como assistente de acusação, no curso da investigação criminal, com a anuência prévia do Ministério Público;
- d) requerer ao juiz a prisão temporária do investigado caso este ameace a sua integridade física durante a investigação criminal;
- e) requisitar a instauração de inquérito policial e a realização de diligências investigatórias que deverão ser realizadas pela autoridade policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O capítulo V do Código de Processo Penal regulamenta os direitos do ofendido, sendo um deles a preservação da sua intimidade, prevendo que o juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação.

Art. 201 (...)

§ 6º O juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação.

Portanto, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 54. Henrique, investigado em razão da prática de vultoso crime de estelionato cometido contra Enéas, possui em seu patrimônio bens suficientes para assegurar a reparação do dano causado ao ofendido. Nesse contexto, é correto afirmar que poderá:

- a) o ofendido Enéas requerer ao juiz a busca e apreensão dos bens constantes do patrimônio de Henrique;
- b) o ofendido Enéas requerer cautelarmente a perda alargada dos bens constantes do patrimônio de Henrique;
- c) o ofendido Enéas requerer ao juiz a decretação do sequestro dos bens constantes do patrimônio de Henrique;
- d) o Ministério Público requerer ao juiz o sequestro alargado dos bens constantes do patrimônio de Henrique;
- e) o juiz de ofício decretar cautelarmente a perda alargada dos bens constantes do patrimônio de Henrique.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Pode ser decretado o sequestro dos bens pertencentes ao patrimônio de Henrique adquiridos com os proventos da infração.

Dispõe o art. 125 do CPP que caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro. Para isso, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

Dispõe o art. 127 do CPP que o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.

Ainda, estabelece o art. 91 do Código Penal, que regulamenta os efeitos da condenação, que poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior. Nesse caso, as medidas assecuratórias previstas na legislação processual poderão abranger bens ou valores equivalentes do investigado ou acusado para posterior decretação de perda.

Art. 91 - São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime;

II - a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé:

a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;

b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

§ 1º Poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.

§ 2º Na hipótese do § 1º, as medidas assecuratórias previstas na legislação processual poderão abranger bens ou valores equivalentes do investigado ou acusado para posterior decretação de perda.

Dessa maneira, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 55. Relativamente às regras e ao procedimento para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida no Tribunal do Júri, é correto afirmar que:

a) os jurados, em razão da incomunicabilidade, não poderão formular perguntas ao acusado, ao ofendido e às testemunhas;

b) nos debates, a defesa poderá ir à réplica e a acusação ir à tréplica, sendo possível a reinquirição de testemunhas já ouvidas;

c) a acusação poderá fazer referência ao silêncio do acusado como argumento de autoridade em prejuízo deste, sem que isso implique nulidade;

d) durante o julgamento não será permitida a leitura de documento que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte;

e) para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, o defensor do acusado formulará as perguntas após o Ministério Público e o assistente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa elenca o disposto no art. 479 do Código de Processo Penal, vejamos:

Art. 479. Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

Parágrafo único. Compreende-se na proibição deste artigo a leitura de jornais ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados.

A alternativa A está incorreta, pois dispõe o art. 473, § 2º, do CPP que os jurados poderão formular perguntas ao ofendido e às testemunhas, por intermédio do juiz presidente.

A alternativa B está incorreta, pois quem vai a réplica é a acusação e a defesa, por sua vez, vai à tréplica.

Art. 476. Encerrada a instrução, será concedida a palavra ao Ministério Público, que fará a acusação, nos limites da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, sustentando, se for o caso, a existência de circunstância agravante.

(...)

§ 4º A acusação poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de testemunha já ouvida em plenário.

A alternativa C está incorreta, pois é vedado à acusação fazer referência ao silêncio do acusado.

Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:

I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;

II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

A alternativa E está incorreta, pois para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, o defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público e do assistente.

Art. 473 (...)

§ 1º Para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, o defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público e do assistente, mantidos no mais a ordem e os critérios estabelecidos neste artigo.

Dessa forma, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 56. Apesar de o Ministério Público ter opinado pela condenação de Marlon, em processo em face deste promovido em razão da prática do crime de roubo contra Robson, o juiz absolveu o acusado ao fundamento de estar provada a inexistência do fato criminoso.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) poderá o juiz fixar na sentença valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido;
- b) poderá o ofendido interpor recurso de apelação em face da absolvição se o Ministério Público recorrer de todo o conteúdo impugnável da sentença;
- c) vinculará o juízo cível, para efeito de impedir a reparação do dano causado ao ofendido, uma vez transitada em julgado a absolvição;
- d) poderá o juiz decretar na sentença o sequestro dos bens de Marlon com vistas à reparação dos danos causados ao ofendido;
- e) vinculará o juízo cível, para efeito de impedir a reparação do dano causado ao ofendido, caso em via recursal se reconheça que o fato não constitui crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme se infere da conjugação da interpretação do art. 66 do CPP e art. 935 do CC: “Art. 66. Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato”. “Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

A alternativa A está incorreta, pois no caso do enunciado, o réu foi absolvido, logo, não há o que se falar em fixação de valor mínimo de reparação por danos, que se restringe aos casos de sentença penal condenatória, na forma do art. 387, IV, do CPP: “Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: [...] IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese não cabe apelação supletiva, tendo em vista que o Ministério Público recorreu de todo o conteúdo impugnável, conforme art. 598 do CPP: “Art. 598. Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo”.

A alternativa D está incorreta, pois no caso do enunciado, o réu foi absolvido, logo, não há o que se falar em medidas assecuratórias.

A alternativa E está incorreta, pois se a sentença criminal de tiver como fundamento que o fato não constitui crime, isto por si só, não vincula o juízo cível.

QUESTÃO 57. No tocante às ações autônomas de impugnação no processo penal brasileiro, mais especificamente à revisão criminal e ao *habeas corpus*, é correto afirmar que:

- a) no *habeas corpus* impetrado por outra pessoa que não o paciente, deverá a petição ser assinada por advogado e serão recolhidas as custas processuais;
- b) na revisão criminal, o prazo para o seu ajuizamento será de vinte anos contados do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- c) no *habeas corpus* impetrado pelo Ministério Público em favor do acusado, deve a causa de pedir se referir a crime cuja ação é de iniciativa pública;

d) na revisão criminal fará jus à indenização o condenado se o erro ou a injustiça da condenação proceder de ato ou falta imputável ao próprio impetrante;

e) no *habeas corpus*, ordenada a soltura do paciente, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois está de acordo com o art. 653 do CPP: “Art. 653. Ordenada a soltura do paciente em virtude de *habeas corpus*, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação”.

A alternativa A está incorreta, pois no *habeas corpus* não são recolhidas custas processuais e nem é necessária a capacidade postulatória, isto é, não é necessário advogado ou defensor, conforme art. 654 do CPC: “Art. 654. O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público”.

A alternativa B está incorreta, pois a revisão criminal é uma ação autônoma de impugnação que não possui prazo para o seu ajuizamento, podendo ser ajuizada, inclusive, até mesmo após o cumprimento integral da pena, conforme art. 622 do CPP: “Art. 622. A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após”.

A alternativa C está incorreta, pois nada impede que o Ministério Público, até mesmo em uma ação penal privada impetire *habeas corpus* em favor do querelado, em razão, inclusive, da sua função de custos legis (fiscal da lei).

A alternativa D está incorreta, pois na hipótese do enunciado, não será devida a indenização, conforme art. 630, § 2º, “a”, do CPP: “Art. 630. O tribunal, se o interessado o requerer, poderá reconhecer o direito a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos. [...] § 2º A indenização não será devida: a) se o erro ou a injustiça da condenação proceder de ato ou falta imputável ao próprio impetrante, como a confissão ou a ocultação de prova em seu poder”.

QUESTÃO 58. No que diz respeito à teoria geral e às regras que regem os recursos no processo penal brasileiro, é correto afirmar que:

a) caberá recurso em sentido estrito em face da decisão judicial que concluir pela competência do juízo criminal para conhecer da causa;

b) caberá recurso de apelação em face da decisão judicial que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal;

c) por força da fungibilidade recursal, quando for cabível a apelação, poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente se recorra de parte da decisão;

d) o Ministério Público poderá renunciar ao recurso, bem como desistir do recurso que haja interposto nos crimes cuja ação seja pública incondicionada;

e) no concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois está de acordo com os efeitos extensivos do recurso, previsto no art. 580 do CPP: “Art. 580. No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros”.

A alternativa A está incorreta, pois na hipótese não é cabível recurso em sentido estrito, conforme art. 581 do CPP.

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese caberá recurso em sentido estrito, nos termos do art. 581, XXV, do CPP: “Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: [...] XXV - que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A desta Lei.”.

A alternativa C está incorreta, pois a alternativa está em contrariedade com o art. 593, § 4º, do CPP: “Art. 593 [...] § 4º Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra”.

A alternativa D está incorreta, pois o Ministério Público não poderá desistir da ação penal ou do recurso interposto, por força da indisponibilidade da ação penal pública e do recurso, nos termos do art. 42 e do art. 576, ambos do CPP: “Art. 42. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal [...] Art. 576. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto”.

QUESTÃO 59. Jaime figura como autor do fato do crime de lesão corporal leve praticado em face de Fernando, em feito que tramita junto ao Juizado Especial Criminal.

Nessa hipótese, no tocante à fase preliminar e ao procedimento sumaríssimo no Juizado Especial Criminal, é correto afirmar que:

- a) o acordo de composição civil dos danos homologado não acarreta a renúncia ao direito de representação por parte de Fernando;**
- b) o não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito por parte de Fernando, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei;**
- c) o Ministério Público poderá propor a Jaime acordo de não persecução penal se este já não houver sido beneficiado nos últimos cinco anos;**
- d) o juiz, recebendo a denúncia, poderá de ofício oferecer a suspensão condicional do processo a Jaime, se não o fizer o Ministério Público;**
- e) a decisão de rejeição da denúncia desafiará o recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme art. 75, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/1995: “Art. 75 [...] Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei”.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 74, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/1995: “Art. 74. [...] Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação”.

A alternativa C está incorreta, pois cabe transação penal, logo, 28-A, § 2º, I, do CPP, não cabe ANPP: “Art. 28-A [...] § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: I - se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei;”.

A alternativa D está incorreta, pois não existe a possibilidade de o juiz requerer o SURSIS de ofício, sendo prerrogativa do Ministério Público oferece-la ao autor do fato.

A alternativa E está incorreta, pois na hipótese cabe apelação e não RESE, conforme art. 82 da Lei n.º 9.099/1995: “Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado”.

QUESTÃO 60. Hugo, José, Luiz e Raimundo são investigados em procedimento de investigação criminal instaurado pelo Ministério Público em razão de fazerem parte de organização criminosa destinada à prática dos delitos de extorsão e usura. No curso das Investigações, Hugo decidiu firmar acordo de colaboração premiada com o Ministério Público.

Nesse contexto, no que diz respeito à investigação criminal e aos meios de obtenção da prova nas investigações relacionadas às organizações criminosas, é correto afirmar que:

a) poderá o Ministério Público deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração referir-se à infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento e se Hugo não for o líder da organização e for o primeiro a colaborar;

b) o prazo para oferecimento de denúncia, relativo a Hugo, poderá ser suspenso por até doze meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração;

c) na hipótese de não ser celebrado o acordo por iniciativa do Ministério Público, este poderá se valer das informações ou provas apresentadas por Hugo para outras finalidades;

d) poderá o juiz participar das negociações entre o Ministério Público e Hugo para a formalização do acordo de colaboração se o prêmio envolver o perdão judicial;

e) poderão Hugo e o Ministério Público pactuar, no acordo de colaboração premiada, a previsão de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória do acordo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme art. 4º, § 4º, da Lei n.º 12.850/2013: “Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: [...] § 4º Nas mesmas hipóteses do caput deste artigo, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração referir-se a infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento e o colaborador”.

A alternativa B está incorreta, pois o prazo de suspensão poderá ser de até 6 (seis) e não até 12 (doze) meses, vide art. 4º, § 3º, da Lei n.º 12.850/2013: “Art. 4º [...] § 3º O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional”.

A alternativa C está incorreta, pois não poderá o Ministério não poderá se valer das informações ou provas apresentadas pelo colaborador, conforme art. 3º-B, § 6º, da Lei n.º 12.850/2013: “Art. 3º-B [...] § 6º Na hipótese de não ser celebrado o acordo por iniciativa do celebrante, esse não poderá se valer de nenhuma das informações ou provas apresentadas pelo colaborador, de boa-fé, para qualquer outra finalidade”.

A alternativa D está incorreta, pois o juiz não poderá participar, conforme art. 4º, § 6º, da Lei n.º 12.850/2013: “Art. 4º [...] § 6º O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor”.

A alternativa E está incorreta, pois a cláusula em si é nula, conforme art. 4º, § 7º-B, da Lei n.º 12.850/2013: “Art. 4º [...] § 7º-B. São nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória”.

QUESTÃO 61. Em determinada situação fática já constituída no âmbito do Estado Delta, João se aposentou no cargo de promotor de Justiça e, após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse no cargo de juiz de direito.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar, consoante a sistemática inaugurada com a Constituição de 1988 e suas sucessivas alterações, que a posse no segundo cargo:

a) somente passou a ser considerada incompatível com a ordem constitucional com a publicação da Emenda Constitucional nº 20/1998, que vedou, em qualquer hipótese ou momento, a acumulação realizada por João;

b) era expressamente admitida pela Constituição da República, mas a soma dos proventos de aposentadoria de João, após se aposentar como juiz de direito, não poderia ultrapassar o teto remuneratório constitucional;

c) sempre foi considerada incompatível com a Constituição da República e suas reformas, independentemente do momento em que os fatos ocorreram, sendo nula de pleno direito, considerando a impossibilidade de os cargos serem acumulados na atividade;

d) foi admitida pela Emenda Constitucional nº 20/1998, isto em relação à situação jurídica daqueles que, como João, se aposentaram e retornaram ao serviço público até a sua publicação, mas lhes seria vedado receber mais de uma aposentadoria pelo regime próprio;

e) embora fosse vedada pela Constituição da República, a promulgação da Emenda Constitucional nº 20/1998 assegurou o respeito ao direito adquirido e a percepção dos proventos de aposentadoria correspondentes a ambos os cargos, desde que a situação estivesse consolidada, o que poderia alcançar João.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

Com a EC n. 20/98, introduziram-se o §10 no art. 37 e o §6º no art. 40, ambos da CF/88. Vejamos: “Art. 37. (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.”; “Art. 40. (...) § 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)”

Vedou-se, portanto, a cumulação de proventos de aposentadoria decorrente do regime próprio com remuneração de cargo, emprego ou função pública. Essa regra, contudo, é excepcionada nas situações em os cargos licitamente acumuláveis, nos termos da Constituição.

Além disso, foi estabelecida regra de transição no art. 11 da EC n. 20/98, de modo que a vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal. Vejamos: “Art. 11 - A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.”

Portanto, a alternativa D está correta, nos termos do artigo 37, §10 e artigo 40, §6º, ambos da CF, e artigo 11 da EC 20/98.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. A vedação da acumulação de cargos públicos veio com a EC n. 19/98, que acresceu o inciso XVI ao artigo 37 da CF: “XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

A alternativa B está incorreta. Antes da EC 20/1998, não havia tal limitação.

A alternativa C está incorreta. Até 1998, não havia incompatibilidade com a CF.

A alternativa E está incorreta. Até 1998, não havia tal vedação pela CF.

QUESTÃO 62. A sociedade empresária Sigma explorava a atividade de transmissão e recepção de dados e voz, por meio de torres e antenas situadas no território do Município Beta. Em razão da atividade desenvolvida em solo municipal, esse ente federativo editou a Lei nº X, instituindo a taxa de funcionamento das respectivas estações, com estrita observância das denominadas “limitações constitucionais ao poder de tributar”.

À luz da ordem constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X é:

a) inconstitucional, considerando a natureza da atividade explorada por Sigma, o que afasta a competência de Beta para instituir a referida taxa;

b) constitucional, considerando que Beta tem competência para suplementar a legislação federal e a estadual, de modo a atender às peculiaridades locais;

c) constitucional, considerando que a ocupação do solo urbano é típico interesse local, a justificar a competência legislativa privativa de Beta para instituir a taxa;

d) inconstitucional, considerando que as atividades já exploradas, com contribuintes previamente identificados, não configuram fato gerador da taxa, face à ausência de serviço público específico e divisível;

e) constitucional, considerando se tratar de matéria com nítidos reflexos no meio ambiente, em que prevalece a competência concorrente entre os entes federativos, observados os balizamentos estabelecidos pela União.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. De acordo com Tema 919 de Repercussão Geral do STF, fixado no julgamento do RE 776594: “A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa.”

A título de esclarecimento, veja o que diz o mencionado art. 22, IV, da Constituição Federal: “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;”

Portanto, a alternativa A está correta. A Lei nº X é inconstitucional, considerando a natureza da atividade explorada por Sigma, o que afasta a competência de Beta para instituir a referida taxa.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 63. A sociedade empresária Alfa ingressou com ação ordinária em face do Estado Beta, visando a desconstituir crédito tributário relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), desonerando-a igualmente de recolhimentos futuros. O argumento era o de que a Lei nº X, utilizada pelo fisco para constituir o crédito, apresentava vício de inconstitucionalidade. Alfa obteve êxito em sua pretensão, inclusive com o reconhecimento, em sede incidental, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado Beta, de que o referido diploma normativo era incompatível com a Constituição da República. Três anos após o trânsito em Julgado do acórdão favorável a Alfa, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da Lei nº X.

Nesse caso, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Alfa está amparada pelos efeitos da coisa julgada, logo, o reconhecimento posterior da constitucionalidade da Lei nº X pelo STF não produz efeitos em relação a ela, quer esse reconhecimento tenha ocorrido em sede de controle concentrado, quer em controle difuso;
- b) caso o STF tenha reconhecido a constitucionalidade da Lei nº X em sede de controle difuso ou concentrado, essa decisão somente irá se sobrepor à coisa julgada que se formou em favor de Alfa com o manejo da ação rescisória, produzindo efeitos a partir da decisão favorável obtida pelo fisco nesta última;
- c) caso o STF tenha reconhecido a constitucionalidade da Lei nº X em sede de controle concentrado, essa decisão se sobrepõe automaticamente à coisa julgada que se formou em favor de Alfa, autorizando que o Estado Beta cobre todos os créditos devidos por esta sociedade empresária, anteriores e posteriores à referida decisão;
- d) caso o STF tenha reconhecido a constitucionalidade da Lei nº X em sede de controle difuso, com repercussão geral reconhecida, serão automaticamente interrompidos os efeitos da coisa julgada formada em favor de Alfa, mas isto apenas para o futuro, observadas, ainda, as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- e) caso o STF tenha reconhecido a constitucionalidade da Lei nº X em sede de controle difuso, ainda que sem repercussão geral, essa decisão se sobrepõe automaticamente à coisa julgada que se formou em favor de Alfa, de modo que o Estado Beta cobre os créditos devidos por esta sociedade empresária, constituídos em momento anterior à decisão.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com Tema 881 de Repercussão Geral do STF, fixado no julgamento do RE 949297: “1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.”

Portanto, caso o STF tenha reconhecido a constitucionalidade da Lei nº X em sede de controle concentrado, essa decisão se sobrepõe automaticamente à coisa julgada que se formou em favor de Alfa, autorizando que o Estado Beta cobre todos os créditos devidos por esta sociedade empresária, anteriores e posteriores à referida decisão. Correta, pois, a letra D.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 64. João, solteiro convicto, tinha o sonho de ser pai. Com esse objetivo, procurou uma clínica especializada no exterior e realizou a técnica de fertilização in vitro. A gestação por substituição, por sua vez, foi realizada por Marie, pessoa com a qual João não mantinha qualquer relação afetiva. Logo após o parto, a criança XX foi entregue a João, que retornou ao território brasileiro e a registrou apenas em seu nome. Como João é servidor público, requereu ao Departamento de Recursos Humanos da repartição pública a fruição de licença-maternidade, considerando o ônus que assumiria, de cuidar, sozinho, de XX.

Ao analisar a ordem constitucional, a autoridade competente explicou corretamente a João que ele:

- a) não faz jus à referida licença, pois não poderia ser equiparado à mãe na medida em que XX possuía mãe conhecida;**
- b) faz jus à licença-maternidade, desde que seja demonstrado que Marie não requiere a fruição de benefício similar no exterior;**
- c) não faz jus a licença-maternidade, pois a igualdade entre homens e mulheres é excepcionada pelas situações previstas na ordem constitucional;**
- d) somente faria jus à licença-maternidade caso a legislação expressamente o autorizasse, o que decorria do princípio da legalidade estrita que deve reger a Administração Pública;**
- e) faz jus à licença-maternidade, considerando que XX deve ser protegida com absoluta prioridade, além de os direitos sociais da mulher também se destinarem à proteção da criança.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**. De acordo com Tema 1182 de Repercussão Geral do STF, fixado no julgamento do RE 1348854: “À luz do art. 227 da CF, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença maternidade, prevista no art. 7º, XVIII, da CF/88 e regulamentada pelo art. 207 da Lei 8.112/1990, estende-se ao pai genitor monoparental.”

Portanto, João faz jus à licença-maternidade, considerando que XX deve ser protegida com absoluta prioridade, além de os direitos sociais da mulher também se destinarem à proteção da criança. Logo, correta a alternativa E.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 65. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás recebeu, para apreciação, as contas de gestão apresentadas pelo prefeito do Município Alfa. Após avaliação do corpo técnico e detida análise dos conselheiros, concluiu, corretamente, que parte das despesas alegadamente realizadas não foi comprovada, havendo provas insofismáveis de desvio de recursos públicos.

Nesse caso, à luz da sistemática vigente, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás deve:

a) emitir parecer prévio, não julgar as contas do prefeito, munus da Câmara Municipal de Alfa, desde que o ilícito praticado tenha correlação com as contas de governo;

b) julgar as contas do prefeito de Alfa, sendo que o Município Alfa é o único legitimado para a execução da multa que venha a ser aplicada e para o ressarcimento dos danos;

c) emitir parecer prévio, não julgar as contas do prefeito, o qual será vinculante para a Câmara Municipal de Alfa caso seja demonstrada a prática de ato doloso de improbidade;

d) emitir parecer prévio, não julgar as contas do prefeito, munus da Câmara Municipal de Alfa, que somente poderá deixar de acolher o referido parecer por decisão de dois terços dos vereadores;

e) julgar as contas do prefeito de Alfa, sendo que o Município Alfa é o único legitimado para requerer em juízo o ressarcimento dos danos, enquanto o Estado de Goiás deve executar a multa que venha a ser aplicada.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com Tema 835 de Repercussão Geral do STF, fixado no julgamento do RE 848826: “Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores.”

Portanto, correta a alternativa D. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás deverá emitir parecer prévio, e não julgar as contas do prefeito. Tal julgamento é munus da Câmara Municipal de Alfa, que somente poderá deixar de acolher o referido parecer por decisão de dois terços dos vereadores.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

Ressalte-se que o Tribunal de Contas não julga as contas de chefe do executivo, por simetria ao artigo 71, I, da CF: “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;”

QUESTÃO 66. Maria, moradora do Município Alfa, não conseguiu efetuar a matrícula do filho de 2 anos em estabelecimento de educação infantil municipal próximo de sua residência. Ao questionar o motivo da impossibilidade, o Município alegou que a rede municipal não tinha vaga para crianças da idade de seu filho, já que não havia legislação municipal que fornecesse tal garantia.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) a municipalidade não tem o dever de efetuar a matrícula do filho de Maria, pois às crianças entre 0 e 5 anos de idade o atendimento em creche e pré-escola não é obrigatório e necessita de regulamentação pelo Poder Legislativo;

b) Maria não poderá exigir judicialmente do Município a matrícula de seu filho na escola municipal, pois a norma que garante a concretização desse direito fundamental é de eficácia contida sem aplicabilidade imediata;

c) o Município Alfa tem o dever constitucional de assegurar ao filho de Maria o atendimento em creche e pré-escola. A educação infantil é direito subjetivo assegurado no próprio texto constitucional, mediante norma de aplicabilidade direta e eficácia plena;

d) o Município Alfa não tem o dever constitucional de assegurar ao filho de Maria o atendimento em creche e pré-escola. A educação infantil não é direito subjetivo, pois é norma programática e depende de implementação pelo poder público;

e) o Município Alfa tem o dever de assegurar ao filho de Maria o atendimento em pré-escola (4 a 5 anos), mas não em creche (0 a 3 anos), pois apenas a educação básica é direito subjetivo previsto na Constituição.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. De acordo com Tema 548 de Repercussão Geral do STF, fixado no julgamento do RE 1008166: “1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.”

Ademais, de acordo com artigo 208, IV, da CF: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;”

Desta feita, o Município Alfa tem o dever constitucional de assegurar ao filho de Maria o atendimento em creche e pré-escola. A educação infantil é direito subjetivo assegurado no próprio texto constitucional, mediante norma de aplicabilidade direta e eficácia plena. Portanto, correta a alternativa C.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 67. Determinada Lei do Estado Beta prevê a adoção do maior tempo de serviço público como critério de desempate para a promoção na carreira da magistratura estadual.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é:

- a) inconstitucional, pois compete à União, mediante lei complementar de iniciativa reservada ao presidente da República, legislar sobre a organização da magistratura nacional;
- b) constitucional, pois compete ao Estado, mediante lei complementar de iniciativa reservada ao presidente do Tribunal de Justiça local, legislar sobre a organização da magistratura estadual;
- c) inconstitucional, pois compete à União, mediante lei complementar de iniciativa reservada ao Supremo Tribunal Federal, legislar sobre a organização da magistratura nacional;
- d) constitucional, pois enquanto a lei nacional não é editada, permanece sob a competência do Estado legislar sobre matéria que disciplina o regime jurídico da magistratura estadual;
- e) constitucional, pois repete as disposições e regras previstas na Lei Orgânica da Magistratura, as quais devem ser seguidas por todos os legisladores estaduais e do Distrito Federal.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. De acordo com entendimento do STF, proferido no julgamento da ADI 6722: "(...) 1. Cabe à lei complementar da União disciplinar as matérias concernentes ao Estatuto da Magistratura, nos termos do art. 93, caput, da Constituição da República. 2. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a adoção do critério de maior tempo de serviço público para as promoções dos magistrados, por violar a competência do legislador complementar da União. Precedentes. 3. Ação parcialmente conhecida e, no mérito, julgada procedente, a fim de declarar a inconstitucionalidade da expressão "aquele que tiver maior tempo de serviço público, ou, sucessivamente", do art. 174 e o inciso IV do §3º do art. 175 da Lei 6.564/2005, do Estado de Alagoas."

A título de esclarecimento, veja o que determina o mencionado artigo 93, caput, da CF: "Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:"

Portanto, a referida Lei do Estado Beta é inconstitucional, pois compete à União, mediante lei complementar de iniciativa reservada ao Supremo Tribunal Federal, legislar sobre a organização da magistratura nacional. Assim, correta a alternativa C.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 68. Norma do Estado Alfa reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de arma de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas e ao vigilante de empresa de segurança privada.

Diante do exposto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é:

- a) inconstitucional, pois a Constituição da República veda a autorização de porte de arma de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas;
- b) constitucional, pois com o objetivo de garantir a segurança pública, a definição dos requisitos para a concessão do porte de arma de fogo é de competência do Estado;

c) constitucional, pois obedeceu aos requisitos estabelecidos pela Constituição, segundo a qual a concessão da respectiva autorização é de competência da Polícia Militar estadual;

d) inconstitucional, pois a definição dos requisitos para a concessão do porte de arma de fogo é de competência da União, para garantir a uniformidade da regulamentação do tema no território nacional;

e) constitucional, pois existe lei complementar da União autorizando os Estados-membros a legislarem sobre questões específicas acerca da matéria, a fim de suplementar as regras nacionais.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com entendimento do STF, proferido no julgamento da ADI 7188: "(...) 3. Ao reconhecer risco da atividade e a necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas e aos vigilantes de empresa de segurança privada do Estado, as normas impugnadas questionadas invalidaram-se por ter atuado o legislador estadual em matéria de competência da União, que legislou sobre a matéria, conferindo à Polícia Federal o exame conclusão sobre a concessão de autorização do porte de arma de fogo, nos termos do inc. I do § 1º do art. 10 da Lei n. 10.826/2003. 4. Reiterada jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que a definição dos requisitos para a concessão do porte de arma de fogo e dos possíveis titulares desse direito é de competência da União, nos termos do inc. XXI do art. 22 da Constituição da República, para garantir a uniformidade da regulamentação do tema no território nacional. (...)”

A título de esclarecimento, veja o que determina o mencionado art. 22, XXI, da CF: “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares;”

Portanto, a referida norma do Estado Alfa é inconstitucional, pois a definição dos requisitos para a concessão do porte de arma de fogo é de competência da União. Logo, correta a alternativa D.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

Questão 69. A principal fonte do Direito Eleitoral é a Constituição Federal, sendo possível, entretanto, que leis infraconstitucionais, complementares ou ordinárias, também disponham sobre a matéria.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) existem hipóteses materiais válidas de inelegibilidade em leis ordinárias;

b) não é possível aplicar normas constantes de tratados e convenções internacionais em direito eleitoral;

c) crimes eleitorais são apenas aqueles previstos na Lei nº 4.737/1965;

d) não é cabível ação direta de inconstitucionalidade contra resolução do Tribunal Superior Eleitoral;

e) a Lei nº 4.737/1965 possui natureza jurídica de lei ordinária, recepcionada com força de lei complementar apenas na matéria que disciplina a competência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Em regra, não cabe ADI, de acordo com o STF, a Resolução do TSE pode ser impugnada no STF por meio de ADI se, a pretexto de regulamentar dispositivos legais, assumir caráter autônomo e inovador. (STF. Plenário. ADI 5104 MC/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 21/5/2014).

Destaca-se que contra consultas formuladas no TSE não cabe ADI. De acordo com a Corte, a consulta é “um ato de caráter administrativo, sem eficácia vinculativa, insusceptível de controle abstrato de constitucionalidade.” (STF. Plenário. ADInMC 1.805-DF, Rel. Min. Néri da Silveira, julgado em 26/3/98)

Nesse sentido, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 70. A emissora de televisão Y, durante o período eleitoral, veiculou sátira elaborada a partir de montagem de áudio e vídeo sobre o candidato Tício. Reputando-se prejudicado, Tício ajuizou medida judicial em desfavor da emissora de televisão Y, visando à retirada do material do ar.

Considerando o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) a Lei nº 9.504/1997 veda a veiculação ou divulgação de filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica ostensiva a candidato ou partido político, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

b) a partir de 30 de julho do ano da eleição, é vedado às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no §2º do Art. 45 da Lei nº 9.504/1997 e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário;

c) o partido político somente pode utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos, inclusive no horário eleitoral gratuito, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito regional;

d) é inconstitucional norma que vede que emissoras de rádio e televisão, durante o período eleitoral, usem em sua programação normal, trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que degrade ou ridicularize candidato, partido ou coligação;

e) no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão transmitir, em sua programação normal e em seu noticiário, salvo sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa em que seja possível identificar o entrevistado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Estabelece o art. 45, II, que encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário: usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito;

No entanto, o STF declarou a inconstitucionalidade dessa vedação por considerar um ato de censura prévia. (STF. Plenário. ADI 4451/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 20 e 21/6/2018)

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 45, V, da Lei n.º 9.504/95: Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário: V - veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

A alternativa B está incorreta, pois estabelece o art. 45, § 1º que a partir de 30 de junho do ano da eleição, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no § 2º e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o art. 45, § 6º é permitido ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos em âmbito regional, inclusive no horário eleitoral gratuito, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.

A alternativa E está incorreta, pois estabelece o art. 45, I, que encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário: transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

Portanto, as alternativas A, B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 71. A cooperativa Rio Meia Ponte, com sede em Moiporá/GO, é do tipo singular e reúne trezentos associados pessoas físicas. Em 10 de março de 2020 foi realizada assembleia geral extraordinária (AGE), que teve como um dos itens de pauta deliberar sobre a destituição de dois membros efetivos do conselho fiscal. A assembleia foi realizada em terceira convocação com oitenta associados. Na primeira convocação, compareceram cento e oitenta associados e na segunda, cem.

Em outubro de 2023 foi ajuizada ação para anular a referida assembleia sob fundamento de falta de competência da AGE para deliberar a destituição do conselho fiscal e a ilegalidade da realização de terceira convocação, já que, segundo os autores da ação, na segunda convocação delibera-se com qualquer número de presentes. A ré invocou a prescrição da pretensão anulatória considerando o tempo decorrido entre a data da deliberação (março de 2020) e a data da propositura da ação (outubro de 2023).

Considerando-se os fatos narrados e a legislação cooperativista, a decisão de destituir membro do conselho fiscal:

a) só pode ser tomada em assembleia geral ordinária; haverá terceira convocação de assembleia quando na segunda não for registrada a presença de metade mais 1 dos associados; ainda não decorreu o prazo prescricional de cinco anos para anular a deliberação;

b) pode ser tomada em AGE; haverá terceira convocação de assembleia quando na segunda não for registrada a presença de metade mais 1 dos associados; já decorreu o prazo prescricional de dois anos para anular a deliberação;

c) só pode ser tomada em assembleia geral ordinária; não há terceira convocação de assembleia, pois na segunda e última convocação delibera-se com qualquer número de presentes; já decorreu o prazo prescricional de três anos para anular a deliberação;

d) só pode ser tomada em assembleia geral ordinária; não haverá terceira convocação de assembleia, pois na segunda e última convocação delibera-se com qualquer número de presentes; ainda não decorreu o prazo prescricional de dez anos para anular a deliberação;

e) pode ser tomada em AGE; haverá terceira convocação de assembleia quando na segunda não for registrada a presença de metade mais 1 dos associados; ainda não decorreu o prazo prescricional de quatro anos para anular a deliberação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre cooperativas.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas e a alternativa E está correta.

Quanto ao primeiro ponto, a competência será da Assembleia Geral, não havendo especificação legal se ordinária ou extraordinária, conforme artigo 65, §2º, da Lei 5.764/71: “§2º A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos”.

Quanto ao segundo ponto, correta a terceira convocação, pois o quórum das anteriores não foi atendido, conforme artigo 40 da Lei 5764/71: “Art. 40. Nas Assembleias Gerais o quórum de instalação será o seguinte: I - 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação; II - metade mais 1 (um) dos associados em segunda convocação; III - mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação ressalvado o caso de cooperativas centrais e federações e confederações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número”.

Quanto ao terceiro ponto, a ação não está prescrita, por o prazo é de quatro anos, conforme artigo 43 da Lei 5.764/71: “Art. 43. Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia foi realizada”.

QUESTÃO 72. Acerca do nome empresarial, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

I. O adquirente de estabelecimento empresarial por ato inter vivos ou mortis causa poderá continuar a usar a firma do alienante ou do de cujus, antecedendo-a da que usar, com a declaração "sucessor de..."

II. A denominação de sociedade limitada deve designar o objeto social, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios, desde que seja fundador ou que haja concorrido para o bom êxito da formação da sociedade.

III. A inscrição do nome empresarial será cancelada, a requerimento de qualquer interessado, quando cessar o exercício da atividade para que foi adotado, ou quando ultimar-se a liquidação da sociedade que o inscreveu.

Está correto o que se afirma em:

a) somente I;

b) somente III;

c) somente I e II;

d) somente II e III;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre nome empresarial.

O item I está errado. Contraria o artigo 1.164, parágrafo único, do Código Civil: “Parágrafo único. O adquirente de estabelecimento, por ato entre vivos, pode, se o contrato o permitir, usar o nome do alienante, precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor.”.

O item II está errado. Não há a necessidade de ser o sócio fundador ou concorrido para o êxito no caso das limitadas, tal previsão encontra-se apenas para as sociedade anônimas, conforme os artigos 1.159, §2º, e 1.160, parágrafo único, do Código Civil: “§2º A denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios. (...) Parágrafo único. Pode constar da denominação o nome do fundador, acionista, ou pessoa que haja concorrido para o bom êxito da formação da empresa”.

O item III está certo. Conforme artigo 1.168 do Código Civil: “Art. 1.168. A inscrição do nome empresarial será cancelada, a requerimento de qualquer interessado, quando cessar o exercício da atividade para que foi adotado, ou quando ultimar-se a liquidação da sociedade que o inscreveu.”

QUESTÃO 73. Palmelo, Patrício & Cia. Ltda. subscreveu, no dia 10 de maio de 2023, nota promissória à ordem em favor de Guarinos S/A com vencimento à vista. O título foi avalizado por Diorama Patrício, sócia da sociedade inscritora.

Palmelo, Patrício & Cia. Ltda. fixou no título prazo de sessenta dias para sua apresentação a pagamento.

A beneficiária endossou o título, no dia 30 de maio de 2023, para Comercial Santa Isabel Ltda., que o apresentou a pagamento no dia 21 de julho de 2023.

Diante da falta de pagamento, a endossatária realizou a cobrança judicial do crédito, no juízo da Comarca de Mestre d'Armas/GO, em face da inscritora, da avalista e da endossante.

A execução foi embargada por todas as rés, que alegaram o seguinte: (i) a inscritora invocou ter emitido o título em caráter pro soluto, logo, não estaria obrigada ao pagamento; (ii) a avalista invocou benefício de excussão, juntando provas de que a avalizada tem bens suficientes para garantir o juízo da execução; (iii) a endossante sustentou a desoneração da responsabilidade cambiária em razão da apresentação a pagamento intempestiva.

Ao apreciar os embargos de cada ré, o juiz decidiria por:

a) julgar improcedentes todos os embargos em razão da inoponibilidade da exceção pessoal de subscrição pro soluto perante a portadora; da autonomia da obrigação solidária da avalista e da coobrigação da endossante, que só se desonera com a prescrição da ação cambial;

b) julgar procedentes os embargos de Guarinos S/A em razão da perda do direito de ação pela portadora, visto que a apresentação a pagamento se deu além do prazo fixado; e julgar improcedentes os demais embargos diante da inoponibilidade da exceção pessoal de subscrição pro soluto perante a portadora e da autonomia da obrigação solidária da avalista;

c) julgar procedentes os embargos de Diorama Patrício em razão do benefício de excussão que a lei confere à avalista; e julgar improcedentes os demais embargos diante da inoponibilidade da exceção pessoal de subscrição pro soluto perante a portadora e da coobrigação da endossante, que só se desonera com a prescrição da ação cambial;

d) julgar procedentes todos os embargos em razão da subscrição pro soluto, que autoriza a oponibilidade de exceção à atual portadora do título; do benefício de excussão que a lei confere à avalista; e da perda do direito de ação em face da endossante pela portadora, visto que a apresentação a pagamento se deu além do prazo fixado;

e) julgar procedentes os embargos de Palmelo, Patrício & Cia. Ltda. em razão da subscrição pro soluto, que autoriza a oponibilidade de exceção à atual portadora do título; e julgar improcedentes os demais embargos diante da autonomia da obrigação solidária da avalista e da coobrigação da endossante, que só se desonera com a prescrição da ação cambial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Questão passível de recurso!

A alternativa dada como correta é a letra B, mas não espelha a melhor compreensão da questão, sendo mais assertiva a letra A. A questão trata sobre nota promissória.

Quanto ao primeiro ponto, a subscritora (Palmelo, Patrício & Cia. Ltda.) ao invocar ter emitido o título em caráter pro soluto não estaria desobrigada do pagamento, sendo essa exceção pessoal inoponível perante a portadora.

O segundo ponto, quanto à avalista (Diorama Patrício), o benefício de excussão alegado é inviável, pois no aval não há benefício de ordem.

Quanto ao terceiro ponto, a endossante (Comercial Santa Isabel Ltda.) não teria fundamentos válidos para a desoneração da responsabilidade cambiária em razão da apresentação a pagamento intempestiva, já que apresentada no prazo legal.

QUESTÃO 74. Em relação ao empresário rural e sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

I. É obrigatória a inscrição do empresário rural no Registro Público de Empresas Mercantis antes do início de sua atividade.

II. É facultado ao empresário rural a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e, ao fazê-lo, ficará equiparado para todos os fins ao empresário sujeito a registro obrigatório.

III. É obrigatória a inscrição do empresário rural no Registro Público de Empresas Mercantis caso pretenda enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte; nas demais situações, a inscrição é facultativa.

Está correto o que se afirma em:

a) somente II;

b) somente III;

c) somente I e II;

d) somente I e III;

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de empresário rural.

O item I está errado e o item II está certo. Não há uma obrigação, mas uma faculdade, conforme artigo 984 do Código Civil: “Art. 984. A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída, ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode, com as formalidades do art. 968, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos, à sociedade empresária. Parágrafo único. Embora já constituída a sociedade segundo um daqueles tipos, o pedido de inscrição se subordinará, no que for aplicável, às normas que regem a transformação”.

O item III está errado. Não há essa necessidade, conforme artigo 3º-A da Lei Complementar 123/06: “Art. 3º-A. Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º o disposto nos arts. 6º e 7º, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da Lei no 11.718, de 20 de junho de 2008”.

QUESTÃO 75. Nos autos da ação de responsabilidade civil movida por sociedade empresária na XX Vara Cível da Comarca de Jataí/GO em face de ex-administrador por desvio de recursos do patrimônio da pessoa jurídica, foi deferida exibição integral, pelo réu, dos livros e outros instrumentos de escrituração da sociedade. O réu se recusou a cumprir o mandado sob alegação de (i) sigilo dos livros e instrumentos de escrituração, (ii) não se tratar de hipótese de exibição integral de livros e (iii) que estes não podem ser apresentados por estarem em outro local (Aragarças/GO).

Considerados os fatos narrados e as disposições legais sobre a matéria, é correto afirmar que:

a) procedem todas as alegações do réu diante da proteção ao sigilo do conteúdo dos livros e instrumentos de escrituração, de modo que não pode ser ordenada a exibição integral nem a retirada do local em que eles se encontrem;

b) procede a alegação de impedimento de retirada dos livros do local em que eles se encontrem, podendo ser deferida a exibição integral, visto que esta não prevalece sobre o sigilo;

c) nenhuma das alegações procede, pois não prevalece o sigilo nos casos que autoriza sua exibição integral, bem como nas questões que envolvam sociedade, e o exame dos livros pode ser feito perante o juiz do local em que eles se encontrem;

d) procede somente a alegação de vedação à exibição integral dos instrumentos de escrituração, pois nas questões que envolvam sociedade, a exibição deverá ser parcial, para extrair do exame apenas a parte que interessa ao litígio;

e) procede somente a alegação do sigilo dos instrumentos de escrituração, pois, de fato, não pode ser determinada coercitivamente a exibição integral, mas tal impedimento não obsta que os fatos que se pretendia provar através do exame dos livros sejam provados por outros meios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre livros empresariais.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas e a alternativa D está correta.

Quanto ao primeiro ponto, o sigilo dos livros não é absoluto, sendo possível sua exibição nos casos previstos em lei, conforme artigo 1.191 do Código Civil: Art. 1.191. O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas a sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência”.

Quanto ao segundo ponto, conforme artigo 1.191, §1º, do Código Civil: “§1º O juiz ou tribunal que conhecer de medida cautelar ou de ação pode, a requerimento ou de ofício, ordenar que os livros de qualquer das partes, ou de ambas, sejam examinados na presença do empresário ou da sociedade empresária a que pertencerem, ou de pessoas por estes nomeadas, para deles se extrair o que interessar à questão”.

Quanto ao terceiro ponto, o fato de os livros estarem em outra localidade não impede sua exibição, conforme artigo 1.191, §2º, do Código Civil: “§2º Achando-se os livros em outra jurisdição, nela se fará o exame, perante o respectivo juiz”.

QUESTÃO 76. O plano de recuperação judicial apresentado por Alto Horizonte Produções Artísticas Ltda. foi aprovado por todas as classes de credores, da seguinte forma: 85% e 90% dos credores trabalhistas e enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte, respectivamente; 60% dos credores presentes na classe III, representativa de 83% dos créditos. Não há credores na classe II.

Antes da decisão de concessão do benefício legal, foram apresentadas impugnações à homologação por parte de credores, insurgindo-se contra a homologação das seguintes cláusulas:

I) novação das obrigações de todos os avalistas, fiadores e garantidores de obrigações assumidas pela recuperanda nos mesmos termos da novação dirigida aos credores;

II) criação de uma subclasse na classe III, com menores deságios e prazo de pagamento, para os credores que continuarem a prover a recuperanda dos bens e serviços necessários à continuidade das produções artísticas interrompidas e às novas produções; e

III) pagamento dos créditos trabalhistas no prazo de trinta meses, a partir da data da concessão da recuperação, com compromisso de pagamento da integralidade dos créditos mediante garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios à recuperanda pelo sócio controlador.

Autos conclusos, o juiz decidiria por:

a) homologar o plano, exceto em relação à cláusula de novação das obrigações dos avalistas, fiadores e garantidores de obrigações assumidas pela recuperanda, em razão de os credores dela conservarem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso;

b) homologar o plano com todas as cláusulas impugnadas, por não haver nenhuma ilegalidade nelas, visto que a novação dos créditos pode se estender aos coobrigados e garantidores de obrigações da devedora; a criação de subclasses é permitida e o termo para pagamento dos créditos trabalhistas, aprovado pelos credores, atende aos parâmetros legais;

c) homologar o plano, exceto em relação à cláusula de pagamento dos créditos trabalhistas, pois não respeita o prazo legal máximo, sendo insuscetível de transação entre a recuperanda e os credores trabalhistas;

d) não homologar todas as cláusulas impugnadas, visto que a primeira afronta o direito dos credores em face dos avalistas e quaisquer outros garantidores de obrigações da recuperanda, a segunda viola a par conditio creditorum ao criar subclasse e a terceira não respeita o prazo legal máximo para pagamento dos créditos trabalhistas;

e) homologar o plano, exceto em relação à cláusula de criação de subclasse, pois tal prática viola a par conditio creditorum ao criar prazos e condições de pagamento diferenciados entre os credores da classe III.

Comentários.

Questão passível de recurso, pois não há alternativa correta, mas imaginamos que a banda marcará como correta a alternativa D. A questão trata sobre recuperação judicial.

Quanto ao primeiro ponto, a novação realizada pelo plano recuperacional não tem o condão de extinguir as obrigações solidárias ou acessórias ao crédito se de pessoas não abarcadas pelo próprio plano, conservando sua validade e eficácia para todos os fins, conforme artigo 59 da Lei 11.101/05: “Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei”. No mesmo sentido a súmula 581 do STJ: “A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória”.

Quanto ao segundo ponto, a criação de subclasses é possível de maneira excepcional, conforme entendimento do STJ no REsp 1.634.844 - SP: “4. A Lei de Recuperação de Empresas e Falências consagra o princípio da paridade entre credores. Apesar de se tratar de um princípio norteador da falência, seus reflexos se irradiam na recuperação judicial, permitindo o controle de legalidade do plano de recuperação sob essa perspectiva. 5. A criação de subclasses entre os credores da recuperação judicial é possível desde que seja estabelecido um critério objetivo, justificado no plano de recuperação judicial, abrangendo credores com interesses homogêneos, ficando vedada a estipulação de descontos que impliquem verdadeira anulação de direitos de eventuais credores isolados ou minoritários. 6. Na hipótese, ficou estabelecida uma distinção entre os credores quirografários, reconhecendo-se benefícios aos fornecedores de insumos essenciais ao funcionamento da empresa, prerrogativa baseada em critério objetivo e justificada no plano aprovado pela assembleia geral de credores”.

Quanto ao terceiro ponto, o prazo máximo para pagamento dos credores trabalhistas é de 2 anos, conforme artigo 54 da Lei 11.101/05: “Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial. (...) §2º O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente.”.

Logo, não há alternativa que se mostre como plenamente correta.

QUESTÃO 77. Júlio comprou um imóvel em Goiânia e, apesar de declarar o valor correto, recolheu o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) fora do prazo de vencimento.

No caso narrado, a Incidência de multa por este atraso é:

- a) correta, pois não cabe denúncia espontânea nos tributos com lançamento por homologação;
- b) correta, pois o ITCMD é um tributo com lançamento de ofício;
- c) incorreta, pois não cabe denúncia espontânea nos tributos com lançamento de ofício;
- d) incorreta, pois a denúncia espontânea exclui a multa, só subsistindo os juros moratórios;
- e) incorreta, e também não cabe o pagamento de juros moratórios, por ter havido denúncia espontânea.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com a Súmula 360 do STJ: “Súmula 360-STJ: O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.”

A alternativa B está incorreta. O ITCMD, como regra, é tributo sujeito à lançamento por homologação ou declaração. Chamamos atenção, no entanto, para o seguinte: nada impede que lei local estabeleça que o ITCMD se sujeite ao lançamento de ofício, já que o CTN não dispõe em sentido contrário.

A alternativa C está incorreta. Não há qualquer incompatibilidade dos tributos sujeitos à lançamento de ofício e o art. 138 do CTN: “Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com Súmula 360 do STJ, transcrita na justificativa da alternativa A, por se tratar de tributo sujeito a lançamento por homologação regularmente declarado, mas pago a destempo, não se aplica a denúncia espontânea.

A alternativa E está incorreta. São devidos juros, conforme artigo 138 do CTN, transcrito na justificativa da alternativa C.

QUESTÃO 78. Um Município do Estado de Goiás resolve, numa execução fiscal cobrada por dívidas de IPTU, adjudicar o bem penhorado do devedor para urbanização da área onde ele está situado.

Considerando que o preço da avaliação do imóvel é mais elevado que o dos créditos da Prefeitura, tal adjudicação:

- a) não será possível, sendo necessária a desapropriação do bem;
- b) será possível após o leilão, se a melhor oferta se equiparar aos créditos do Município;
- c) será possível se o Município depositar a diferença por ordem do Juízo da Execução;
- d) não será possível, devendo buscar outro bem do devedor;
- e) só seria possível no caso de equivalência dos valores de avaliação e de créditos do Município.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. De acordo com art. 24, parágrafo único, da LEF: “Parágrafo Único. Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias.”

Utilizando como base o mesmo dispositivo legal, as alternativas A e D ficam automaticamente incorretas, posto que falam na impossibilidade de adjudicação.

Ademais, a alternativa E também fica incorreta, pois o referido dispositivo legal não fala em “equivalência de valores”.

Por fim, a alternativa B fica incorreta, pois a LEF não exige que a adjudicação seja limitada aos créditos da fazenda, mesmo em segundo leilão. De acordo com art. 24, II, “b”, da LEF: “Art. 24 - A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados: II - findo o leilão: b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.”

QUESTÃO 79. Josué resolve integralizar o capital social de uma empresa da qual se tornou sócio, transferindo para ela um imóvel que possui na cidade de Trindade no valor de R\$ 800.000,00, sendo que o valor a ser integralizado é de R\$ 350.000,00.

Nesse caso, Josué:

a) recolherá o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos para o Estado de Goiás sobre o valor total do imóvel;

b) recolherá o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis para o Município de Trindade sobre o valor excedente, pois a integralização de capital social é imune;

c) não recolherá nenhum imposto para o Estado de Goiás e para o Município de Trindade pela imunidade do valor de imóvel a ser utilizado em integralização de capital social;

d) recolherá o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos para o Estado de Goiás sobre o valor excedente, pois a integralização de capital social é imune;

e) recolherá o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis para o Município de Trindade sobre o valor integral do imóvel pela inexistência de isenção ou imunidade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**. De acordo com Tema 796 de Repercussão Geral do STF, fixado no julgamento do RE 796376: “A imunidade em relação ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.”

Portanto, sobre o valor que exceder o capital integralizado, incidirá ITBI para o município de Trindade, já que somente a integralização de capital social é imune. Logo, correta a alternativa B.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 80. Alberto e Júlio, dois irmãos, resolvem passar a comercializar licores, com álcool, de maracujá e amendoim. Tais produtos sempre foram produzidos de forma artesanal por sua família e agora pretendem vendê-los no varejo. Entretanto, gostariam de uma tributação menos burocrática.

Considerando o caso narrado, a adesão ao Simples:

a) é possível, pois produtores de licores que vendem no varejo são uma das exceções para bebidas alcoólicas no Simples;

b) não é possível, pois apenas micro cervejarias podem aderir ao Simples;

c) não é possível, pois apenas pequenas vinícolas podem aderir ao Simples;

d) é possível, pois produtores de licores e micro cervejarias, com vendas tanto no atacado como no varejo, podem aderir ao Simples;

e) não é possível, pois apenas produtores de licores que vendam no atacado podem aderir ao Simples.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. De acordo com artigo 17, inciso X, “c”, item 3, da LC 123/06 (Lei do Simples Nacional) não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que exerça atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por produtores de licores.

Veja texto legal: “Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte: X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de: c) bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por: 3. produtores de licores;”

No caso narrado pelo enunciado, como consta que eles não são produtores (mas sim a sua família) e pretendem vender no varejo, poderão aderir ao Simples Nacional.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa B está incorreta. Microcervejarias somente podem aderir ao simples se não venderem no atacado, conforme artigo 17, inciso X, “c”, item 1, da LC 123/06 (Lei do Simples Nacional): “Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte: X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de: c) bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por: 1. micro e pequenas cervejarias;”

A alternativa C está incorreta. Pequenas vinícolas somente podem aderir ao simples se não venderem no atacado, conforme artigo 17, inciso X, “c”, item 2, da LC 123/06 (Lei do Simples Nacional): “Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte: X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de: c) bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por: 2. micro e pequenas vinícolas;”

As alternativas D e E estão incorretas. Vendas no atacado afastam a aplicação do Simples, conforme artigo 17, inciso X, “c”, da LC 123/06 (Lei do Simples Nacional) “Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte: X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de: c) bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por:”

QUESTÃO 81. Em relação aos convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária, é correto afirmar que suas decisões serão tomadas por:

- a) três quintos dos representantes presentes, na revogação total ou parcial de isenções, incentivos e benefícios fiscais concedidos;
- b) quatro quintos dos representantes presentes, na revogação total ou parcial de isenções, incentivos e benefícios fiscais concedidos;
- c) unanimidade dos representantes de todos os Estados, na concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais previstos no Art. 1º da Lei Complementar nº 24/1975;
- d) maioria dos representantes presentes, na concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais previstos no Art. 19 da Lei Complementar nº 24/1975;
- e) três quintos dos representantes de todos os Estados, na revogação total ou parcial de isenções, incentivos e benefícios fiscais concedidos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**. De acordo com artigo 2º, § 2º, da LC 24/75: “§ 2º - A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.”

A partir do referido dispositivo legal, conclui-se que as alternativas A e E ficam automaticamente incorretas, posto que trazem quórum distinto de 4/5.

Ainda com base no artigo 2º, § 2º, da LC 24/75, as alternativas C e D ficam incorretas, pois a LC 24/75 exige unanimidade dos representados, ou seja, dos presentes.

Questão 82. Joaquim, servidor público municipal de Anápolis, contribui para o respectivo Regime Próprio de Servidores Públicos e pretende, para melhorar o valor futuro de sua aposentadoria, passar a contribuir para o Regime Geral da Previdência Social (INSS), mesmo não tendo outra atividade remunerada, para ganhar mais um salário mínimo aos 65 anos.

Nesse caso, o objetivo de Joaquim:

- a) será alcançado, desde que recolha como contribuição previdenciária 11% do salário mínimo como segurado facultativo;
- b) será alcançado, desde que recolha como contribuição previdenciária 11% do salário mínimo como contribuinte individual;
- c) não será alcançado, pois o servidor público filiado a Regime Próprio de Servidores Públicos não pode se filiar ao Regime Geral da Previdência Social como segurado facultativo;
- d) não será alcançado, pois não é possível receber duas aposentadorias de regimes distintos (Regime Geral da Previdência Social e Regime Próprio de Servidores Públicos);
- e) será alcançado, desde que recolha como contribuição previdenciária 5% do salário mínimo como microempreendedor individual (MEI).

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. De acordo com artigo 201, § 5º, da CF: “§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.”

As alternativas A e B estão incorretas. De acordo com art. 21, § 2º, I, da Lei 8.212/91: “§ 2º No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de: I - 11% (onze por cento), no caso do segurado contribuinte individual, ressalvado o disposto no inciso II, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e do segurado facultativo, observado o disposto na alínea b do inciso II deste parágrafo;”

A alternativa D está incorreta. É, sim, possível receber duas aposentadorias de regimes distintos (RGPS e RPPS). É este o entendimento do STJ, fixado no julgamento do RESP 924423. Vejamos: “PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURADO APOSENTADO EM REGIME PRÓPRIO DE SERVIDOR PÚBLICO COM CONTAGEM RECÍPROCA. PERMANÊNCIA DE VÍNCULO COM O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONCESSÃO DE NOVA APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE QUANDO OS REQUISITOS SÃO CUMPRIDOS. DECISÃO MANTIDA. 1. De acordo com o entendimento de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, a concessão de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social a segurado aposentado em regime próprio não ofende o disposto nos arts. 96 e 98 da Lei nº 8.213/1991, se o autor permaneceu vinculado ao RGPS e cumpriu os requisitos para nova aposentadoria, excluído o tempo de serviço utilizado para a primeira jubilação. 2. Ademais, o Decreto nº 3.048/1999 permite a expedição de certidão de tempo de contribuição para período fracionado (art. 130, § 10). As vedações nele previstas dizem respeito ao duplo cômputo do tempo de serviço exercido simultaneamente na atividade privada e pública e daquele outrora utilizado para a concessão de aposentadoria (art. 130, §§ 12 e 13), circunstâncias não verificadas no caso concreto. 3. Agravo regimental improvido.”

No mesmo sentido, é o julgamento do REsp 687479 pelo STJ: “PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. SEGURADO JÁ APOSENTADO NO SERVIÇO PÚBLICO COM UTILIZAÇÃO DA CONTAGEM RECÍPROCA. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA JUNTO AO RGPS. TEMPO NÃO UTILIZADO NO INSTITUTO DA CONTAGEM RECÍPROCA. FRACIONAMENTO DE PERÍODO. POSSIBILIDADE. ART. 98 DA LEI N.º 8.213/91. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. 1. A norma previdenciária não cria óbice a percepção de duas aposentadorias em regimes distintos, quando os tempos de serviços realizados em atividades concomitantes sejam computados em cada sistema de previdência, havendo a respectiva contribuição para cada um deles. 2. O art. 98 da Lei n.º 8.213/91 deve ser interpretado restritivamente, dentro da sua objetividade jurídica. A vedação contida em referido dispositivo surge com vistas à reafirmar a revogação da norma inserida na Lei n.º 5.890/73, que permitia o acréscimo de percentual a quem ultrapassasse o tempo de serviço máximo, bem como para impedir a utilização do tempo excedente para qualquer efeito no âmbito da aposentadoria concedida. 3. É permitido ao INSS emitir certidão de tempo de serviço para período fracionado, possibilitando ao segurado da Previdência Social levar para o regime de previdência próprio dos servidores públicos apenas o montante de tempo de serviço que lhe seja necessário para obtenção do benefício almejado naquele regime. Tal período, uma vez considerado no outro regime, não será mais contado para qualquer efeito no RGPS. O tempo não utilizado, entretanto, valerá para efeitos previdenciários junto à Previdência Social. 4. Recurso especial a que se nega provimento.” (REsp. 687.479/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, D.J. de 30/05/2005).

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 21, § 2º, II, “a”, da Lei 8.212/91: “§ 2º No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de: I - 5% (cinco por cento): a) no caso do microempreendedor individual, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;”

Questão 83. João, pequeno pescador, com vontade livre e consciente, pescou o total de vinte quilos de peixes de espécies com tamanhos inferiores aos permitidos e em período no qual a pesca estava proibida, em rio interestadual, com impactos apenas em nível local, sem reflexos em âmbito regional ou nacional.

O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia, mas a defesa técnica de João pleiteou o declínio de competência para a Justiça Federal, alegando que os fatos ocorreram em bem da União, qual seja, rio que banha mais de um Estado.

O magistrado, atento à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, deve:

a) acolher o pleito defensivo e declinar de competência para a Justiça Federal, porque, independentemente de o local dos fatos ser bem da União, a natureza do bem jurídico tutelado pela norma incriminadora atrai o interesse da União;

b) acolher o pleito defensivo e declinar de competência para a Justiça Federal, porque o local dos fatos é bem da União, independentemente de o dano decorrente de pesca proibida em rio interestadual gerar ou não reflexos em âmbito regional ou nacional;

c) acolher o pleito defensivo e declinar de competência para a Justiça Federal tão somente se a autuação administrativa pela infração administrativa cometida tiver sido realizada por servidores públicos federais, no regular exercício do poder de polícia;

d) não acolher o pleito defensivo, porque, independentemente de o dano decorrente de pesca proibida em rio interestadual gerar ou não reflexos em âmbito regional ou nacional, a competência permanece da Justiça Estadual, diante da natureza do bem jurídico tutelado pela norma incriminadora;

e) não acolher o pleito defensivo, porque, para atrair a competência da Justiça Federal, o dano decorrente de pesca proibida em rio interestadual deveria gerar reflexos em âmbito regional ou nacional, afetando trecho do rio que se alongasse por mais de um Estado da Federação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Os rios interestaduais (que banham mais de um Estado da Federação) são bens da União, nos termos do art. 20, III, da CF. Neste sentido, o delito ambiental que é praticado em rio interestadual, é de competência da Justiça Federal (art. 109, IV, da CF), desde que isso possa causar reflexos em âmbito regional ou nacional. (CC n.º 145.420/AM, 3ª Seção do STJ, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 10/8/2016).

No entanto, caso o delito ambiental, ainda que praticado em rio interestadual, mas sem possibilidade de gerar reflexos regionais ou nacionais, seu processamento e julgamento será na Justiça Comum Estadual, como no caso do enunciado (CC n.º 146.373/MG, 3ª Seção do STJ, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 11/5/2016).

As alternativas A, B e C estão incorretas, pois o pedido do réu não deve ser acolhido, conforme razões acima.

A alternativa D está incorreta, pois a potencialidade de gerar reflexos regionais ou nacionais é fator determinante para a fixação de competência, conforme comentários à alternativa correta.

QUESTÃO 84. O imóvel de Maria é tombado, apenas em nível municipal, como patrimônio histórico e cultural da cidade. Maria, necessitando aumentar sua renda, resolveu utilizar seu imóvel como um hostel e, para tal, decidiu realizar obras estruturais, inclusive com alteração da fachada de importância histórica, sem qualquer pedido ou autorização do Município Alfa. Sua vizinha arquiteta Rose, ao verificar o início das obras, apresentou Representação, devidamente instruída com fotos, à Prefeitura, que se quedou inerte.

Ao tomar conhecimento dos fatos quando as obras já estavam quase concluídas, o Ministério Público ajuizou ação civil pública pleiteando obrigações de fazer, não fazer e indenizatória, em face do Município Alfa e de Maria. Em sua defesa, o Município Alfa reconheceu sua inércia fiscalizatória, mas alegou que a responsabilidade é apenas de Maria, na qualidade de proprietária do imóvel e responsável pelas obras irregulares.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve considerar que a responsabilidade civil do Município Alfa, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, por danos ao meio ambiente:

A inclusive no que tange à tutela do patrimônio cultural, é de

a) caráter solidário, mas de execução subsidiária;

b) é objetiva e solidária, exceto no que tange à tutela do patrimônio cultural, que requer a demonstração do dolo ou culpa, por ação ou omissão, dos infratores;

c) é de caráter solidário, mas de execução subsidiária, exceto no que tange à tutela do patrimônio cultural, que atrai o caráter subsidiário e a execução solidária;

d) inclusive no que tange à tutela do patrimônio cultural, é objetiva e de execução solidária, de maneira que as obrigações podem ser exigidas de quaisquer dos responsáveis, a qualquer tempo;

e) inclusive no que tange à tutela do patrimônio cultural, é de caráter subsidiário, exigindo o reconhecimento da falência (para pessoas jurídicas) ou da insolvência civil (para pessoas naturais) para condenação, em processo de conhecimento, da Administração Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme teor da Súmula n.º 652 do STJ: “A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária”.

As alternativas B e C estão incorretas, pois a tutela do patrimônio cultural se insere no âmbito de proteção das normas do Direito Ambiental.

A alternativa D está incorreta, pois a execução é subsidiária, logo, as obrigações não podem ser exigidas de quaisquer dos responsáveis, mas primeiro do particular.

A alternativa E está incorreta, pois a responsabilidade é de caráter solidário, apenas a sua execução que é subsidiária.

QUESTÃO 85. O Estado Beta editou lei estadual dispondo que é vedada a pulverização aérea de agrotóxicos na agricultura naquele Estado.

Instado a se manifestar, via controle difuso, no bojo de processo judicial, sobre a constitucionalidade da citada legislação, na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o magistrado deve reconhecer a:

a) inconstitucionalidade formal da norma, pois compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, águas, agrotóxicos, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

b) inconstitucionalidade material da norma, por violação de um dos fundamentos da ordem econômica, qual seja, a livre iniciativa, que impede a regulamentação de atividades econômicas pelos Estados-membros;

c) constitucionalidade da norma, pois compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre florestas, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, agrotóxicos, minérios, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

d) constitucionalidade da norma, pois o Estado possui competência concorrente para legislar sobre o tema e a norma representa maior proteção à saúde e ao meio ambiente se comparada com as diretrizes gerais fixadas na legislação federal, bem como prevê restrição razoável e proporcional às técnicas de aplicação de pesticidas;

e) constitucionalidade da norma, pois, de acordo com a legislação federal sobre agrotóxicos, compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, cabendo aos Municípios a fiscalização de seu uso, consumo, comércio, armazenamento e transporte interno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme a jurisprudência do STF: “É constitucional norma estadual que veda a pulverização aérea de agrotóxicos na agricultura local e sujeita o infrator ao pagamento de multa. Essa norma representa maior proteção à saúde e ao meio ambiente se comparada com as diretrizes gerais fixadas na legislação federal. Além disso, essa norma estabelece restrição razoável e proporcional às técnicas de aplicação de pesticidas”. (ADI n.º 6.137/CE, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 29/5/2023, informativo nº 1096).

As alternativas A e B estão incorretas, pois a norma é constitucional.

A alternativa C está incorreta, pois os Municípios não se inserem na competência constitucional concorrente, conforme art. 24, VI, da CF: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

A alternativa E está incorreta, pois não é competência dos Municípios, conforme art. 10 da Lei n.º 7.802/1989: “Art. 10. Compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno.”.

QUESTÃO 86. O Município Alfa editou lei proibindo a participação em licitação e a contratação, pela Administração Pública daquele Município, de: I) agentes eletivos; II) ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; III) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; IV) demais servidores públicos municipais; V) pessoas ligadas - por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, inclusive, ou por adoção - a

servidores municipais não ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança. Foi publicado edital de licitação pelo Município Alfa para aquisição de determinados bens, e diversas pessoas que se enquadram nos cinco itens acima e que tinham interesse em participar do certame judicializaram a questão.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, a vedação de participação em licitação e contratação das pessoas elencadas nos itens acima:

a) I a V é constitucional, pois atende aos princípios da moralidade e impessoalidade da administração pública, e está em consonância com a vedação ao nepotismo;

b) I a V é inconstitucional, do ponto de vista formal, porque Municípios não podem legislar sobre o tema, já que compete privativamente à União legislar sobre licitação e contratação pública;

c) I a IV é constitucional, porque editada no exercício da competência legislativa suplementar do Município, mas deve ser excluída a proibição do item V, por violação à proporcionalidade, por não atender ao subprincípio da adequação;

d) I e II é constitucional, porque editada no exercício de competência legislativa suplementar do Município, mas deve ser excluída a proibição dos itens III a V, pelo princípio da intranscendência subjetiva da impessoalidade;

e) I a V é inconstitucional, do ponto de vista material, por violação aos princípios da isonomia e da competitividade, pois a licitação visa à contratação mais vantajosa para a Administração, devendo, a partir da técnica do sopesamento, mediante a utilização dos princípios da concordância prática ou harmonização e da proporcionalidade ou razoabilidade, prevalecer a melhor proposta, para se prestigiar a eficiência e a economicidade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

De acordo com Tema de Repercussão Geral 1001 do STF, proferido no julgamento do RE 910552: “É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, que proíba a participação em licitação ou a contratação: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais.”

Em seu voto, o Ministro Roberto Barroso ressaltou o seguinte: “(...) 14. Por esse motivo, entendo que a restrição imposta pelo dispositivo em questão viola a proporcionalidade, por não atender ao subprincípio da adequação, no ponto em que alcança as pessoas ligadas, por matrimônio ou parentesco, aos servidores públicos municipais que não ocupem cargo em comissão ou função de confiança.”

Portanto, pode-se concluir que a proibição do Item V deve ser excluída, pois viola o princípio da proporcionalidade. A proibição da participação em licitação não se aplica às pessoas ligadas - por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, inclusive, ou por adoção - a servidores municipais não ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

Assim, correta a alternativa C.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 87. Maria é servidora pública ocupante de cargo efetivo do Estado de Goiás e, nos últimos anos, se afastou por diversos motivos. Consoante dispõe a Lei Estadual nº 20.756/2020, conhecida como Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Goiás, será considerado como de efetivo exercício o tempo de afastamento a título de:

- a) licença para tratar de interesses particulares;**
- b) licença por motivo de afastamento do cônjuge;**
- c) licença por motivo de doença em pessoa da família do servidor quando não remunerada;**
- d) cumprimento de sanção disciplinar de suspensão, aplicada após processo administrativo disciplinar previsto na citada Lei;**
- e) fruição de licença-prêmio, cujo período foi adquirido até a vigência da citada Lei.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**. De acordo com artigo 290, caput e § 2º da Lei Estadual nº 20.756/2020: “Art. 290. Os períodos de licença-prêmio adquiridos até a vigência desta Lei poderão ser usufruídos, assegurada a remuneração ou o subsídio integral do cargo. § 2º Considera-se como de efetivo exercício o afastamento motivado pela fruição de licença-prêmio na forma do caput.”

As alternativas A, B, C e D ficam incorretas, posto que não constam do rol de hipóteses de efetivo exercício do artigo 30 da Lei Estadual nº 20.756/2020: “Art. 30. Considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for facultativo: I - férias; II - casamento ou união estável, por 8 (oito) dias consecutivos; III - luto, pelo falecimento de cônjuge, companheiro ou companheira, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela, pais, madrasta ou padrasto, e irmão, por 8 (oito) dias consecutivos, bem como de avós e netos, por 4 (quatro) dias consecutivos; IV - convocação para o serviço militar; V - júri e outros serviços obrigatórios por Lei; VI - exercício de cargo de provimento em comissão na administração direta ou autárquica ou em fundações instituídas pelo Estado de Goiás; VII - exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Governador do Estado ou do Presidente da República; VIII - exercício do cargo de Secretário de Município ou de Estado em outras Unidades da Federação, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; IX - desempenho de mandato diretivo em empresa pública e sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado de Goiás; X - licença para capacitação; XI - licença-maternidade; XII - licença-paternidade; XIII - licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses; XIV - licença por motivo de doença em pessoa da família, enquanto remunerada; XV - licença ao servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional; XVI - missão no País ou no exterior, quando o afastamento for remunerado; XVII - doença de notificação compulsória; XVIII - afastamento para participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação sensu stricto, conforme dispuser o regulamento; XIX - trânsito do servidor que passar a ter exercício em nova sede; XX - exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal; XXI - exercício de mandato em confederação, federação, associação e sindicato representativo de categoria de servidores públicos estaduais, ou entidade fiscalizadora da profissão; XXII - participação em competição esportiva, por até 30 (trinta) dias; XXIII - doação de sangue, desde que devidamente comprovada e limitada a quatro ocorrências por ano; XXIV - abono de faltas. Parágrafo único. Considera-se ainda como de efetivo exercício o período em que o servidor estiver em disponibilidade.”

QUESTÃO 88. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o combate a corrupção, a ilegalidade e à imoralidade no seio do poder público, com graves reflexos na carência de recursos para implementação de políticas públicas de qualidade, deve ser prioridade absoluta no âmbito de todos os órgãos constitucionalmente institucionalizados. Uma das formas de combate à corrupção pública é o manejo da ação por ato de improbidade administrativa.

Recentemente, ao analisar a matéria, o STF concluiu que a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei nº 12.850/2013, no âmbito civil, em ação por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público é:

a) inconstitucional, porque atualmente já existe um instituto de cooperação e consensualidade do direito sancionador específico no âmbito da improbidade administrativa, qual seja, o acordo de não persecução cível;

b) inconstitucional, porque se aplica o princípio da independência das instâncias de responsabilização administrativa, cível e criminal, de maneira que é incabível a utilização, em analogia, de instituto de direito negocial penal;

c) constitucional, sem necessidade de fixação de diretrizes específicas, bastando a adoção da teoria do diálogo das fontes, construção teórica concebida pelo jurista Erik Jayme, na interpretação da Lei de Improbidade Administrativa;

d) constitucional, com a observação de algumas diretrizes, como, por exemplo, a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização;

e) constitucional, com a observação de algumas diretrizes, como, por exemplo, o acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, sem necessidade de interveniência da pessoa jurídica interessada, mas é imprescindível que seja devidamente homologado pela autoridade judicial competente.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. De acordo com Tema de Repercussão Geral 1043 do STF, fixado no julgamento do ARE 1175650: “É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes: (1) Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; (2) As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; (3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; (4) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; (5) Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado.”

Portanto, de acordo com item 3 do Tema 1043, a utilização da colaboração premiada é constitucional, com a observação de algumas diretrizes, como, por exemplo, a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 89. No Estado Alfa, havia duas carreiras de Agentes Fiscais: a formada por cargos efetivos de Agente Fiscal 1, que exigia nível médio; e a de Agente Fiscal 2, que exigia nível superior para provimento originário do cargo efetivo. O Estado Alfa editou lei estadual unificando e reunindo as duas citadas carreiras na nova carreira de Auditor Fiscal, exigindo o nível superior de escolaridade nos próximos concursos. Instado a decidir sobre a constitucionalidade, incidenter tantum, da citada legislação, o magistrado deve considerar o teor de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, que dispõe que é:

a) constitucional a unificação de carreiras distintas, desde que a própria lei já trate da modulação dos efeitos, exigindo nível superior apenas para os próximos concursos;

b) constitucional a unificação de carreiras distintas que exigiam conhecimento técnico e especializado semelhantes para o exercício de suas atribuições, ainda que tal fato exceda substancialmente o nível de escolaridade declarado em lei;

c) inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual fora anteriormente investido;

d) constitucional a unificação de carreiras distintas, desde que reste comprovado, por meio de indicadores de produtividade, que a complexidade do trabalho aumentou de acordo com a ascensão na carreira por meio de promoções, decorrentes do tempo de serviço e participações em cursos de formação;

e) inconstitucional toda modalidade de provimento derivado que propicie ao servidor investir-se em cargo diverso, pelo princípio do concurso público, sendo vedada a aplicação de qualquer modulação dos efeitos por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. Conforme a Súmula Vinculante 43 do STF: “É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”

No mesmo sentido foi o julgamento da ADI 1350, veja trecho: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - tendo presente a essencialidade do postulado inscrito no art. 37, II, da Carta Política - tem censurado a validade jurídico-constitucional de normas que autorizam, permitem ou viabilizam, independentemente de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, o ingresso originário no serviço estatal ou o provimento em cargos administrativos diversos daqueles para os quais o servidor público foi admitido.”

Ainda, na ADI 3199, o STF assim decidiu: “A equiparação de carreira de nível médio a outra de nível superior constitui ascensão funcional, vedada pelo art. 37, II, da CF/88. STF. Plenário. ADI 3199, Rel. Roberto Barroso, julgado em 20/04/2020.”

Portanto, a lei do Estado Alfa é inconstitucional. Correta, pois, a alternativa C.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 90. O imóvel urbano de João foi declarado como de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Município Gama. Frustrada a possibilidade de acordo, pois as partes não chegaram a um valor comum para indenização, o Município ajuizou ação de desapropriação. Logo após sua distribuição, o magistrado observou que a petição inicial da ação expropriatória do Município não veio instruída com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e não foi apresentada declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização ao disposto no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual.

No caso em tela, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve:

- a) extinguir o feito, com resolução do mérito, diante da não inclusão de requisitos essenciais e específicos da ação de desapropriação, em razão de mandamento legal cogente de ordem pública;**
- b) prosseguir com o feito, com a citação do réu, visto que, diante da natureza da ação, não há necessidade de inclusão das citadas estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização;**
- c) determinar que o Município emende a petição inicial para apresentar as citadas estimativas do impacto orçamentário-financeiro e declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização;**
- d) intimar o Município para emendar a petição inicial tão somente para apresentar a citada estimativa do impacto orçamentário-financeiro, sendo desnecessária a mencionada declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização;**
- e) notificar preliminarmente o Tribunal de Contas do Estado, para se manifestar sobre as citadas estimativas do impacto orçamentário-financeiro e declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. Conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1930735/TO: “Para cumprimento dos requisitos arrolados no art. 16, caput, I e II, e § 4º, II, da LRF é necessário instruir a petição inicial da ação expropriatória de imóveis com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e apresentar declaração a respeito da compatibilidade das despesas necessárias ao pagamento das indenizações ao disposto no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual.”

Ademais, de acordo com doutrina do professor Márcio André Cavalcante: “Outrossim, como o inciso II do § 4º do art. 16 da LRF estabelece que o cumprimento do requisitos do caput do dispositivo

consiste em condição prévia à desapropriação de imóveis urbanos, a verificação do atendimento a suas disposições deve ser aferida em momento anterior ao ajuizamento de ações expropriatórias, porquanto após a expedição do ato declaratório de utilidade pública incumbe à Administração avaliar os bens a serem incorporados ao patrimônio público para quantificar o valor reputado devido a título de justa indenização. A avaliação empreendida pelo poder público constitui fase necessária à verificação da proposta de compensação financeira a ser apresentada ao particular e, uma vez apurado tal montante, é possível estimar o impacto orçamentário-financeiro da desapropriação e examinar a adequação das despesas necessárias ao pagamento da indenização ao disposto nas leis orçamentárias, razão pela qual essas providências devem anteceder a proposta oferecida pelo expropriante em sede administrativa ou judicial.” (CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Um dos requisitos específicos da petição inicial da ação de desapropriação de imóveis urbanos é a demonstração do impacto orçamentário-financeiro da medida e da compatibilidade da indenização a ser paga com as leis orçamentárias. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/0a6fbee9b5f6092233b7921f39554a33>>. Acesso em: 17/12/2023).

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, o magistrado deve determinar que o Município emende a petição inicial para apresentar as citadas estimativas do impacto orçamentário-financeiro e declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização. Logo, correta a alternativa C.

Utilizando como base o mesmo entendimento jurisprudencial acima transcrito, as alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 91. Durante uma operação da Polícia Militar no Estado Beta, na comunidade Alfa, Joaquim, menino de 5 anos, que dormia em sua cama, foi alvejado por uma bala perdida, morrendo imediatamente. Os pais de Joaquim ajuizaram ação indenizatória por danos morais em face do Estado Beta.

No caso em tela, observando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deve aplicar a responsabilidade civil:

a) objetiva do Estado, sendo dever do Estado Beta provar a exclusão do nexo causal entre o ato e o dano, pois tal nexo é presumido;

b) objetiva do Estado, sendo ônus dos pais de Joaquim provar a conduta, o dano e o nexo causal entre o ato e o dano, sendo necessária a comprovação de que os policiais agiram com culpa ou dolo;

c) objetiva do Estado, sendo ônus dos pais de Joaquim provar a conduta e o dano, não podendo o Estado Beta invocar hipóteses excludentes da relação de causalidade e do elemento subjetivo da culpa ou do dolo;

d) subjetiva do Estado, sendo ônus dos pais de Joaquim provar a conduta, o dano, o nexo causal entre o ato e o dano e o elemento subjetivo da culpa ou do dolo, caso não seja possível descobrir a origem da bala perdida;

e) subjetiva do Estado, sendo dever do Estado Beta demonstrar a regularidade da operação policial, circunstância em que o ônus dos pais de Joaquim será de provar a conduta, o dano, o nexo causal entre o ato e o dano e o elemento subjetivo da culpa ou do dolo dos policiais.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. De acordo com jurisprudência do STF, fixada no julgamento do ARE 1382159: “No caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever do Estado, em decorrência de sua responsabilidade civil objetiva, provar a exclusão do nexa causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido.” (STF. 2ª Turma. ARE 1382159 AgR/RJ, Rel. Min. Nunes Marques, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 28/03/2023).

No mesmo sentido, é o Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 61, itens 7 e 8: “7) A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal. 8) É objetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.”

Portanto, no caso narrado pelo enunciado, há responsabilidade objetiva do Estado Beta, competindo a ele provar a exclusão do nexa causal entre o ato e o dano. Logo, correta a alternativa A.

Tomando por base os mesmos entendimentos jurisprudenciais acima mencionados, as alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 92. O Estado Delta instaurou processo administrativo para apuração da responsabilidade da sociedade empresária Beta pela prática de ato contra a administração pública estadual, consistente em fraude à licitação.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei Federal nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a sociedade empresária Beta, na esfera administrativa, está sujeita a algumas sanções, como:

- a) publicação ordinária da decisão condenatória, vedada a forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica infratora;**
- b) acordo de leniência, que necessariamente deve prever a identificação dos demais envolvidos na infração e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração;**
- c) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, independentemente do direito de terceiro de boa-fé, face à supremacia do interesse público;**
- d) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de dois e máximo de oito anos;**
- e) multa, no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de publicação extraordinária (e não “ordinária”), a qual ocorrerá na forma de extrato de sentença. De acordo com art. 6º, II e § 5º, da Lei 12.846/2013: “Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: II - publicação extraordinária da decisão

condenatória. (...) § 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.”

A alternativa B está incorreta. O acordo de leniência não é uma sanção. De acordo com art. 16 da Lei 12.846/2013: “Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: I - a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; e II - a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.”

A alternativa C está incorreta. Fica ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé. De acordo com art. 19, I, da Lei 12.846/2013: “Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras: I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;”

A alternativa D está incorreta. O prazo será de no mínimo 1 ano e de no máximo 5 anos. De acordo com art. 19, IV, da Lei 12.846/2013: “Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras: IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.”

A alternativa E está correta. De acordo com art. 6º, I, da Lei 12.846/2013: “Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa;”

QUESTÃO 93. Adalto recebeu auto de infração lavrado pelo Núcleo de Fiscalização do Município de Estrela por inobservância do limite de ruído sonoro de estabelecimento comercial, definido em lei complementar, no dia 10 de setembro de 2023, às 22h, quando agente de fiscalização realizou ação in loco após o seu departamento receber denúncia anônima. A mensuração do ruído foi realizada no lado externo do empreendimento, com emprego dos equipamentos oficiais, sem que o proprietário ou qualquer responsável pelo empreendimento fosse cientificado, gerando um laudo técnico de medição. A multa foi aplicada no teto máximo conforme dosimetria prevista em Portaria do departamento.

A respeito da situação concreta narrada, é correto afirmar que:

a) caso sobrevenha lei complementar que aumente o limite de ruído sonoro, esse novo patamar aplica-se imediatamente sobre o caso concreto, salvo se já houver decisão de primeira instância administrativa;

b) a multa é ilegal, pois o processo de fiscalização não poderia ser deflagrado por denúncia anônima, o que subverte a ordem da agenda de fiscalização e mitigação da previsibilidade das ações administrativas e limita o direito de defesa do administrado;

c) a multa é ilegal, visto que as infrações administrativas, as sanções e a correspondente dosimetria devem ser previstas em lei formal, e não em regulamento, tendo em vista o princípio da reserva absoluta de lei no Direito Administrativo;

d) o devido processo legal do processo administrativo sancionador municipal em comento é informado pelos seguintes direitos: contraditório, ampla defesa, vedação ao sigilo do processamento, vedação à reformatio in pejus, condução do processo por autoridade competente e direito ao recurso de efeitos devolutivo e suspensivo;

e) o poder público pode propor a substituição da multa por acordo com obrigações de dar, fazer ou não fazer, como o compromisso de observar o limite de ruído sonoro, desde que sejam cumpridos os requisitos do Art. 26 da LINDB, inclusive a motivação que indique ser o interesse público a solução consensual no caso concreto e, preferencialmente, que o acordo esteja previsto em regulamento.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nova lei não retroage para prejudicar situação pretérita. De acordo com artigo 6º da LINDB: “Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.”

A alternativa B está incorreta. É possível, sim, que processo de fiscalização seja deflagrado a partir de denúncia anônima, desde que haja investigação preliminar para constatar veracidade de tal denúncia. É este, inclusive, o entendimento do STJ. Veja exemplo de decisão: “ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO COM BASE EM INVESTIGAÇÃO PROVOCADA POR DENÚNCIA ANÔNIMA. ADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. Ainda que com reservas, a denúncia anônima é admitida em nosso ordenamento jurídico, sendo considerada apta a deflagrar procedimentos de averiguação, como o processo administrativo disciplinar, conforme contenham ou não elementos informativos idôneos suficientes, e desde que observadas as devidas cautelas no que diz respeito à identidade do investigado. Precedentes desta Corte. (...) (MS 13.348/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 16/09/2009 - grifo nosso).”

A alternativa C está incorreta. De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “Em relação à reserva de lei, ainda cabe ressaltar que ela pode ser absoluta ou relativa. A reserva de lei é absoluta quando a própria lei deve disciplinar determinado assunto, sem possibilidade de complementação ou regulamentação por atos normativos do Poder Executivo. Gilmar Mendes indica, como exemplos, o art. 14, § 9º, da Constituição, pelo qual “a lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade”; e o art. 146, que reserva à lei complementar a normatização dos conflitos de competência em matéria tributária, a regulação das limitações ao poder constitucional de tributar e a criação de normas gerais em matéria de legislação tributária.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Princípio da legalidade. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo).

1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/86/edicao-1/principio-da-legalidade>).

Portanto, não há de se falar em reserva absoluta de lei no direito administrativo.

A alternativa D está incorreta. A vedação à reformatio in pejus não existe nos recursos administrativos. De acordo com artigo 64, caput e parágrafo único, da Lei 9.784/99: “Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.”

Ademais, em processo administrativo, a regra é que o recurso tenha somente efeito devolutivo; o efeito suspensivo somente será atribuído de forma excepcional. De acordo com art. 61, caput e parágrafo único, da Lei 9.784/99: “Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo. Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.”

A alternativa E está correta. A celebração de compromisso está disposta no artigo 26 da LINDB: “Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.”

QUESTÃO 94. Logo após publicar decreto de regulamentação da Lei nº 14.133/2021 e o plano de contratações anual, o Município de Estrela decide seguir esta Lei em suas novas contratações públicas. Para sua primeira contratação - aquisição de tablets para escolas de ensino público fundamental -, a Secretaria de Educação desenvolveu regularmente a fase preparatória e, ao final, submeteu o processo licitatório à Procuradoria Municipal. A Procuradoria proferiu parecer jurídico desfavorável à modelagem do contrato: enquanto a Secretaria de Educação defende a compra de tablets, cuja escala reduziria significativamente o valor da contratação, o parecerista jurídico entende que a decisão mais eficiente ao erário público é o aluguel dos equipamentos, evitando-se que o poder público arque com os custos da obsolescência. A despeito desse entendimento, o secretário de Educação decide seguir e publicar o edital de licitação conforme o seu entendimento.

Sobre a situação concreta apresentada, é correto afirmar que:

- a) a Procuradoria do Município não agiu corretamente, pois se imiscuiu indevidamente na esfera de discricionariedade da autoridade administrativa competente ao se posicionar sobre a eficiência da contratação pública;**
- b) o secretário de Educação agiu de modo ilegal, visto que vinculado ao parecer jurídico emitido pelo órgão de assessoramento jurídico, que realiza o controle prévio de legalidade do processo licitatório;**
- c) na qualidade de autoridade competente, o secretário de Educação pode dar seguimento ao processo de licitação, mas não terá direito à defesa pela advocacia pública nas esferas administrativa, controladora e judicial;**

d) a contratação pública pode ser invalidada pelo Tribunal de Contas por vício de processo caso a licitação não seja precedida de parecer jurídico realizado pelo órgão de assessoramento jurídico;

e) o secretário de Educação agiu de modo ilegal, sendo recomendado que o órgão de assessoramento jurídico trabalhe para a futura padronização das minutas de editais e instrumentos de contrato, que dispensam o controle prévio de legalidade desde que as hipóteses de aplicação estejam previamente definidas em decreto do chefe do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A eficiência é princípio do direito administrativo, e seu posicionamento é, na verdade, previsto pela própria Lei 14.133/2021, em seu artigo 53, § 1º: “§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;”

A alternativa B está incorreta. O parecer jurídico da procuradoria não é vinculante, pois não há, na Lei 14.133/2021, nenhum dispositivo que assim o determine.

A alternativa C está correta. O artigo 10 da Lei 14.133/2021 não se aplicará ao Secretário caso este não observe estritamente a orientação constante em parecer jurídico elaborado pela advocacia pública. Vejamos: “Art. 10. Se as autoridades competentes e os servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos de que trata esta Lei precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 desta Lei, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial.”

A alternativa D está incorreta. Não há, na Lei 14.133/2021, nenhum dispositivo que fale na invalidação da contratação pelo próprio Tribunal de Contas. Na verdade, a lei fala apenas em fiscalizar, apurar as infrações e remeter ao Ministério Público. De acordo com art. 169, III e § 3º, da Lei 14.133/2021: “Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa: III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas. (...) § 3º Os integrantes das linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo observarão o seguinte: I - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; II - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.”

A alternativa E está incorreta. De fato, na forma do art. 25, § 1º, da Lei 14.133/2021, o órgão deve trabalhar para a padronização: “§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas

padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.”. Ademais, também é correto afirmar que as hipóteses de dispensa do controle prévio de legalidade devem ser previamente definidas em ato do chefe do Poder Executivo; no entanto, a Lei não fala em “decreto”. De acordo com art. 53, § 5º, da Lei 14.133/2021: “§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutos de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.”

Ainda, a alternativa se encontra incorreta porque o Secretário não agiu de modo ilegal. Nada na lei define que este parecer é vinculante.

QUESTÃO 95. Ação popular pede a imediata paralisação das obras de construção de hospital público municipal, sob o argumento de irregularidade na licitação, por não lhe ser apresentada resposta a impugnação ao edital. Argumenta que, embora embasada em processo administrativo com um conjunto de pareceres técnicos, a escolha pelo desmatamento do eixo norte da área designada para a construção de hospital não é a mais adequada. O melhor para a sustentabilidade e o Interesse público seria realizar a construção no eixo sul.

Considerando a situação apresentada, é correto afirmar que:

a) de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, com as alterações dadas pela Lei nº 13.655/2018, ao juiz é proibido fundamentar as suas decisões com base em princípios ou conceitos jurídicos indeterminados, como a sustentabilidade e o interesse público;

b) caso o Tribunal de Contas do Estado correspondente tivesse emitido acórdão em que considerasse que a escolha administrativa correta seria, de fato, a construção do hospital público no eixo sul, estaria o juiz vinculado a esta orientação, considerando o caráter técnico do Tribunal de Contas;

c) a escolha do eixo para a construção do hospital público se encerra em uma questão de discricionariedade administrativa, não cabendo ao juiz controlar o mérito administrativo;

d) em sua decisão, deve o juiz considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, bem como as exigências de políticas públicas a seu cargo, tomando por base o processo administrativo, as alegações das partes e outras informações que lhe sejam prestadas;

e) o juiz deve decidir de modo consequencialista, sendo, porém, defeso optar pela continuidade do contrato irregular caso a paralisação não se revele medida de interesse público, mesmo sendo possível o saneamento do processo licitatório.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com artigos 20 e 23 da LINDB: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.”; “Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.”

A alternativa B está incorreta. Acórdão de TCE não tem caráter vinculante. De acordo com artigo 30 da LINDB: “Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas. Parágrafo único. Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.”

A alternativa C está incorreta. De fato, é vedado ao Poder Judiciário ingressar na análise do mérito administrativo, para apurar a conveniência e oportunidade dos atos da Administração. Tal entendimento se baseia no princípio da independência dos poderes, disposto no art. 2º da CF: “Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. No entanto, o Poder Judiciário poderá intervir se verificar existência de vícios que confrontem a legitimidade e legalidade do ato praticado pela Administração. No caso narrado, a construção do hospital no eixo norte causaria desmatamento inadequado da área, carecendo a decisão de sustentabilidade.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “a finalidade do controle é a de assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo, pp. 622-623).

Ademais, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello: “Em todo e qualquer caso de discricionariedade, por mais genéricas, vagas ou imprecisas que sejam as expressões legais qualificadoras dos motivos (pressupostos fáticos abstratamente previstos na lei) ou dos fins, o Judiciário poderá e deverá sindicá-lo, averiguando se a significação nuclear do conceito sintonizado na palavra foi, ou não, respeitada. Isto é, caber-lhe-á sempre aferir se os requisitos legais foram atendidos, o que desde logo é possível no concernente à significação mínima, central, que toda e qualquer palavra, que todo e qualquer conceito, possui.” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Pareceres de direito administrativo, p. 59).

A alternativa D está correta. De acordo com art. 22, caput e § 1º, da LINDB: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.”

A alternativa E está incorreta. O juiz poderá, sim, optar pela continuidade do contrato, caso seja possível seu saneamento. De acordo com art. da Lei 14.133/2021: “Art. 147. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos: VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;”

QUESTÃO 96. Pedro, notário no âmbito do Estado de Goiás, foi informado da existência de processo administrativo disciplinar instaurado em seu desfavor pelo órgão competente do Poder Judiciário desse Estado. De acordo com a narrativa constante dos autos, Pedro teria praticado infração cuja pena cominada é a de perda da delegação.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o processo administrativo disciplinar é:

- a) instaurado, instruído e julgado pelo magistrado com competência na área de registros, com recurso para o Conselho Superior da Magistratura;
- b) instaurado e instruído pelo magistrado diretor do foro da Comarca em que Pedro atua, cabendo o julgamento ao Conselho Superior da Magistratura;
- c) instaurado e instruído pelo magistrado com competência na área de registros, cabendo o julgamento ao corregedor-geral da Justiça;
- d) instaurado, instruído e julgado pelo corregedor-geral da Justiça, com recurso para o Órgão Especial;
- e) instaurado e instruído pelo corregedor-geral da Justiça, cabendo o julgamento ao Órgão Especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre regimento interno do TJGO.

A alternativa B está correta e as alternativas A, C, D e E estão incorretas. Conforme artigo 26 do RI do TJGO: “Art. 26. Compete ao Conselho Superior da Magistratura: IV - julgar, originariamente, o processo administrativo disciplinar instaurado em face de notário e registrador quando a pena prevista é a perda da delegação, competindo a instauração e instrução do feito administrativo ao magistrado diretor do foro da respectiva comarca”.

QUESTÃO 97. Um juiz foi informado de uma possível situação de assédio moral ocorrida no âmbito da estrutura do Poder Judiciário na Comarca. Com base nas orientações do CNJ, a conduta passível de configurar assédio no Poder Judiciário poderá ser noticiada apenas por:

- a) todo e qualquer servidor técnico administrativo que seja vítima de assédio praticado por superior hierárquico;
- b) qualquer pessoa que se perceba vítima de assédio ou qualquer pessoa que tenha conhecimento dos fatos que possam caracterizar o assédio;
- c) juízes de direito, como parte de suas tarefas não jurisdicionais voltadas para a melhor gestão das unidades pelas quais sejam responsáveis;
- d) corregedores e auxiliares da corregedoria do Tribunal, que devem ser formalmente comunicados da situação de assédio a fim de tomarem as providências cabíveis;
- e) órgãos de correição e controle externo do Poder Judiciário, tais como corregedoria e associações de servidores públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre normativos do CNJ.

A alternativa B está correta e as alternativas A, C, D e E estão incorretas. Conforme artigo 12 da Resolução 351/20 do CNJ: “Art. 12. Toda conduta que possa configurar assédio ou discriminação poderá ser noticiada por: I – qualquer pessoa que se perceba alvo de assédio ou discriminação no trabalho; II – qualquer pessoa que tenha conhecimento de fatos que possam caracterizar assédio ou discriminação no trabalho”.

QUESTÃO 98. A súmula vinculante pode ser aprovada mediante decisão de dois terços dos ministros do STF para que, a partir de sua publicação, tenha efeito vinculante sobre:

- a) demais instâncias do Poder Judiciário;**
- b) Administração Pública direta e demais instâncias do Poder Judiciário;**
- c) Administração Pública direta e indireta na esfera federal e os demais órgãos do Poder Judiciário;**
- d) demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;**
- e) os órgãos deliberativos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre súmula vinculante.

A alternativa D está correta e as alternativas A, B, C e E estão incorretas. Conforme artigo 103-A da CF: “Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei”.

QUESTÃO 99. Suponha que foi constatada uma situação de trabalho análogo à de escravo numa fazenda (propriedade privada) situada em determinado Município do Estado de Goiás. Isso violaria, dentre outras normas, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Diante de tal situação, a obrigação de cumprir as disposições da referida Convenção, fazer cessar a violação e assumir as responsabilidades perante os órgãos competentes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos cabe:

- a) ao proprietário da fazenda onde ocorreu a violação;**
- b) ao governo municipal onde está situada a fazenda;**
- c) ao governo do Estado de Goiás;**
- d) ao governo nacional do Brasil;**
- e) conjuntamente, a todos os agentes citados nas demais alternativas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

A alternativa E está correta, e as alternativas A, B, C e D estão incorretas. Conforme artigo 28 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “Artigo 28 - Cláusula federal. 1. Quando se tratar de um Estado-parte constituído como Estado federal, o governo nacional do aludido Estado-parte cumprirá todas as disposições da presente Convenção, relacionadas com as matérias sobre as

quais exerce competência legislativa e judicial. 2. No tocante às disposições relativas às matérias que correspondem à competência das entidades componentes da federação, o governo nacional deve tomar imediatamente as medidas pertinentes, em conformidade com sua Constituição e com suas leis, a fim de que as autoridades competentes das referidas entidades possam adotar as disposições cabíveis para o cumprimento desta Convenção. 3. Quando dois ou mais Estados-partes decidirem constituir entre eles uma federação ou outro tipo de associação, diligenciarão no sentido de que o pacto comunitário respectivo contenha as disposições necessárias para que continuem sendo efetivas no novo Estado, assim organizado, as normas da presente Convenção”.

QUESTÃO 100. Em abril de 2022, o relator especial da ONU sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, Clément Voule, esteve em missão no Brasil durante doze dias, quando criticou o fechamento ou esvaziamento de conselhos de participação popular.

Em relação à atuação dos relatores especiais no âmbito da proteção global dos direitos humanos, é correto afirmar que:

a) são especialistas Independentes em Direitos Humanos, nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, que conformam o sistema de Procedimentos Especiais, em que cabe aos especialistas, dentre outros, realizar visitas ao país, atuar em casos individuais de denúncias de violações, contribuir para o desenvolvimento de padrões internacionais de Direitos Humanos e fornecer aconselhamento para a cooperação técnica;

b) são membros do Conselho de Direitos humanos da ONU, nomeados pelo secretário-geral das Nações Unidas, que viajam em missões diplomáticas para atuar como consultores dos governos locais em políticas de promoção, defesa e controle dos Direitos Humanos, cabendo a eles fixar as prioridades de políticas públicas na área dos Direitos Humanos, tendo em vista a realidade local;

c) são juristas que atuam nos sistemas de justiça de diferentes continentes, recrutados pelo Conselho de Segurança da ONU para monitorar e avaliar os relatórios periódicos de implementação das ações de garantia dos Direitos Humanos que cada País-membro da ONU deve realizar anualmente, apresentando avanços e retrocessos daquele período;

d) são diplomatas dos Estados-membros da ONU que formam uma força-tarefa internacional para atuar em nome do Conselho de Direitos Humanos da ONU, fazendo uma negociação autônoma e independente em diferentes estados nacionais que estejam passando por situações de catástrofes naturais, conflitos armados ou crise econômica e/ou institucional, tendo em vista a retomada da estabilidade do país;

e) são integrantes das Comissões de Direitos Humanos dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, indicados por essas Comissões, que atuam em situações complexas de violação de direitos humanos em países que não integram o seu próprio sistema regional, com a finalidade de indicar as medidas políticas, legislativas e judiciais necessárias à cessação da violação dos direitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre a direitos humanos.

A alternativa A está correta, e as alternativas B, C, D e E estão incorretas. “Criação: 1967 (Res. n. 1.235) e 1970 (Res. n. 1.503). Composição: Especialistas que, a título pessoal e com independência, são escolhidos pelo Conselho de Direitos Humanos. Competência: investigar

situações de violação de direitos humanos, efetuar visitas in loco (com a anuência do Estado), bem como elaborar relatórios finais contendo recomendação de ações aos Estados” (Livro André de Carvalho Ramos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)